revista
movimento
crítica, teoria e ação
ano 4. n.13. abr./jun. 2019.

Editora
Movimento

Editores Etevaldo Teixeira
Roberto Robaina
Diretor Responsável Thiago Aguiar
Movimento Esquerda Socialista

Organização do volume Israel Dutra e Thiago Aguiar
Projeto gráfico e diagramação Adria Meira

Periodicidade Trimestral | 13ª edição. Ano 2019.

Autores que contribuem nesta edição: Bruno Zaidan, Camila Souza, Carla Zanella, David Miranda, Fernando Carneiro, Giovanna Marcelino, Israel Dutra, Leandro Recife, Luciana Genro, Mariana Conti, Mulheres do MES, Roberto Robaina, Rosa Maria Marques, Thiago Aguiar, Walter Gropius.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 4, v.1, n.13 (abr.2019 -jun.2019) .
Porto Alegre : Movimento, 2018.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo – Mundo. 3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política – Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2019

Índice

Apresentação 5
Thiago Aguiar

O PSOL e a estratégia da esquerda

A disciplina por um projeto independente dos trabalhadores 9
Luciana Genro e Roberto Robaina

O papel da esquerda socialista no interior do PSOL é manter o nosso partido vivo como um partido militante – Entrevista com Leandro Recife, secretário-geral do PSOL 25
Thiago Aguiar

Uma reflexão sobre estratégia e análise de conjuntura 33
Fernando Carneiro

Estamos precisando de alternativas radicais no mundo e o PSOL pode cumprir esse papel aqui no Brasil – Entrevista com a vereadora Mariana Conti (PSOL-SP) 41
Giovanna Marcelino

Brasil

O Brasil ladeira abaixo 53
Rosa Maria Marques

As publicações do Intercept mostram um aspecto corrupto dentro da própria Lava Jato – Entrevista com o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ) 57
Thiago Aguiar

A educação como nossa arma para vencer 63
Camila Souza

Genocídio da população negra no Brasil: um debate acerca das tarefas de organização 71
Carla Zanella

Efemérides

Bauhaus, Cem Anos 79
Israel Dutra

O manifesto da Bauhaus (1919) 89
Walter Gropius

As lições de Stonewall 91
Bruno Zaidan

Documento

Por um feminismo anticapitalista – Mulheres na linha de frente da resistência e da construção de uma alternativa de poder 101
Mulheres do MES/PSOL

Apresentação

Thiago Aguiar [1]

A décima terceira edição da *Revista Movimento* dedica-se ao debate sobre os desafios da esquerda socialista no Brasil diante da crise nacional que se desenrola há anos e do governo Bolsonaro. Como temos afirmado nas formulações de nossa corrente, o esgotamento da Nova República e a gravíssima crise econômica combinam-se, vinculando-se às tendências internacionais. Iniciamos este número com um dossiê, para o qual também convidamos alguns de nossos aliados, destinado à reflexão sobre o lugar do PSOL e dos socialistas nesse cenário complexo. Qual o lugar do partido na reorganização política em curso, após o golpe parlamentar e a experiência interrompida das massas com o lulismo? Como preservar a conquista representada pela fundação do PSOL e seguir a luta por um projeto independente para a classe trabalhadora e o povo brasileiro? De que modo combater as pressões oportunistas e o rebaixamento programático? Qual o lugar da esquerda anticapitalista do PSOL?

Estas e outras questões estão presentes nas análises e entrevistas realizadas com dirigentes partidários do Movimento Esquerda Socialista e nossos aliados. O dossiê, aberto por artigo de Luciana Genro e Roberto Robaina, conta com contribuições de Leandro Recife, secretário-geral do PSOL e dirigente da organização Trabalhadores na Luta Socialista, Fernando Carneiro, dirigente nacional do PSOL e da corrente Ação Popular Socialista e Mariana Conti, vereadora de Campinas e dirigente da corrente Primeiro de Maio.

Na sequência, seguimos as discussões nacionais, com as análises de Rosa Maria Marques sobre a política econômica do governo Bolsonaro, a reforma da previdência e as manifestações contra os cortes. O deputado federal David Miranda (PSOL-RJ), por sua vez, concede entrevista sobre as revelações de *The Intercept*

---

1 Doutorando em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

sobre o papel de Sérgio Moro e de procuradores da força-tarefa da operação Lava Jato no direcionamento político das investigações e na interferência na eleição de 2018, favorecendo a vitória de Bolsonaro ao retirar Lula da disputa. Na sequência, Camila Souza analisa as manifestações da juventude em 15 e 20 de maio contra os cortes na educação e Carla Zanella trata do genocídio da população negra e dos desafios de organização da negritude.

Marcando duas importantes efemérides, publicamos artigo de Israel Dutra sobre os cem anos da escola Bauhaus, o manifesto de sua fundação escrito por Walter Gropius e um artigo de Bruno Zaidan relembrando o cinquentenário da batalha de Stonewall que marcou história da luta por direitos LGBTs no mundo. Finalizando este volume, publicamos na seção de documentos a tese elaborada pelas mulheres do MES para o Encontro de Mulheres do PSOL.

Esperamos que esta edição contribua com debates fundamentais para as discussões sobre os 20 anos do Movimento Esquerda Socialista, que abriremos nos próximos meses.

Boa leitura!

O PSOL
e a estratégia da esquerda

A disciplina por um projeto independente dos trabalhadores

Luciana Genro[1] e Roberto Robaina[2]

O Brasil necessita de desenvolvimento econômico e social. São décadas de baixo crescimento, e agora, de 2014 para cá, de tendência à estagnação permanente e com períodos de depressão. A desigualdade social é uma marca que nunca foi superada. A violência contra a juventude pobre, negra e da periferia é uma constante. As prisões da miséria nos acompanham como sina.

Nossa premissa é que o desenvolvimento nacional pressupõe romper a lógica crônica da desigualdade social. Até porque o desenvolvimento econômico deveria ser para melhorar a vida do povo. Não é este o caso no capitalismo. E no Brasil, sob controle dos banqueiros, dos megaconglomerados industriais e comerciais nacionais e estrangeiros, e de latifundiários, agora na sua forma moderna de empresas do agronegócio, a desigualdade apenas se agrava. Assim, capitalismo e subdesenvolvimento se alimentam.

Para que tal controle deixe de ser exercido o país precisa de uma profunda transformação social, uma ruptura política radical com tudo o que foi experimentado até aqui, a emergência de novas formas de organização social e política onde a sociedade possa ser protagonista, mais concretamente sua esmagadora maioria trabalhadora, explorada e oprimida.

Para que tal processo novo surja e se desenvolva será necessário tempo. Embora a situação do povo seja terrível, não há outra saída que não passe por uma longa marcha, em que as lideranças novas se desenvolvam, tirem conclusões das ex-

1 Deputada estadual (PSOL-RS) e dirigente do MES e do PSOL.

2 Vereador de Porto Alegre (PSOL) e dirigente do MES e do PSOL.

periências passadas e formulem um programa, planos e se temperem no calor das batalhas.

É este tempo que o bolsonarismo não quer dar ao país, tratando de matar na raiz tal possibilidade de renovação. Ao mesmo tempo este mesmo bolsonarismo deixa claro que não faltarão batalhas. Não é à toa que o primeiro grande palco foram as universidades. É a juventude a vanguarda de uma nova utopia concreta. E os milhares de ativistas novos já surgiram na batalha do 15 e do 30 de maio. Foram apenas as primeiras.

O movimento estudantil no Brasil se reacendeu e empurra por uma nova reconfiguração do movimento de massas. Seus desdobramentos para encontrar um curso positivo exigem que os espaços de organização não sejam fechados, que as liberdades não sejam suprimidas, para que o tempo de maturação de construção de uma nova direção seja ganho. O bolsonarismo tem precisamente como eixo uma contrarrevolução preventiva. No seu despreparo, evidente nestes seis meses de governo, há uma racionalidade do ponto de vista dos interesses do capital: a ideia de derrotar as energias da revolta que eclodiram em Junho de 2013, depois de duas décadas de pacto politico. O bolsonarismo, porém, não unificou a burguesia. Uma parte, ainda majoritária da classe dominante, considera que não é o caso de levar adiante uma política de liquidação física das organizações do movimento de massas. Acreditam que a dominação pode se dar ainda pelo consentimento mais do que pela força.

As divisões na classe dominante abrem mais espaços para as classes trabalhadoras, mas as soluções para seus impasses estratégicos não se resolvem espontaneamente. E exigem tempo. O tempo, eis nosso bem mais precioso. É o que precisamos conquistar, seja para manter a vida no planeta, cada vez mais ameaçada, seja para forjar instituições que representem a auto-organização da luta do povo, instituições que co-

meçam a se desenvolver em toda a forma de associativismo, sejam as formas clássicas- hoje muito burocratizadas, mas necessárias - como os sindicatos – sejam as entidades estudantis, os DAs, DCEs, associações de categorias, de moradores dos bairros, grupos de mulheres, LGBTs, de luta contra o racismo, etc.

Para lutar contra os ataques às liberdades democráticas é preciso a mais ampla unidade. Eis atualmente a prioridade. Tal prioridade se expressa em unidades de ação por objetivos imediatos e até frentes políticas por plataformas determinadas.

Mas para uma reconfiguração estratégica, uma refundação da esquerda é hora formular um programa de desenvolvimento nacional e de igualdade social. Neste sentido é preciso uma delimitação clara de quem são os beneficiados, quem são os inimigos e em última instância que partes da sociedade podem estar mesmo dispostas a realiza-lo. Neste ponto a falta de demarcação, depois de tantas experiências frustradas e sofrimento, é no mínimo uma improvisação. E como não temos tempo a perder, acaba sendo um crime político.

A primeira demarcação que se impõe é contra o governo Bolsonaro e a defesa da mais ampla unidade para enfrentá-lo. Mas isso é o primeiro passo. É preciso também aprender com os erros e para isso é preciso discuti-los à luz do dia. Leandro Konder escreveu que "quando a esquerda evita falar sobre seus próprios erros e se recusa a discuti-los à luz do dia, ela não está, afinal se protegendo da direita: está protegendo o conservadorismo que conseguiu se infiltrar no interior dela mesma"[3].

Quando falamos de experiências frustradas para milhões de trabalhadores estamos falando da experiência do PT. As frustrações com a derrota do PT são um dos nossos maiores obstáculos subjetivos para a construção de um novo pro-

3 KONDER, Leandro. Walter Benjamin: *O marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 8.

grama. Afinal, nos últimos 50 anos, o PT foi a mais forte arma que a classe trabalhadora construiu. Teve acumulação programática, experiência de luta e de governo. Depois dos anos iniciais conquistou tanto espaço que, seja por força, seja por adaptação, foi aceito pelo regime político e converteu-se em peça chave de sua estabilidade.

Mesmo nos marcos do capitalismo foi possível, em circunstâncias locais, produzir melhorias sociais. No governo nacional houve um aumento das vagas de jovens com acesso às universidades, redução da pobreza extrema e permitiu uma esperança de reformas paulatinas, sem a necessidade de rupturas. Mas foram esperanças em vão. O que o capital aceita dar com uma mão arranca em dobro com a outra.

Ao mesmo tempo, nos seus anos de governo os ricos ficaram mais ricos, os banqueiros ganharam como nunca. O ex-presidente Lula até hoje, nas suas entrevistas na prisão em Curitiba, reivindica que foi sua capacidade, a capacidade do PT, que permitiu que todos ganhassem e renovou seu chamado de que todos podem ganhar novamente com o país unido sob sua direção. Sua estratégia, portanto, é a repetição da experiência.

Aqui exatamente se impõe uma segunda necessidade de demarcação: nossa estratégia não é a tentativa de repetição. Em primeiro lugar porque a desigualdade se manteve e nosso programa deve ser o da igualdade. Milhões seguiram sem moradias dignas, as prisões da miséria aumentaram com a população carcerária quase dobrando em dez anos, passando de 401,2 mil para 726,7 mil, de 2006 a 2016[4]. Centenas de lideranças foram assassinadas no campo e os criminosos e mandantes ficaram impunes, as comunicações não foram democratizadas, nem as forças armadas, nem os privilégios e a corrupção foram combatidos. Continuaram e até se agravaram em alguns casos.

---

4 http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/populacao-carceraria-quase-dobrou-em-dez-anos

Finalmente, a crise econômica se abateu em cheio sobre o país, jogando por terra o pouco concedido e piorando a vida do povo. O símbolo da resposta do PT foi escolher Joaquin Levy para dirigir a economia. Hoje quase todos os petistas dizem que foi o grande erro de Dilma, a escolha tragicamente errada que rompeu a linha de supostos acertos anteriores do partido, e não poucos definem que foi sua traição. Esquecem de dizer que Lula queria, para o cargo de Levy, Luiz Carlos Trabuco, o patrão de Levy. E que, para dirigir a economia desde o início de seu mandato, escolheu Henrique Meirelles, o banqueiro ministro da economia de Temer, e o médico Palocci, a quem se dispensam comentários.

No final, a ruptura no acordo entre o PT e a classe dominante se consumou, mas com a classe dominante optando por não mais aceitar o peso político institucional adquirido pelo PT e o desalojou do condomínio do poder. O programa da repetição é o programa do PT.

Se a repetição não é válida, isso não quer dizer que bandeiras históricas não sejam fundamentais. O país tem uma acumulação programática enorme. O que faliu e frustrou foi a aposta de que a burguesia brasileira poderia ser aliada. Ao apostar sempre nesta perspectiva o núcleo de direção do PT e Lula em particular foi deixando o programa pelo caminho. Acabou aplicando na economia o programa de Meirelles com medidas compensatórias. Quando a crise veio as exigências de ataques ao povo aumentaram e o PT não tinha condições para ser este algoz. Pode se dizer que este até foi seu mérito e só por isso não está morto – e até se ressignificou – depois do impeachment/golpe de 2016.

Assim como há bagagem programática na história da esquerda sob hegemonia do PT que deve ser resgatada, ha em outros atores riquezas de propostas. É o caso atualmente de Ciro Gomes. Ele vem defendendo um "Projeto Nacional de Desenvolvimento" que tem muitas propostas das quais somos partidários.

Em tempos de exaltação ao liberalismo é importante a ideia defendida por Ciro da necessidade de um combate ao espontaneísmo individualista do mercado, fazendo do Estado e do capital nacional indutores do desenvolvimento e do crescimento econômico. Desenvolver em bases nacionais um complexo industrial da saúde, que hoje tem a grande maioria dos seus insumos importados, assim como na área da Defesa, que também importa bilhões de dólares todo o ano sendo que o Brasil é um dos 8 países do mundo que sabe montar um avião. É fundamental dar melhores condições de consumo para as famílias através do aumento da renda (mais salário) e do credito (juros mais baixos). Sua denúncia dos cerca de 63 milhões de brasileiros no SPC e sua proposta de revisão desta exploração foi um ponto alto da última campanha eleitoral. A defesa da retomada do imposto sobre lucros e dividendos, aumento do imposto sobre as grandes heranças, um mercado de capitais regulado e com punição aos especuladores e investimentos maciços em educação também foram parte do programa do PSOL em 2014.

A questão estratégica com Ciro é semelhante a que tivemos com o PT, neste caso duplamente agravada: Ciro não aponta que só a classe trabalhadora e seus aliados podem lutar por essas propostas. É claro, insistimos, que não apenas a classe trabalhadora isoladamente. É preciso ter alianças com as classes médias, com setores intelectuais, técnicos, científicos, com setores militares, com camponeses, sem terra, os movimentos estudantis e pelos direitos civis. Mas com a grande burguesia – não apenas com os banqueiros, mas os grandes industriais, os proprietários das grandes redes do comércio, os donos de imensas extensões de terra – não há espaço para alianças estratégicas ou um governo comum. Esta não é uma definição de Ciro. Além disso, o experimente politico do Ceará não tem um partido organizado ou em vias de organização para lutar pelas medidas econômicas e sociais

que tem defendido. O PDT hoje é mais adaptado ao capitalismo brasileiro do que o PT dos anos 90, então já bastante adaptado. De toda a forma, as propostas de Ciro devem ser discutidas e são úteis para a reconfiguração do movimento de massas e o fortalecimento de um campo social e político oposto ao neoliberalismo.

De nossa parte partimos dos eixos de nosso programa de 2014. Tal elaboração trouxe diretrizes fundamentais que são extremamente úteis neste debate sobre a estratégia da esquerda brasileira. Vejamos alguns trechos que explicam em linhas gerais o programa que defendemos naquela eleição presidencial.

Por um projeto de desenvolvimento econômico e contra a desigualdade

A destruição da natureza e a degradação do meio ambiente são diretamente proporcionais à crueldade do capitalismo em relação aos oprimidos e explorados por este sistema. Nossa proposta é ecossocialista, pois não pode haver uma defesa consequente do meio ambiente sem que se aponte para a superação das leis do capital, que necessita sugar os recursos naturais e explorar o ser humano para garantir a acumulação em benefício de 1% da população, enquanto 99% sofrem as consequências nefastas deste modelo econômico.

O Brasil precisa conquistar sua verdadeira soberania. Hoje a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro e monopolista. O principal componente do desequilíbrio financeiro do Estado brasileiro é, de longe, a conta de juros. A média mundial de comprometimento das finanças públicas com juros gira em torno de 1% do PIB, chegando a 2% em casos excepcionais. O Brasil gasta, na conta de juros, praticamente a mesma quantidade de recursos investidos no seu sistema de Seguridade Social! Grande parte da dívida interna brasileira está nas mãos de 20 mil credores, enquanto

o sistema de seguridade atende cerca de 130 milhões de pessoas.

A Auditoria deve resultar na devida suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo o direito dos pequenos poupadores e da aposentadoria dos trabalhadores que participam de fundos de pensão, dado o fato de eles inviabilizarem a capacidade do Estado em investir, por exemplo, nos direitos sociais – saúde, educação, habitação, mobilidade urbana, saneamento, etc. Estas medidas devem resguardar os pequenos e médios detentores dos títulos da dívida pública, que não serão prejudicados.

Nossa luta imediata será para que a economia do Brasil não siga amarrada aos interesses do grande capital financeiro. Nosso programa parte da definição de que os recursos hoje destinados ao pagamento da dívida para as cinco mil famílias mais ricas serão destinados aos investimentos públicos, à saúde, educação, transporte e demais gastos sociais. Daremos fim à desregulamentação da economia e da abertura financeira e comercial irresponsável, bem como implantaremos um rígido controle de capitais para inibir a especulação. Ao mesmo tempo, não se pode conceder autonomia ao Banco Central, que deve ser transformando num instrumento da retomada da soberania nacional frente ao imperialismo.

Além disso, tem lugar central em nosso programa o combate à concentração de renda e às desigualdades. No mundo, 85 fortunas acumulam a mesma riqueza que 3,5 bilhões de pessoas. No Brasil não é diferente. As cinco mil famílias mais ricas concentram a maior parte da riqueza produzida e ainda recebem dinheiro do governo, através dos juros da dívida pública. Apenas 5 brasileiros têm a riqueza equivalente a 100 milhões de brasileiros. Este processo só será estancado com o enfrentamento do problema da dívida, mas para ser revertido, é preciso avançar numa reforma tributária profunda.

Várias medidas vão nesta direção. A primeira é mudar a estrutura tributária, de regressiva para progressiva. A mo-

dificação substantiva do sistema de alíquotas é fundamental, de forma que os ricos paguem proporcionalmente mais impostos do que a classe média e os pobres. É inadmissível que sobre os rendimentos do trabalho da classe média incida a mesma alíquota que incide sobre os rendimentos do trabalho dos ricos. É necessária a desoneração tributária que incide diretamente sobre a renda dos pobres e da classe média. A segunda consiste em eliminar boa parte das medidas de desoneração, seja da folha de pagamento, seja a redução de IPI, principalmente de setores de bens de consumo duráveis e dos setores em que há baixa concorrência. A terceira consiste em fazer com que a tributação sobre os rendimentos do capital seja maior que a tributação sobre os rendimentos do trabalho. A quarta envolve a maior taxação do estoque de riqueza dos ricos. A quinta trata de eliminar subsídios em financiamentos para projetos de investimento de grandes empresas e grupos econômicos. A sexta é acabar com o financiamento, com recursos públicos para empresas estrangeiras que operam no país.

O Imposto sobre as Grandes Fortunas – uma medida que consta na Constituição desde 1988 e até hoje não foi regulamentada – deve ser uma fonte de recursos e de justiça. Deve-se inverter a lógica do atual sistema tributário, aumentando a tributação sobre a riqueza e a propriedade. Dessa forma, é possível baixar os impostos sobre o salário e o consumo, beneficiando os mais pobres, os trabalhadores, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, enfim, os que hoje sustentam o parasitismo de poucos.

Medidas como o Bolsa-Família devem ser transformadas em políticas efetivas de transferência de renda, tratadas como política de Estado e acompanhadas por transformações estruturais, pois isoladas são meramente paliativas e insuficientes para assegurar a vida digna que todos merecem. É sabido que os aumentos reais do salário mínimo, ainda que abaixo do salário mínimo necessário apontado pelo DIEESE, foram

mais eficientes para a redução da pobreza do que programas de transferência de renda. Garantir emprego de melhor qualidade e salário dignos é fundamental. Neste sentido, também é importante voltar a vincular o reajuste dos aposentados ao do salário mínimo.

Nosso programa também deve ser taxativo na defesa da soberania nacional e, portanto, do controle público das áreas estratégicas, como a energia, que é um fator crítico da soberania e do desenvolvimento de qualquer país. Há um potencial conflito de interesses geopolíticos inerente a uma gigantesca reserva petrolífera como a do Brasil.

Por fim, cabe destacar como elemento de construção de um novo modelo econômico e de desenvolvimento, a necessidade de uma profunda revisão do sistema agrário brasileiro. Além de uma reforma agrária, que desmonte o latifúndio e desaproprie propriedades que possam ser utilizadas para fins produtivos – sobretudo a produção de alimentos – será papel do Estado incentivar atividades que gerem empregos, desenvolvam de forma sustentável a economia no campo e fortaleçam a soberania nacional.

Para que mudanças estruturais como as apontadas acima possam ser efetivadas, apenas podemos contar com a mobilização permanente da classe trabalhadora por suas reivindicações. No campo dos diretos básicos, em primeiro lugar não aceitaremos retrocessos como a flexibilização dos direitos trabalhistas, o cerceamento do direito à greve ou demissões arbitrárias. Devemos apoiar e impulsionar a luta dos trabalhadores contra o desemprego, defendendo bandeiras como redução da jornada, e pelo aumento da renda, com a defesa de aumento dos salários. E neste processo concreto de lutas imediatas dos trabalhadores e do povo que pode emergir uma nova direção para o pais.

Uma esquerda anticapitalista é necessária

Tudo isso dito, insistimos que a estratégia não pode ser o caminho da repetição. Eis um debate que o PSOL precisa fazer. Boulos, uma jovem liderança, não deve se colocar num esforço de construção como herdeiro do lulismo. A experiência da colaboração de classes fracassou. A unidade com o PT contra os ataques do governo Bolsonaro não pode significar abdicar de disputar os rumos e a direção do movimento de massas. Nem muito menos delegar ao ex-presidente Lula o lugar de líder máximo de um campo comum.

No Brasil, a crise econômica e política escancarou a falência do projeto petista, o qual pode ser identificado com os partidos da socialdemocracia e os socialistas "da ordem" no mundo todo. É verdade, portanto, que o socialismo real e a socialdemocracia fracassaram como projetos de emancipação humana. Estes fracassos estão na raiz da crise da esquerda e do crescimento da direita.

Muito embora a derrocada do stalinismo no mundo tenha cumprido um papel progressista ao colocar na ordem do dia a necessidade e a possibilidade de superação daquele paradigma de sociedades autoritárias, não surgiu um novo referencial que possa recolocar a viabilidade de outro modelo econômico e político. É verdade também o que disse Gramsci: na crise o velho já morreu, mas o novo ainda não pode nascer e neste interregno surgem "fenômenos patológicos" dos mais variados tipos.[5] As vitórias de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil são expressões desses "fenômenos patológicos".

Bensaïd expressa esta mesma ideia de Gramsci quando afirma:

---

5 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 184.

> Vivemos essa grande transição, esse grande intervalo entre dois extremos, entre o "não mais" e o "ainda não", em que o antigo não acabou de morrer enquanto o novo pena para nascer e corre o risco de perecer antes mesmo de ter vivido. [6]

As experiências concretas de sociedades de transição, ditas socialistas, não conduziram ao comunismo. Ao contrário, a maioria delas não está mais sequer em transição e já deu origem a países capitalistas "normais", como a Rússia, ou a capitalismos de Estado, como na China, onde uma burocracia estatal cumpre o papel de burguesia. A exceção talvez seja Cuba, que ainda vive em um tipo de transição, mas certamente não para o comunismo. Não pretendemos aqui esgotar as razões destes fracassos, mas eles estão na origem do problema da falta de um modelo que possa hoje inspirar as novas gerações a seguir na luta por uma sociedade livre da exploração e da opressão.

A ideia de que seria possível e suficiente construir um capitalismo com rosto humano, democrático e generoso é um fracasso evidente. Se não antes, a crise econômica de 2008/2009 na Europa revelou os partidos da socialdemocracia como aplicadores dos planos de ajuste mais cruéis contra o povo, semelhantes aos aplicados pelos partidos mais conservadores. A tentativa da velha esquerda de "domar" o capitalismo teve efeito inverso. Ela é que foi domada pelo capital.

Cabe analisar as razões mais profundas dessa adaptação. O debate sobre o Estado e o seu papel é decisivo nesta análise. A esquerda tem chegado ao governo e se adaptado ao funcionamento do Estado burguês de forma absolutamente integrada aos interesses essenciais da burguesia.

Este processo tem levado ao crescimento da direita no mundo todo e no Brasil não foi diferente; surgiu uma direita mais orgânica e ideológica e viabilizou a vitória de Bolsonaro.

---

6 BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teorema da resistência para o tempo presente.* São Paulo: Boitempo, 2008, p. 11.

O PSOL foi incapaz de capitalizar pela esquerda o sentimento antiestablishment desencadeado pelo descrédito dos grandes partidos, entre outras razões por ter ficado preso à palavra de ordem "Fica Dilma" no momento do impeachment, ao invés de lutar por eleições gerais, reafirmando sua independência frente ao projeto lulopetista, e sua rejeição à manobra das elites de tirar Dilma para empossar Michel Temer. O resultado é que embora o PSOL tenha surgido justamente da necessidade de uma oposição pela esquerda a Lula, acabou sendo visto por setores de massas como parte do mesmo projeto fracassado.

Não é simples o processo de reconstrução de uma esquerda consequente neste cenário. Sem abrir mão dos debates estratégicos, é preciso construir uma forte unidade no enfrentamento ao bolsonarismo e aos retrocessos de direitos sociais. A reforma da previdência é a tarefa que unifica a burguesia em torno do governo, e sua derrota é nossa tarefa fundamental. A defesa da educação um eixo mobilizador. Os ataques de Bolsonaro às universidades, aos direitos das mulheres, das LGBT+, da negritude, sua defesa da ditadura e dos torturadores e suas relações com as milícias no Rio de Janeiro tornam a situação ainda mais grave. O assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, ocorrido durante a intervenção das Forças Armadas no Rio, antes da vitória de Bolsonaro, é uma demonstração de que todos os que defendem os direitos humanos estão em perigo ainda maior agora. Seguiremos exigindo saber quem mandou matar Marielle e a punição dos culpados.

Mas é preciso pontuar, como escreveu Rosana Pinheiro Machado, que embora a extrema direita tenha vencido, feministas, antirracistas e LGBTs também venceram[7]. Avançamos muito nos últimos anos e estes avanços não serão facilmente arrancados. As grandes mobilizações estudantis do dia 15 e

7 https://theintercept.com/2019/01/08/extrema-direita-feministas-antirracistas-lgbts/

30 de março demonstram que há vida pulsante.

A maioria dos votos em Bolsonaro foi fundamentalmente um voto contra o PT e não a favor dos retrocessos que ele defende. As mulheres não vão voltar à condição de submissas aos maridos e pais, as LGBTs não vão voltar para o armário e a negritude não vai voltar para a senzala. Isso é inegociável e a unidade a ser construída tem que partir desta premissa. Ainda temos muito que avançar neste terreno, mas a juventude está demonstrando que será linha de frente neste processo de luta.

Além desta construção unitária é preciso que se desenvolva uma alternativa política que não esteja presa à institucionalidade e que apresente um projeto de ruptura com o modelo econômico e político. A aposta no mero crescimento eleitoral, como fez o PT, levou ao desastre que vivemos hoje. A democracia racionada com a qual a burguesia aceita conviver está sempre na berlinda. Confiar no "Estado democrático de direito" e apostar que ganhando as eleições é possível tranquilamente dominá-lo é uma utopia reacionária. Os presídios estão abarrotados de jovens, pobres e negros para demonstrar que nunca o Estado realmente funciona a favor da maioria. Esta realidade não foi sequer arranhada durante os governos do PT.

O lulismo, sintetizado na construção de governos de colaboração de classes, de capitulação às oligarquias políticas, de adesão aos métodos tradicionais de governo, não pode ser a referência desta nova esquerda. Ela tem que ser anticapitalista e também não pode alinhar-se aos regimes do "socialismo realmente existente". Seu método de luta precisa ser a organização do povo, da classe trabalhadora, dos desempregados, da juventude, para que, através da mobilização, se consiga avançar na consciência e na unidade dos explorados e oprimidos pelo sistema e na busca por democracia real.

Esta nova esquerda precisa ser feminista, antirracista, defensora das causas LGBT+, compreendendo estas lutas como

parte fundamental da construção de um novo modo de produção. O capitalismo é patriarcal, é racista e LGBTfóbico e estas características não são secundárias.

A violência do capitalismo no presente contra outros sujeitos rebeldes, a escravidão sob novas formas, a feminização da pobreza, a violência persistente contra as mulheres, o racismo e as novas formas de acumulação por espoliação demonstram que o sistema precisa desconstituir a natureza daqueles a quem ele explora com maior intensidade, como mulheres, negros e imigrantes, com o propósito de ocultar a contradição entre suas promessas de liberdade e prosperidade e a realidade de opressão, miséria e desigualdade cada vez maiores.

Assim, a construção de uma estratégia pressupõe a combinação de uma série de táticas, de atuação em movimentos e ocupação de espaços. A participação eleitoral, o engajamento no movimento em geral, sindical, estudantil, popular, camponês, o estímulo a projetos de educação popular – como fazemos ao incentivar o Emancipa – ou coletivos juvenis – como é o caso do Juntos. Mas tais táticas devem estar a serviço de uma estratégia permanente: a defesa da mobilização social pelas reivindicações da classe trabalhadora e do povo pobre e a construção de uma organização política que tenha como disciplina um projeto de governo das organizações dos próprios trabalhadores, sem capitalistas e seus agentes políticos.

O papel da esquerda socialista no interior do PSOL é manter o nosso partido vivo como um partido militante – Entrevista com Leandro Recife, secretário-geral do PSOL

Thiago Aguiar[1]

Neste ano, assumiu a secretaria-geral do PSOL Leandro Recife num período de enfrentamentos contra o governo de Bolsonaro e seus ataques contra os direitos do povo. Em entrevista para a *Revista Movimento,* Leandro fala dos desafios de sua nova tarefa: fazer do PSOL uma alternativa à esquerda, participando das lutas de resistência e afirmando um perfil coerente, que se diferencie da experiência do PT e ganhe a confiança do povo.

Recife também fala de sua longa trajetória de 25 anos como militante socialista, apesar de sua juventude. Tendo iniciado seus passos no movimento estudantil secundarista, o novo secretário-geral do PSOL atuou no movimento sindical de professores, no movimento popular na Grande São Paulo, no movimento LGBT e, mais recentemente, acompanhando a interessante experiência do movimento de policiais antifascismo. Nosso secretário-geral também tem larga trajetória partidária: tendo militado no PT e participado do recolhimento de assinaturas pela legalização do PSOL, Leandro Recife contribuiu para a construção do partido em São Paulo e Pernambuco, além de ter, há anos, participação destacada nos debates nacionais de nosso partido. Confira a seguir a entrevista.

---

1 Doutor em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

***Movimento* – Leandro, você recentemente assumiu a posição de secretário-geral do PSOL. Gostaríamos de iniciar esta entrevista perguntando sobre sua trajetória militante. Conte-nos como foi sua experiência nos espaços partidários e nos movimentos sociais.**

Leandro Recife – Bom, eu inicio minha militância política em 1994. Sou oriundo do movimento estudantil secundarista. No final de 94, início de 95, eu me filio ao PT e ajudo a organizar a juventude. Depois, eu me torno membro da Executiva do PT no ABC Paulista e faço uma militância bem rápida no movimento estudantil universitário: fui vice-presidente do Centro Acadêmico. Então, eu já ingresso no movimento sindical. Comecei a dar aulas, em 2002, quando me filio à APEOESP. Fui candidato a conselheiro estadual do sindicato e me elegi. Passei 10 anos militando na educação. No final de 2004, nós nos filiamos ao PSOL. Anteriormente, já tínhamos ajudado a recolher assinaturas para a legalização do partido. Há quase 15 anos, estamos construindo o PSOL. No partido, fui secretário estadual de comunicação em São Paulo, depois secretário de finanças. Vim para o PSOL nacional na sequência: fui secretário de movimentos sociais, de organização, de relações institucionais e hoje sou secretário-geral. Nos movimentos sociais, dediquei um bom tempo a organizar o movimento LGBT. Fui idealizador e estava com a companheirada que ajudou a organizar as primeiras paradas no ABC Paulista. Também estive, desde os primeiros anos, na mobilização das paradas em São Paulo. Eu fui um dos primeiros participantes da primeira parada, quando nós tínhamos juntado duas mil pessoas, e hoje se tornou esse fenômeno, esse monstro com um monte de gente. Mas os primeiros anos foram muito difíceis. Acho que da quarta parada em diante que começou a juntar uma multidão.

***M* – Você assume esta nova tarefa num momento importante da história brasileira. Bolsonaro acaba de completar seus primeiros seis meses na presidência. Como você avalia o governo?**

LR – Veja, o governo Bolsonaro é um misto de muitas coisas que não prestam. Tem um setor que eu classifico como incompetente, que não entende de gestão, da máquina pública. Tem outro setor, de fanáticos, religiosos, pessoas com mentalidade medieval. E tem outra turma, dos neoliberais, do ponto de vista econômico. A soma desses núcleos tem provocado bastante dano à sociedade brasileira. É um governo em que os fascistas, por exemplo, se reconhecem, se sentem à vontade para apoiar. Eu tenho visto muitos grupos, como os "carecas do ABC" e os neofascistas em Pernambuco, que claramente apoiam o governo. Então, ele conseguiu essa façanha de atrair grupos bastante atrasados da sociedade. Agora, é um governo que tem encontrado resistência. A resistência tem aumentado a seus mal feitos. Em seis meses, tem perdido popularidade e se deparado com enfrentamento. As manifestações em defesa da educação, que a juventude organizou, demonstram que há um espaço para os setores mais progressistas da sociedade. Há um conjunto de movimentos que começa a se organizar, em pautas que começam a ganhar força: os Policiais Antifascismo são um exemplo disso. Eles fizeram um congresso que reuniu policiais do país inteiro para discutir uma nova concepção de segurança pública e se identificam como antifascistas. Isto é de um avanço imensurável, especialmente nesse momento que nós estamos vivendo. Então, há um espaço. A queda da popularidade de Bolsonaro também demonstra que é possível, num futuro bem próximo, que a gente possa reverter esse jogo. O PSOL precisa estar antenado e se identificar com estes movimentos, não só em defesa da educação e dos policiais antifascismo, mas também os movimentos

feministas, que têm dado um exemplo de luta e resistência no país, dos movimentos indígenas e quilombolas, que têm sido referência de resistência. É preciso que o PSOL se aproprie mais da pauta trabalhista, da pauta classista. O PSOL precisa se transformar num partido classista, com o qual a classe possa se identificar como seu partido. Este é o desafio para o próximo período. Construímos, até aqui, um partido de oposição programática, um partido com viés socialista, um partido que dialoga, com muita propriedade, com as pautas da juventude, mas é preciso agora dar um passo à frente, fazendo com que os trabalhadores, os desempregados e as camadas populares possam ver o PSOL como seu partido, como o partido que os defendem. Então, é muito importante que as organizações no interior do PSOL desenvolvam esse diálogo e essa organização constante com os sindicatos e com os trabalhadores em geral.

***M* – Na última eleição, o PSOL conseguiu ampliar sua bancada e ultrapassar a clausula de barreira, mostrando o fortalecimento de seu projeto partidário. Como afirmar o programa e as ideias do PSOL? De que forma o partido deve se apresentar em lutas unitárias com outros partidos?**

LR – O mérito da ampliação da bancada, o mérito da superação da cláusula de barreira é, essencialmente, um mérito da militância do partido. A militância do partido tomou isto como uma tarefa, com uma importância gigantesca, e ela conseguiu dar conta dessa tarefa. Então, a nossa militância que foi às ruas, que vestiu a camisa, que às vezes militava ali 8, 10, 12 horas por dia... O cara que saía da sua escola, do seu local de trabalho e ia lá para frente do computador conversar ou pegava seus fins de semana para distribuir panfleto, para conversar com os amigos mais próximos da importância do partido e da gente superar a cláusula de barreira... Se não fosse

esse gás da militância, a gente não teria conseguido esse feito. Eu acho que a próxima tarefa do partido, principalmente agora nesses movimentos de frente única, nesses movimentos unitários, é reafirmar um programa que nós estamos construindo, reafirmar seus ideais socialistas. E aí não tem muito segredo, né? É você não ter vergonha de empunhar a bandeira do nosso partido, é você ter orgulho de dizer que é socialista, é você, acima de tudo, não ter medo de ir para as ruas e caminhar conjuntamente com aqueles que queiram estar nessa luta de enfrentamento ao governo, aos movimentos fascistas, a todos aqueles que querem tirar direitos do povo e fazer com que a humanidade retroceda. Então, acho que esse é o papel fundamental do PSOL e é dessa forma que nós vamos superar esse momento difícil que o nosso país está vivendo.

***M* – Você teve uma experiência importante construindo o PSOL em Pernambuco. Lá, você acompanhou o desenvolvimento do movimento de policiais antifascismo. Conte-nos mais sobre esta experiência.**

LR – A experiência dos policiais antifascismo é muito rica. Primeiro, nós identificamos que a esquerda brasileira – após o processo de redemocratização no país com o fim da ditadura – se omitiu do diálogo e da organização dos trabalhadores da área de segurança pública. Então, é preciso a gente fazer esse resgate e fazer esse retorno, no sentido de entender que a segurança pública é tocada por trabalhadores. E aí nós conseguimos identificar, também, que a polícia que mais tem matado os negros e pobres nas periferias é a polícia que mais tem morrido também. E os que morrem são justamente estes: são os pais de família, são os pobres também. Então, é preciso a gente fomentar esse debate, fazer essa reflexão bastante ampla. Esse coletivo de policiais antifascismo, que tem tomado uma proporção bem interessante, tem ganhado

corpo no interior dos trabalhadores da segurança pública, tem ganhado uma importância muito grande, em primeiro lugar, porque eles se reconhecem como trabalhadores. Em segundo lugar, porque eles reconhecem a importância de enfrentar o fascismo, logo, de enfrentar esse governo. Em terceiro lugar, a visão de segurança pública deles não é a visão desse governo e nem a de governos anteriores. Os governos Lula e Dilma, por exemplo, poderiam ter tido outra política de segurança pública e não o fizeram. Então, é um movimento, digamos assim, bem mais avançado do que o simples fato de um movimento que está ali para combater o fascismo. É mais do que isso: eles têm um modelo de segurança pública que não é o que está vigente. Eles têm uma pauta. Agora, é um movimento amplo, né? Você tem militantes do PDT, do PT, do PCdoB... Embora, em sua maioria, eles sejam militantes do PSOL, eles têm essa capacidade de ter amplitude. É um movimento que eu acho que o partido deve ter um olhar, dialogar e ajudar para que ele possa se desenvolver nas tarefas e reivindicações legítimas dos trabalhadores da segurança pública.

***M* – Por último, na sua opinião, que papel pode cumprir a esquerda socialista no interior do PSOL? Como unificá-la?**

LR – O papel da esquerda socialista no interior do PSOL é manter o nosso partido vivo como um partido militante, um partido de esquerda e socialista que, ao mesmo tempo que tenha consciência de que é um dever nosso enfrentar um governo neofascista e atrasado que temos no Brasil, também saiba que os modelos de governo que tivemos no Brasil não são suficientes para resolver os problemas da nossa classe. Então, o nosso papel é muito mais de mostrar para a sociedade que o PSOL é o partido da classe, do feminismo, dos quilombolas, do movimento indígena, do movimento LGBT

e do conjunto da classe trabalhadora. Para ser esse partido, ele necessariamente deve ser um partido socialista. Esta é a maior contribuição que nós podemos dar no interior do PSOL. É claro que a esquerda socialista no interior do partido tem muito peso. Ela é parte da direção. É diferente da experiência que tínhamos no PT, que era uma esquerda muito pequena e que não tinha uma capacidade de interferência. No PSOL, é outro formato. A esquerda tem muita representatividade e capacidade, inclusive, de influenciar nas decisões do partido. Para que a gente possa, cada vez mais, nos unificarmos, nós precisamos evoluir no debate de uma concepção de sociedade, sobre nossas diferenças e acumular um programa mais unitário, desenvolvendo seminários, plenárias e tendo ações conjuntas nos movimentos concretos. Não tem muito segredo: a palavra mágica é ação. Nós temos que ter um plano de ações para que a gente possa se aproximar, se fortalecer e se manter unido.

Uma reflexão sobre estratégia e análise de conjuntura

Fernando Carneiro[1]

Se, a princípio a ideia não é absurda,
então não há esperança para ela
(Albert Einstein)

Somos socialistas e revolucionários. Lutamos pelo fim da exploração e da opressão humana. Temos certeza de que o capitalismo faliu como modo de produção e de que o socialismo é a única solução possível. E para derrubar o capitalismo a classe trabalhadora e o povo precisam de uma ruptura revolucionária internacionalista e consciente. Essas são algumas de nossas "ideias absurdas". Muitas delas são tidas como fora de moda ou dogmáticas. A questão é saber quantos de nós, de fato, ainda acreditamos nessas premissas e, mais importante: elas ainda orientam nossa vida cotidiana ou estão guardadas para as grandes manifestações e os dias de festa?

Sei que começar um texto sobre conjuntura reafirmando a estratégia socialista e revolucionária parece "démodé", anacrônico e obsoleto. Talvez de fato seja, considerando que vivemos tão preocupados em estar conectados à volatilidade dos acontecimentos que nossos princípios parecem se esfumaçar num ativismo político frenético e, não raro, desgastante e aparentemente infrutífero. Muitos de nós estão cansados, sem perspectiva imediata e militando quase de forma automatizada. Não precisa ser assim.

Fazemos análise de conjuntura para orientar nossa política. Há um certo consenso entre nós de que sem uma boa análise não teremos uma política adequada. O problema é

1 Membro do Diretório Nacional do PSOL e da Coordenação Nacional da APS/PSOL.

que ler a realidade nem sempre parece ser uma tarefa simples. Temos um ferramental teórico invejável; temos anos de vivência política; estamos inseridos nos principais movimentos sociais e fazemos exaustivos debates acerca da conjuntura e suas dinâmicas. Esse parece ser um remédio infalível para não errar. Nada mais longe da realidade. Quantos de nós, no início de 2018, previram a vitória de Bolsonaro? Os elementos de sua vitória já estavam presentes de forma subterrânea ou não, mas poucos de nós tiramos as lições necessárias. A grande maioria só se deu conta de sua vitória quando ela já era inevitável e iminente. Esse é um balanço que ainda estamos nos devendo.

A grande questão a ser respondida é por que não conseguimos ler de forma adequada a realidade que se descortinava diante de nossos olhos. Penso que essa não é uma resposta simples, mas deve começar com uma autocrítica ampla e sincera acerca de nossas importantes fragilidades teóricas, aliado ao fato de que muitas vezes vemos aquilo que queremos ver e não o que de fato está acontecendo no mundo real. Humildade também parece nos faltar em muitas oportunidades. Mas, voltaremos a esse tema mais adiante.

Passados seis meses do governo Bolsonaro, uma pergunta se impõe: ele está mais forte ou mais fraco do que quando começou? Alguns companheiros haverão de responder que diante do avanço de suas tendências bonapartistas, da fragmentação da luta sindical e da representação política do congresso nacional e dos partidos, da desmoralização do STF e do judiciário como um todo, Bolsonaro e seu núcleo ultraconservador e neofascista se fortalecem, portanto, nossa tática deve ser defensiva, exclusivamente de "frentes únicas" e mediada, prioritariamente, pela subordinação ao calendário eleitoral. Outros, ao principalizarem ou verem apenas as grandes mobilizações de rua, a Greve Geral e a queda de popularidade do governo, dirão que ele nunca foi um governo forte,

que a classe sempre esteve na ofensiva e que o problema dos problemas é a vacilação ou a traição das direções burocráticas. Já conhecemos esse debate, mas o que precisamos reconhecer é que tanto uma quanto outra análise não estão inventando elementos da realidade, pois eles de fato existem. O governo perde popularidade, as manifestações são multitudinárias e o governo perde força. Ao mesmo tempo, é verdade que avançam sobre o congresso as medidas bonapartistas e se cristaliza o núcleo reacionário do governo. Bolsonaro já assinou, até junho, 180 Decretos Presidenciais, numa clara tentativa de driblar os cada vez maiores percalços nas casas legislativas. Mas, se todos esses argumentos são verdadeiros e simultâneos, qual é a nossa caracterização sobre a questão? O problema é o peso que se dá a cada um desses fatos e, principalmente, a falta de uma análise totalizante, que dê conta da multiplicidade e variedade de elementos que compõem a realidade. Se pinçarmos elementos da realidade e os absolutizarmos, ainda que sejam reais, estaremos caminhando para uma análise desequilibrada da conjuntura e, consequentemente, uma política equivocada. Uma análise precisa levar em conta os fatos, as dinâmicas, mas também elementos tidos como "subjetivos", tais como a disposição de luta da classe trabalhadora e as entidades que estão construindo a luta sob uma perspectiva da mobilização permanente.

Uma análise equilibrada precisa considerar os principais elementos, definindo quais são determinantes e quais são os secundários, construindo uma totalização a partir da relação social das classes em luta, sempre na perspectiva de subsidiar a elaboração de políticas e táticas que estejam em consonância com nossos objetivos estratégicos. Boas análises são importantes, mas análises não mudam a realidade; o que muda a realidade é a política. Por mais difícil que seja, errar não pode ser uma opção.

Para entender o momento atual precisamos retroagir alguns anos. No período pós-ditadura civil/militar tivemos pelo menos três grandes pactos interburgueses: a constituição de 1988, o primeiro e mais importante; a unidade burguesa em torno do plano neoliberal de FHC; e o grande "pacto social" lulopetista, que foi o mais estável. Ao dizer isso não podemos desconsiderar as tensões internas na classe dominante, que são desiguais, mas permanentes em cada um desses períodos. A vitória eleitoral de Bolsonaro, que a princípio não era o candidato preferencial da burguesia, tenta consolidar um novo pacto, de caráter muito mais autoritário e com maior peso das Forças Armadas, que hoje buscam tutelar os três poderes (Judiciário, executivo e Legislativo). Sua vitória expressa também a continuidade da escalada autoritária em curso desde o golpe de 2016, que culminou com o impeachment de Dilma e a prisão de Lula, num processo completamente corrompido, visando impedi-lo de participar das eleições de 2018. Bolsonaro busca agora radicalizar a agenda neoliberal visando um novo ciclo de acumulação de capital baseado na ampliação da desnacionalização da economia, com mais privatizações, inclusive de segmentos estratégicos, ataques cada vez maiores a direitos sociais (cujo principal expoente hoje é a Reforma da Previdência) e a hegemonização do capital financeiro. As tendências neofascistas se alimentam da crise crônica do capital: o desemprego, a queda da renda, a precarização do trabalho, o aumento da pobreza, a destruição sistemática de nosso meio ambiente e o aprofundamento da desigualdade social são terrenos férteis para a misoginia, o racismo, a xenofobia e a lgbtifobia.

Segundo Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, o governo federal é uma "usina de crises". Parece uma boa imagem se considerarmos a quantidade de escândalos protagonizados por Bolsonaro, seus filhos e seus ministros, alguns tão bizarros que custamos a acreditar. Apesar de a

burguesia estar bastante unificada em torno da reforma da Previdência e do ajuste fiscal, não parece ter o mesmo grau de unidade em outras pautas do governo, tanto é assim que Bolsonaro já teve que recompor diversas vezes seu Ministério, readequando suas competências, na tentativa de aprovar pautas como a flexibilização do porte e da posse de armas, da legislação de trânsito, do corte de verbas na educação, da destruição da legislação ambiental, do fim da reforma psiquiátrica, do ensino domiciliar e de outros temas semelhantes.

A recente prisão de um sargento da FAB, que integrava a comitiva presidencial, com 39kg de cocaína e o escândalo do vazamento das conversas de Moro com Dallagnol (o "vaza jato") apimentam ainda mais o cenário de crise. Sérgio Moro, considerado por muitos como a segunda pessoa mais importante no governo, teve sua credibilidade arranhada de forma irreversível e pode ser fritado como foram Bebianno, Vélez Rodrigues, Santos Cruz e mais uma dezena de cargos de segundo escalão. Além desses escândalos há outro elemento determinante no agravamento da crise do governo: não há sinais sólidos de superação da estagnação econômica e do desemprego. Já são mais de 13,2 milhões de desempregados e mais de 28,4 milhões de população subutilizada (desempregados, mão de obra subocupada e pessoas que não buscam mais emprego). Se considerarmos também a informalidade e pessoas que trabalham por conta própria, teremos mais 35,3 milhões de pessoas, contra 33 milhões trabalhando com carteira assinada (IBGE – 2018). Se somarmos a população subutilizada e a que vive na informalidade, teremos perto de 63,7 milhões de pessoas. Esse número significa a somatória da população da Espanha, de Portugal e da Suíça. Um verdadeiro exército de desempregados e precarizados pelas substantivas modificações no mundo do trabalho. Esse caldo de cultura definitivamente não ajuda na construção de uma estabilidade desse novo pacto social.

Bolsonaro segue em queda de popularidade. Perde para quase todos os presidentes anteriores. Segundo a pesquisa de junho da CNI, 48% da população desaprova seu modo de governar, 51% não confiam nele e apenas 32% consideram seu governo ótimo ou bom. Além de indicar uma substantiva perda de apoio popular, acende o sinal vermelho da grande burguesia, que começa a ver que sua fanfarronice está sendo de pouca valia para os verdadeiros interesses do grande capital. Um risco a mais para o capitão. As vitoriosas manifestações de rua desde o "Ele não", passando pelo 8 de março, pelas manifestações contra o corte de verbas na educação e a greve geral são, evidentemente, pontos determinantes de fragilização do governo.

Por tudo isso, acreditamos que o governo Bolsonaro está mais fraco do que quando assumiu. As dissenções internas no núcleo central do governo, a constante defenestração de ministros, a manutenção da crise econômica, os escândalos frequentes, a perda de apoio para suas pautas "ideológicas", as crescentes manifestações populares e a greve geral são prova disso. Contudo, ainda não estamos na ofensiva. Nossas lutas são, em sua grande maioria, defensivas e reativas. Os principais movimentos sociais ainda estão fragmentados e com baixa representatividade orgânica. Sua imprescindível reorganização não deve restringir-se a articulações superestruturais ou a movimentações pontuais entre partidos e movimentos e nem deve estar subordinada ao calendário eleitoral. O principal desafio é readquirir capilaridade estrutural nas lutas do povo. É um trabalho que requer tempo, determinação e paciência revolucionária. Mas não vemos outro caminho. Não há atalhos na luta de classes.

Somos a favor da anulação da prisão de Lula, que foi, do ponto de vista jurídico, uma aberração, movida pelo setor golpista visando excluí-lo das eleições presidenciais de 2018. A Lava Jato faz parte de um plano articulado e seletivo

para destruir o petismo e a esquerda de uma maneira geral. O PSOL é cada vez mais alvo da extrema direita: o assassinato de Marielle Franco, as crescentes ameaças aos nossos parlamentares e o ódio destilado por Bolsonaro contra nós são prova disso. Sendo assim, trabalhamos em Frente Única pela manutenção das garantias democráticas e contra o neoliberalismo fascistóide do governo. Estamos a favor da mais ampla frente contra a Reforma da Previdência, estivemos na linha de frente da campanha pelo "Ele não", trabalhamos incansavelmente no "vira voto" e estamos pela anulação do julgamento de Lula. Sem sectarismos e de maneira madura, primamos por expor nossas diferenças dentro da unidade, pois essa unidade será construída respeitando e não negando nossas diferenças.

Nesse sentido é fundamental entendermos a dimensão dada pelo PT à campanha "Lula Livre". Trata-se, é claro, de uma luta justa e democrática pela anulação do julgamento e nisso temos acordo. Mas essa campanha é muito mais que isso. Reflete uma concepção lulopetista de principalização da luta eleitoral, de uma campanha eleitoral antecipada, de subordinação das lutas aos objetivos eleitorais, legítimos, diga-se de passagem, do PT. Do PT, não do PSOL. O que não podemos fazer, como partido que surge como superação dialética do PT, é atrelar o PSOL a essa tática reformista e eleitoreira. Participamos sim dos processos eleitorais, mas sem ilusão de que nossos problemas se resolvem por essa via. O PT está, há muitos anos, incorporado ao sistema. Abandonou, há décadas, a luta pelo socialismo e restringe seus horizontes estratégicos a "melhorar" o capitalismo. Isso é um crime do ponto de vista político. A conciliação de classes nunca beneficiou a classe trabalhadora. Qualquer resgate histórico vai comprovar isso. Toda vez que a classe trabalhadora, ou suas direções, melhor dizendo, fazem pactos com a classe dominante, quem se beneficia é a burguesia. O fracasso do

"modo petista" de "governar para todos" é, na verdade, uma política explícita de consolidação da hegemonia burguesa. O fracasso da conciliação, não raro, dá espaço ao surgimento de vias ultraconservadoras. Esse é, sem dúvida, um dos elementos que explicam a vitória de Bolsonaro. E o PT nunca fez essa autocrítica, o que nos dá a certeza de que, se houver outro governo de Lula ou do PT, haverá poucas diferenças com os que já existiram por 13 anos no Brasil. Não há como tergiversar sobre isso. E é exatamente por isso que fazemos questão, sempre, de reafirmar que nossas táticas têm que estar sempre conectadas ao nosso objetivo estratégico, que é a revolução socialista. Sem sectarismos, sem dogmatismos, sem capitulações e com plena ciência de nossas muitas limitações. Mas com uma profunda confiança na força de nossa classe.

Não temos soluções mágicas. Não temos como ser infalíveis, aliás, haveremos ainda de errar muito, mas o que não podemos fazer é esquecer nossos horizontes estratégicos. Não podemos, se de fato ainda acreditamos no socialismo, buscar atalhos ou sucumbir ao melhorismo. Não é fácil, posto que as pressões adaptacionistas são muitas, mas a manutenção de nossos princípios, a paciência revolucionária, a confiança na independência de classe e a firmeza ideológica haverão de nos permitir navegar com segurança rumo ao futuro.

Estamos precisando de alternativas radicais no mundo e o PSOL pode cumprir esse papel aqui no Brasil – Entrevista com Mariana Conti

Giovanna Marcelino[1]

No dia 13 de junho, tivemos a oportunidade de entrevistar Mariana Conti, atualmente vereadora na cidade de Campinas/SP e dirigente do coletivo 1 de maio, corrente interna do PSOL.

Mariana nos contou um pouco sobre sua trajetória de militância, o protagonismo das mulheres nos processos de resistência e sua opinião sobre os primeiros meses do governo Bolsonaro. Além disso, expressou suas avaliações sobre os caminhos que o PSOL deve seguir para se consolidar como uma alternativa de esquerda no Brasil e de que forma devemos continuar lutando pela Revolução Brasileira como o programa capaz de resolver concretamente a vida das pessoas. Confira a seguir a entrevista.

***Movimento* – Você atualmente é vereadora em Campinas (SP). Conte-nos um pouco sua trajetória de militância nos movimentos sociais e no PSOL até chegar aqui.**

Mariana Conti – Pelo que eu me lembre, a política sempre fez parte da minha vida. Eu sou de uma família de pessoas que sempre tiveram algum tipo de envolvimento político. Meu avó foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Americana, minha mãe também foi militante. Então, a gente

1 Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), integrante do corpo editorial da *Revista Movimento* e da Executiva de Mulheres do MES SP.

sempre discutiu muito as questões políticas dentro de casa.

Uma primeira referência de movimento para mim foi a Pastoral da Juventude (PJ), da qual participei quando estava na escola (que era ligada a Igreja). Mas minha participação em uma militância mais organizada aconteceu mesmo quando eu comecei a fazer Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e passei a participar do movimento estudantil. Isso foi em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula. Eu fazia parte daqueles entusiastas que tinham votado no Lula em 2002. Mas, com a Reforma da Previdência em 2003, a animação acabou. Tivemos uma greve grande na UNICAMP nesse momento. Além disso, houve também a repercussão da expulsão dos chamados "radicais do PT". E foi nesse processo que eu tomei contato com o surgimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No final daquele ano, eu entrei no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, desde então, meu envolvimento com a política se tornou cada vez mais intenso. Naquele momento, tive contato com uma militância muito próxima ao MST. Nós tínhamos um núcleo pela Reforma Agrária na UNICAMP. Além disso, participei do Plebiscito da Vale, da luta contra a ALCA, da manifestações pelo Passe Livre, de uma série de greves estudantis, enfim, de um conjunto de movimentos que aconteceram naquele período.

Em 2006, depois do Mensalão, o Plínio de Arruda Sampaio rompeu com o PT e anunciou sua entrada no PSOL. Foi nesse momento que eu, junto com outras pessoas da UNICAMP, entramos no partido. Me lembro que o Plínio veio fazer uma palestra em Campinas, para dizer porque deveríamos construir o PSOL e nos engajar na construção de uma nova alternativa de esquerda. Foi aí que tomei a decisão de entrar no partido. Em 2008, eu sai como candidata a vereadora pela primeira vez, e foi quando eu iniciei minha militância mais partidária, até 2016, quando fui eleita.

***M* – O PSOL, nas últimas eleições municipais e nacionais, fortaleceu sua bancada. Você foi eleita na esteira do ascenso do movimento de mulheres. As mulheres podem liderar a luta contra Bolsonaro?**

MC – Ah, com certeza! Na verdade, já estamos liderando. O primeiro grande movimento que anunciou a resistência que haveria ao governo Bolsonaro foi o *#EleNão*. E isso é muito interessante, pois os governos geralmente começam a enfrentar processos de resistência e de oposição depois de serem eleitos; no caso do Bolsonaro, isso se deu antes. As mulheres, portanto, anteciparam o processo de resistência. E isso não se deu em resposta apenas à política e à ideologia misógina que o Bolsonaro defende – uma visão de mundo retrógrada que condena a mulher num papel de submissão e se traduz numa fixação pelo "macho", pela arma, uma questão que só a psicanálise pode explicar, e que vem na esteira de outros governos autoritários que foram eleitos pelo mundo no mesmo período, que defendem esse mesmo conteúdo misógino, como parte até da sua estética – mas também em resposta ao ataque objetivo que o Bolsonaro representava do ponto de vista dos direitos sociais, dos direitos reprodutivos, etc. No movimento *#EleNão*, nós já discutíamos como a Reforma da Previdência, por exemplo, seria um ataque às mulheres.

É notório, que num país de desigualdades como o Brasil, que são marcadas pelas relações de gênero e raça, que as mulheres sejam protagonistas dos processos de resistência. Em 2016, nós já tínhamos tido a eleição da bancada feminista do PSOL, que se fortaleceu também ao chegar no ano passado ao Congresso Nacional, algo que simboliza como as mulheres estão coletivamente criando seus escudos. Então, o movimento de mulheres tanto antecipou o processo de resistência, como continua criando formas de luta e liderando as discussões específicas que dizem respeito às ques-

tões de gênero, mas também à política geral. As mulheres tem mostrado, portanto, a capacidade de ser protagonistas de suas lutas e da oposição ao governo Bolsonaro em sua totalidade e o que representa o seu projeto para o conjunto da população.

***M* – Que avaliação você faz desses primeiros meses de governo de Bolsonaro?**

MC – Na verdade, quem colocou o Bolsonaro no poder foi o capital, na esteira da ascensão de governos ultraliberais, através do que já virou até um jargão: "Sou liberal da economia e conservador nos costumes" – algo que não é nenhuma novidade no Brasil, porque a nossa burguesia e elite política sempre teve esse viés de ser liberal e conservador ao mesmo tempo. Mas na esteira da eleição de governos ultraliberais no mundo, uma parte da elite econômica brasileira viu no Bolsonaro uma chave para realizar o desmonte dos direitos trabalhistas, da legislação ambiental e de todas aquelas legislações que são consideradas entraves por colocar barreiras para o avanço do capital no Brasil, inclusive se aproveitando do capital político que o Bolsonaro construiu de forma bastante oportunista nesse último período, tentando se colocar como um "outsider", como algo novo, contra o sistema político – ele que tem mais de trinta anos de carreira política e, portanto, faz parte, junto com seus filhos, da velha política. Então, na minha opinião, uma parte da elite econômica brasileira se aproveitou e apostou no Bolsonaro para realizar esses processos, como a proposta de Reforma da Previdência do Paulo Guedes, o desmonte ambiental através da nomeação do Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente, a liberação do porte de armas, etc. Tudo isso tem um viés muito claro, que é um avanço sem precedentes do ponto de vista da liberdade do capitalismo de operar, desmontando todos os

aspectos do Estado Nacional que colocavam algum tipo de entrave para essa livre movimentação destrutiva das relações capitalistas no Brasil.

Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro tem uma série de contradições. Seja do ponto de vista da dificuldade que o PSL tem para administrar seus conflitos internos – pois é muito cacique disputando espaço (devido muitas vezes a um grande personalismo de suas figuras) – seja do ponto de vista da própria administração do Estado. Pois um coisa é você construir e apresentar uma ideologia contra a ordem durante a campanha, outra é você colocá-la em prática quando está no governo – a coisa muda completamente, porque não existe improvisação no Estado. Então, isso cria uma série de contradições e fica aparente que eles não tem o menor domínio sobre as mínimas questões. Por isso, existe espaço para que a resistência aconteça, pois muito embora o Bolsonaro se coloque como o paladino da defesa contra a "ideologização", não existe nada mais ideológico que seu próprio governo, e isso também tem gerado tensões e muitas contradições.

Os processos de luta contra os cortes na educação mostraram isso: apesar de toda a tentativa de desmoralização dos estudantes e dos professores, ainda tem muita gente disposta a defender a educação pública. Além disso, a proposta da Reforma da Previdência decepcionou muita gente que votou no próprio Bolsonaro, algo que mostra como devemos sair um pouco da lógica de taxá-las de "burras" ou "fascistas". Isso é uma posição de uma certa soberba da esquerda. Pra gente fazer o processo de resistência, nós devemos dialogar com aquelas pessoas que votaram no Bolsonaro, porque acreditaram que ele representava a mudança – elas foram iludidas e enganadas, mas porque acreditavam que ele de alguma forma representava uma mudança.

Então, na minha avaliação, o Bolsonaro ainda tem uma força ideológica (algo que foi demonstrado pelos atos do dia

26 de maio), mas seu governo tem cada vez mais se apresentado como um desastre. E a resistência tem se demonstrado viável. Espero que a greve geral do dia 14 de junho sirva para enterrarmos a proposta de Reforma da Previdência do Paulo Guedes. Na minha opinião, a greve geral vai ser um divisor de águas do que será o futuro do governo Bolsonaro.

***M* – Como você avalia o lugar do PSOL na oposição? Como participar de processos unitários sem diluir o perfil do partido?**

MC – Eu acho que o PSOL tem cada vez mais se apresentado – e isso se confirmou nas últimas eleições – como uma forma viável de oposição, algo que foi resultado de um processo de construção de anos. Uma demonstração disso é a de que as principais polêmicas hoje no Congresso Nacional contra o governo Bolsonaro, por exemplo, são lideradas e capitaneadas pelo PSOL.

Porque tem um aspecto na política do PSOL que permite isso: a defesa da independência política. Nós temos muitas diferenças de análises dentro do partido, mas o fato é que, de um modo geral, nós temos clareza do nosso papel de oposição e de fazer um embate contra qualquer tipo de acomodação à ordem. Nós temos nos apresentado como oposição, porque, para nós, não existe nenhum tipo de conciliação com o governo Bolsonaro. Não existe nenhum tipo de negociação com aqueles que sempre comandaram o país – seja com a velha direita ou a nova direita. Por isso que a nossa posição de não entrar em conciliação e conchavo com essas posições é central, porque é a condição que temos para resistir.

E como participar de processos unitários sem se diluir? Eu acho que mantendo essa linha tênue que é, na verdade, a razão de ser do PSOL. Nós surgimos enquanto uma resistência aos conchavos que aconteceram durante os governos

petistas, que, decepcionando todas as expectativas, chegaram ao poder e entraram no mesmo sistema de governabilidade, fazendo acordos para a manutenção da ordem. Nós precisamos manter essa posição, que é a razão de ser do PSOL, pois essa é a melhor forma de criarmos uma identidade e perfil próprios. Nesse sentido, eu acho que é sim necessário que a gente tenha unidade nos processos de luta contra a Reforma da Previdência e tudo mais, mas nós sabemos que uma parte da esquerda, especificamente o PT, não vai levar isso até o fim, basta ver a posição de seus governadores nos últimos dias, que defenderam a Reforma da Previdência, porque isso resolveria os problemas dos seus estados. Esse tipo de postura enfraquece a esquerda, porque dificulta que a gente reconquiste a confiança da população brasileira e dos trabalhadores, mostrando que a política pode ser feita a partir de princípios e de ideias que não estão à venda, que não estão sujeitas à negociatas. Essa é a melhor forma que a gente tem para construir uma referência e uma identidade para o partido.

Eu vejo que o PSOL pode criar um espaço nesse sentido e se apresentar como uma alternativa. Pois, o fato é que o Brasil e o mundo estão precisando de alternativas. Afinal, mesmo os partidos da socialdemocracia que estiveram no poder (não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro) são parte do problema. O crescimento desse populismo de direita aconteceu na esteira da crise da socialdemocracia liberal. Então eles são parte do problema. Estamos precisando de alternativas radicais no mundo e eu acho que o PSOL pode cumprir esse papel aqui no Brasil.

***M* – O PSOL foi fundado há 15 anos como uma ferramenta anticapitalista a serviço da emancipação do povo e do socialismo. Ainda devemos lutar pela Revolução Brasileira? Por quais caminhos?**

MC – Eu acho que a Revolução Brasileira é essencial. Mas o que é a Revolução Brasileira, afinal? Na minha opinião, ela é o programa que resolverá concretamente a vida das pessoas. Se a gente pensar todas as experiências de revoluções que nós tivemos ao longo da história, como a Revolução Russa, por exemplo, antes de ser socialista ela era russa, porque ela respondia objetivamente as necessidades concretas da Rússia naquele período. Qual foi a única forma de responder a uma situação de fome, miséria e de conflito bélico que o czarismo colocou o povo russo? A revolução socialista. Da mesma forma, a Revolução Cubana, antes de ser socialista, foi cubana, que dizia respeito a uma resposta do povo cubano às relações coloniais que existiam entre os Estados Unidos e Cuba.

A questão da Revolução Brasileira passa pela mesma lógica. Ela deverá responder concretamente os problemas do povo brasileiro. A questão é que, no capitalismo dependente, como é o nosso caso no Brasil – baseado num sistema de dominação extremamente subserviente em relação aos dinamismos internacionais, de um sistema de desigualdade, de uma democracia restrita – essa mudança social só pode se colocar contra os interesses capitalistas. O Brasil tem um papel muito específico dentro do capitalismo internacional, que é o de fornecer produtos agrícolas, commodities para exportação, tendo suas relações de trabalho determinadas a partir disso.

Eu acho que a Revolução Brasileira tem ganhado uma atualidade importante. Mas como fazê-la? Não dá pra gente pensar uma mudança, nem mesmo em termos de avanços da democracia e de uma política de combate às desigualdades no Brasil, sem pensar a questão da terra, por exemplo. A propriedade agrária ainda é um elemento fundamental. O poder que tem os proprietários agrários é impressionante, como vemos em Campinas. Nós estamos aqui conversando no distrito de Barão Geraldo, que foi um grande barão do café, escravocra-

ta, temido pelos escravos por ser um dos barões mais violentos. E a propriedade agrária e a grande concentração da terra ainda hoje determina boa parte das relações econômicas em Campinas. Para mim, isso ficou muito claro na aprovação do Plano Diretor da cidade, por exemplo. Toda lógica da organização e do orçamento da cidade é feita a partir da valorização da propriedade da terra. Por isso a reforma agrária é uma questão fundamental.

Além disso, temos a questão da dívida pública. Se não rompermos com o sistema da dívida pública, muito dificilmente teremos orçamento para resolver os problemas da saúde, educação, de investimento nas áreas sociais. Muita gente fala que se nós pararmos de pagar a dívida pública e fizermos uma auditoria, não virão mais investimentos externos. Ora, mas quais benefícios os investidores externos estão trazendo para o Brasil? A remessa de lucro brasileira que é mandada para fora ultrapassa em muito o que entra em termos de investimento. O mesmo acontece em termos da estrutura produtiva. O Brasil tem se especializado, mesmo no período anterior de crescimento econômico, na exportação de commodities. O "boom" da mineração foi isso e a gente viu as consequências acarretadas, com a construção de muitas barragens, que levaram ao crime de Brumadinho em Minas Gerais, por exemplo, com a flexibilização da legislação ambiental, com a privatização da Vale, que diz respeito a uma estrutura produtiva relacionada ao papel que o Brasil cumpre no cenário internacional.

Para mim, a Revolução Brasileira passa por esses elementos: resolvermos o problema da dívida pública, da questão agrária, da estrutura produtiva (que deveria ser voltada para as necessidades do povo), da democracia (para que a política de fato se torne o meio coletivo para a população decidir sobre os rumos do país), da educação (com política de valorização dos professores), da juventude, do desemprego, etc..

Então, a Revolução Brasileira, na verdade, é muito concreta. Às vezes, as pessoas acham que é uma utopia. Para mim, utopia é achar que a gente pode reformar esse capitalismo destrutivo! Então, eu acho que a possibilidade da gente resolver concretamente os problemas da vida do povo passa por colocarmos em marcha esse processo de romper com o poder que está estabelecido.

Brasil

O Brasil ladeira abaixo

Rosa Maria Marques[1]

O retorno das ruas

Em 15 de maio deste ano, apenas a quatro meses e meio do início do governo Bolsonaro, os protestos massivos voltaram a ser uma realidade na cena política brasileira. Em 222 cidades, em 26 estados da federação e no distrito federal, com destaque para suas capitais, milhares de manifestantes foram às ruas mostrar seu repúdio aos cortes de verbas destinadas à educação universitária e a reafirmar sua defesa incondicional pela educação. Segundo o Brasil de Fato[2], o número de manifestantes foi de mais de um milhão, com destaque para os atos realizados em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que reuniram 250 mil pessoas cada um deles.

Frente a essa manifestação de força e descontentamento, o presidente Bolsonaro, de Dallas (EUA), classificou os participantes dos atos de "idiotas úteis" e "imbecis". Na tentativa de remediar o repúdio que se seguiu a tal caracterização, mais tarde, o porta-voz do governo declarou serem as manifestações "legítimas e democráticas, desde que não se utilizem de violência e nem destruam o patrimônio público". Dois dias depois, contudo, Bolsonaro divulgou, em suas redes sociais, texto anônimo que afirma que o país está ingovernável, atribuindo a culpa às "corporações" presentes no Congresso e no Supremo Tribunal Federal[3]. No dia 26, apoiadores do governo foram às ruas em 156 cidades do país. Se elas não

---

1 Rosa Maria Marques é professora titular de Economia da PUC/SP e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

2 https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro/

3 https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-compartilha-texto-que-classifica-pais-de-ingovernavel-fora-de-conchavos-23674131

foram tão expressivas como as de 15 de maio, indicaram que ainda é forte sua base de apoio.

Em 30 de maio, novamente se fez presente nas ruas o movimento em defesa da educação, apontando para a greve no dia 14 de junho. Esta, convocada por todas as centrais sindicais, tem como principal eixo a luta contra o projeto de reforma da Previdência Social. Vale lembrar que no dia 1 de maio deste ano, no dia do trabalhador, foi a primeira vez que as centrais sindicais fizeram ato unificado, indicando a importância que estão dando à resistir aos avanços do governo Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e sobre as instituições e políticas implantadas durante aos governos que se seguiram ao fim da ditadura militar, especialmente depois de aprovada a Constituição de 1988.

O pano de fundo das manifestações

Em 22 de março deste ano, o Ministério da Economia realizou contingenciamento de R$ 29,792 bilhões nas despesas não obrigatórias do orçamento de 2019. Tudo isso provocado pela frustação do crescimento do PIB e, por consequência, da receita de impostos e contribuições, dado o objetivo de manter a meta de déficit primário de R$ 139 bilhões estipulada para 2019. Em 29 de março, mediante o decreto 9.741, foi divulgada a distribuição do contingenciamento por ministério. O ministério mais afetado, em termos absolutos, foi o da Educação. Em termos relativos, considerando o total de recursos atribuídos inicialmente na lei orçamentária, outros ministérios tiveram expressiva redução. Entre eles se destacam o da Defesa e o de Minas e Energia.

Em 22 de maio, dada nova revisão para baixo do PIB, foi realizado novo contingenciamento. Dessa vez, contudo, o corte foi realizado aquém do "necessário", de R$ 2,181 bilhões, e atingiu apenas o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública da União,

totalizando R$ 14,62 milhões. Para isso, o governo se utilizou da parte da reserva de emergência criada em fins de março. Além disso, destinou R$ 1,64 bilhão da reserva para recompor parte das verbas dos Ministérios da Educação (R$ 1,588 bilhão) e do Meio Ambiente (R$ 56,6 milhões).

Para se entender em que base se dá esse contingenciamento (um verdadeiro corte nos recursos disponíveis na medida em que, como veremos adiante, não há nenhuma perspectiva de retomada do crescimento econômico no país), é preciso lembrar que 2019 constitui o segundo ano de vigência do novo regime fiscal aprovado em dezembro de 2016, durante o governo Temer. Este regime congelou a despesa do governo federal por 20 anos, sendo apenas admissível sua atualização enquanto poder de compra, levando em conta a inflação passada. Dessa forma, o corte de recursos foi promovido sobre um orçamento já contido. A alocação dos recursos nos diferentes ministérios é função desse congelamento e da meta definida para o resultado do superávit / déficit primário. Isso significa que, mesmo que o país volte a crescer, não haverá expansão do gasto com relação ao realizado em 2018. Tal como alertado por muitos, a continuidade desse regime fiscal levará ao colapso de várias políticas públicas, dado que a demanda por seus serviços e ações continua a aumentar, o que já está acontecendo.

Não há nenhuma perspectiva de mudança no quadro econômico do país. Ao contrário, o que os economistas estão discutindo é se o Brasil enfrenta uma estagnação ou depressão. Segundo a consultoria AC Pastore, do ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore, em seu relatório "A depressão depois da recessão", a renda per capita deverá, caso o país cresça 1% neste ano, permanecer igual à de 2018. Assim sendo, será o terceiro ano em que a renda per capita ficará 8% abaixo de seu pico prévio, isto é, em 2014. Além disso, nenhum setor produtivo até agora voltou ao nível

do patamar pré-crise. A consultoria considera que a retomada do crescimento pode ser a mais lenta da história do país. Confirmando essa avaliação, o desempenho da indústria nos três primeiros meses do ano, que foi recém-divulgado, registrou queda de 0,2%.

Todos os ovos na mesma cesta

Enquanto isso, o governo aposta todas as fichas na reforma da Previdência Social. No entendimento do ministro da Economia, Paulo Guedes, o problema do Brasil é fiscal e esse se deve fundamentalmente ao crescimento da despesa previdenciária, especialmente com as aposentadorias e pensões. Esse diagnóstico não difere de seu antecessor, do governo Temer. A diferença é que não só altera radicalmente as condições de acesso à aposentadoria, introduzindo o critério de idade, aumentando o tempo mínimo de contribuição e ampliando sobremaneira o tempo necessário para a obtenção da aposentadoria a valor pleno, como propõe que os novos ingressantes ingressem em um regime de capitalização, alterando completamente a lógica de organização da proteção social existente no país. Para o ministro, a realização da reforma, ao mudar o quadro da despesa futura do governo, teria impacto positivo sobre as expectativas dos agentes econômicos e colocaria o Brasil novamente na rota do crescimento. Nenhuma palavra é dita sobre a situação econômica mundial, a financeirização da economia e a necessidade do estado ser um elemento ativo na condução e realização de políticas no país. É contra essa visão estreita e absolutamente equivocada, e contra o impacto que tal proposta de reforma terá sobre os trabalhadores, caso seja aprovada, que a greve geral de 14 de junho está sendo organizada.

As publicações do Intercept *mostram um aspecto corrupto dentro da própria Lava Jato* – Entrevista com o deputado federal David Miranda (PSOL-RJ)

Thiago Aguiar[1]

Um terremoto chacoalhou a política brasileira nas últimas semanas. A equipe do jornalista Glenn Greenwald, do site *The Intercept Brasil*, recebeu arquivos de uma fonte anônima com registros de conversas de Sérgio Moro com procuradores da força-tarefa da Operação Lava Jato. As conversas, até aqui, mostram procedimentos para direcionar investigações, sugerir testemunhas e preservar figuras vistas como possíveis aliadas da operação. Ao mesmo tempo, as conversas mostram que Sérgio Moro buscou uma posição no governo de Jair Bolsonaro e contribuiu com sua eleição ao retirar Lula da disputa. Os desvios da equipe de Curitiba, agora revelados, podem colocar em xeque seu importante trabalho investigativo, que revelou um esquema de corrupção gigantesco envolvendo grandes empresas capitalistas e o sistema político.

Nosso camarada David Miranda, marido do jornalista Glenn Greenwald, acompanha há anos o trabalho do jornalista, vencedor do prêmio Pulitzer pelas reportagens com as revelações do ex-agente Edward Snowden sobre a espionagem da NSA. Nessa época, David aproximou-se do Juntos e do MES em iniciativas comuns em solidariedade a Snowden. De lá para cá, David tornou-se vereador e é atualmente deputado federal do Rio de Janeiro pelo PSOL. Acompanhe nossa entrevista sobre as revelações de *The Intercept*, o governo Bol-

1 Doutor em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

sonaro e sua atuação como único deputado assumidamente LGBT na Câmara.

***Movimento* - David, como você avalia os primeiros seis meses como deputado federal? Quais os desafios você tem enfrentado na Câmara?**

David Miranda – Olha, esses seis primeiros meses foram muito intensos. A Câmara dos Deputados é completamente diferente da Câmara de Vereadores, as regras, os poderes do Presidente da Câmara, que são praticamente infinitos para comandar a pauta... Isso me deixa incomodado: não é um sistema muito democrático. Fora isso, o governo está perdido e não tem estabilidade alguma, o que não é, necessariamente, algo bom ou ruim para a gente que faz oposição. O problema é que não tem estabilidade para o país para ter crescimento, trabalho, educação... Além dos escândalos de corrupção envolvendo a família do presidente, o partido e as figuras que chegaram ali, que não fazem política e não entendem que a política é para as pessoas. Chegaram numa onda, surfando o bolsonarismo e isso é muito complicado porque essas pessoas têm uma agenda que é muito individual, nada coletiva. Nesses seis meses, os principais enfrentamentos que a gente vem fazendo é contra o conservadorismo, as piadas LGBTfóbicas e os quadros corruptos que existem ainda ali dentro.

***M* – Nas últimas semanas, as reportagens de *The Intercept* chacoalharam a política nacional. Como você avalia o que veio a público até agora sobre a força-tarefa da Lava Jato? Na sua opinião, o que se pode esperar das próximas revelações?**

DM – Eu acho muito interessante. As publicações que foram feitas mostram um aspecto corrupto dentro da própria

Lava Jato: um juiz que dá instruções e indica testemunhas para conseguir aprisionar. As publicações, até agora, mostraram que ele escolheu preservar algumas figuras e não outras, que ele foi bem incisivo com alguns partidos e não com outros, mostrando que ele foi muito partidário. Também foi revelado que ele já almejava um cargo no governo. Então, é muito ruim ver que a Lava Jato, que cumpriu um papel muito interessante, muito bom para a sociedade, porque a gente viu a Lava Jato prendendo Cunha e Cabral, mostrando o que fez a Odebrecht, recuperando uma quantidade significativa de dinheiro... Mas também, mesmo dentro da Lava Jato, quando se dá muito poder a figuras, transformadas em heróis e salvadores, você vê que são seres humanos, que isso sobe à cabeça e se vê que os fins justificam os meios. A meu ver, ainda vão ser reveladas muitas coisas, o Glenn tem dito que o arquivo é muito grande e que isto é só um por cento das conversas.

***M* – Numa entrevista recente, você afirmou que é preciso investigar as revelações sobre Sérgio Moro e Deltan Dallagnol sem colocar em risco o combate à corrupção no Brasil. Que iniciativas você pretende tomar na Câmara e com a bancada do PSOL?**

DM – Olha, a gente tem proposto com o PSOL e os partidos de oposição uma CPI. Eu, pessoalmente, vi a redação do pedido de CPI e ela está focada nas pessoas mencionadas nas matérias para que não ocorra que investigados na Lava Jato que possuem foro privilegiado possam se utilizar da CPI para abafar as revelações anteriores da Lava Jato. De novo: a Lava Jato cumpriu um papel importante e a gente precisa reafirmar que, até que todas as publicações sejam feitas e a gente saiba, o foco seja mantido nas pessoas que foram apresentadas nas publicações. Então, a bancada do PSOL está entrando com

um pedido de CPI com os partidos de oposição, mas focando nas pessoas mencionadas nas reportagens. Fora isso, a gente apoia toda a iniciativa popular, de juristas e órgãos como a OAB, além de outras instituições, que queiram entrar com um pedido de afastamento ou qualquer outra iniciativa para que o Moro e os procuradores da Lava Jato sejam afastados. O partido e a oposição vão apoiar essas iniciativas.

***M* – Você e seu marido, o jornalista Glenn Greenwald, têm sofrido ameaças desde que as primeiras reportagens foram divulgadas. Como vocês reagiram a essa pressão?**

DM – Sim, a gente tem sofrido ameaças desde a primeira reportagem. A pressão é muito grande, para mim, para o Glenn e para os jornalistas do Intercept. É uma batalha: a gente sabe que o presidente chegou a ser eleito com *fake news*, com todo um aparato e com pessoas fanáticas por ele, sem ter debate. E a gente sabe da ignorância desse governo, um possível envolvimento com a milícia, com o Flávio Bolsonaro, em seu gabinete aqui no Rio de Janeiro quando era deputado estadual, pessoas do escritório do crime, entre outras coisas... Isso é uma situação muito ruim para mim como parlamentar e para o Glenn como jornalista. A gente não devia passar por esse tipo de situação. Ao mesmo tempo, a gente não vai se paralisar. A gente tomou as medidas de segurança necessárias para mim e para a minha família para que a gente pudesse ter a certeza e o conforto de que a gente esteja seguro. E a gente está num exercício democrático, eu como parlamentar e ele como jornalista. Então, as pessoas deviam se focar no que são as publicações ao invés de atacar a nossa sexualidade, o nosso casamento, fazer toda uma cortina de fumaça espalhando fake news, mas isso não vai dar certo porque cada vez mais jornais entram nessa disputa, vão trabalhando junto e descontruindo essas fake news. As ameaças de morte, que eu

e minha família sofremos, a gente lidou com a segurança para que a gente não ficasse paralisado. O pessoal do Intercept vai continuar fazendo as publicações porque isso é importante para a democracia e eu vou continuar meu trabalho como parlamentar, que é continuar lutando contra esse governo e apresentando propostas concretas para a recuperação econômica, de empregos, para a educação e a saúde no nosso país.

***M* – Você tem ocupado um importante papel como representante de LGBTs na Câmara num contexto de ataques do governo Bolsonaro aos direitos democráticos. Como você avalia a gigantesca Parada LGBT recentemente ocorrida em São Paulo?**

DM – Sim, hoje eu sou o único parlamentar eleito que levanta a bandeira LGBT e que é assumidamente LGBT no Congresso. Lembrando que o Jean Wyllys teve que sair do país por conta do terrorismo que ele sofreu durante anos, uma coisa muito ruim de que não se fala no Brasil. O presidente é abertamente LGBTfóbico, com suas frases de que se tivesse um filho gay bateria, preferia bandido, preferia morto, que não venham turistas gays, me chamando e ao Jean de "menina", falando um monte de coisas e espalhando fake news. É muito importante frisar que são dois homens LGBT lutando abertamente contra um governo LGBTfóbico. Então, nesse momento, é muito importante ver a Parada LGBT de São Paulo, que reuniu, se eu não me engano, quase quatro milhões de pessoas. Isso faz com que se veja que o maior movimento do mundo tem uma bandeira colorida e a gente só tem um representante entre 513 que consegue levantar essa bandeira e estar ali. Eu continuo resistindo naquele espaço e a Parada mandou um recado para o Bolsonaro e para os conservadores de que a organização popular e política das LGBTs vai se fortalecer. A gente está no país que mais mata LGBTs no mundo, então a gente vai se organizar, vai se reunir

e vai festejar porque estar vivo, nesse país, sendo LGBT é uma vitória, uma grande vitória. A gente vai seguir tocando em frente para fazer política concreta. Vai ter muito perrengue: por exemplo, na última semana, o Rodrigo Maia nos atendeu na residência oficial e fez um acordo comigo e com membros da aliança LGBTI+ do Brasil de que iria trocar a iluminação da Câmara em homenagem ao mês do orgulho LGBT e ele simplesmente não o fez porque a bancada evangélica não quis. Então, o Congresso não se iluminou com as cores do arco-íris, uma coisa tão simples, para dizer que tem orgulho. Mas, tudo bem, a gente continua resistindo e trabalhando bastante. O importante é que o movimento está acordado e não vai voltar a dormir nunca porque são nossos corpos, nossas vidas e a gente está lutando só por nosso direito de amar e nosso direito de viver e toda a forma de amor é justa para continuar resistindo.

A educação como nossa arma para vencer

Camila Souza[1]

Quando este artigo era concluído estávamos às vésperas do 57º Congresso da União Nacional dos Estudantes. Exatos 40 anos após a reconstrução da UNE, os estudantes realizam seu Congresso com um grande ato da educação em Brasília depois de semanas de fortes atos em luta contra os cortes. No dias 15 e 30 de maio e no dia 14 de junho centenas de cidades foram tomadas por mobilizações protagonizadas pelos estudantes em conjunto com os setores da educação e da classe trabalhadora. Podemos afirmar que está em marcha no país uma luta de fôlego que polariza nossos livros versus o governo das armas, os estudantes *versus* Bolsonaro e Weintraub.

Nos seis meses iniciais de governo, a pasta da educação foi bastante agitada. Já tivemos um Ministro da Educação demitido, exoneração de dezenas de pessoas de diversos cargos internos do MEC, atraso no envio da lista dos estudantes do FIES para as universidades, carta de orientação às diretorias para a gravação de vídeos nas escolas com o uso do slogan político da campanha eleitoral do atual Presidente, atraso na elaboração da prova do ENEM, demissão do Presidente do INEP, ataques aos cursos de humanas como Sociologia e Filosofia, acusação das universidades promoverem balbúrdia, tudo isso coroado com um corte de 30% no recurso de toda a rede federal, universidades, institutos e colégios, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), fundação ligada ao MEC responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação, também foi atingida.

---

1 Mestranda em Sociologia e Antropologia (UFRJ), do Grupo de Trabalho Nacional do Juntos e da direção do MES.

A universidade onde faço Mestrado em Sociologia e Antropologia, a UFRJ, é uma universidade de excelência acadêmica e completa no ano que vem, em 2020, cem anos. Recentemente recebeu o prêmio de universidade mais inovadora do país, segundo o Ranking Universitário Folha 2018. Em que pese tudo isso, a Reitoria já emitiu nota afirmando que a abertura e funcionamento a partir de julho está em risco caso os cortes não sejam revertidos. Ou seja, a UFRJ pode ficar de portas fechadas no segundo semestre. E este não é um exemplo isolado, é apenas mais um que se soma para ilustrar a gravidade da situação que vivemos. Estamos diante de uma política acelerada de desmonte de um dos principais patrimônios do Brasil: nossas universidades e institutos públicos. Mas como demonstramos nas ruas, eles não contarão com nosso silêncio e passividade. Há luta!

Um levante dos livros

Darcy Ribeiro já nos dizia que "a crise da educação no Brasil, não é uma crise, é um projeto". Assim, para lograr êxito em seu projeto autoritário e reacionário, Bolsonaro precisa atacar e asfixiar a educação pública. Se retomarmos com atenção a história veremos que governos autocráticos e ditatoriais têm sempre medo da liberdade das ideias e do debate que em geral são suscitados sobretudo na universidade.

Por isso não é coincidência que a ascensão de governos de extrema direita surgem junto de movimentos que colocam o professor como o inimigo da nação, que questionam a produção científica, e que promovem a perseguição política ao pensamento divergente de suas ideias. Nos últimos anos o questionamento às ciências humanas e aos estudos de gênero têm sido recorrentes e fazem parte desse processo de reação obscurantista. O caso da Turquia e da Hungria são exemplos importantes. Erdoğan e Viktor Orbán, respectivamente presidente da Turquia e Primeiro – Ministro da Hungria, têm cen-

surado eventos acadêmicos que abordam temas destoantes de suas opiniões, cortado recursos, privatizado universidades e promovido demissões em massa de acadêmicos.

No caso do Brasil, podemos refletir que os cortes não representam apenas uma busca por um "equilíbrio orçamentário", ao lado desse projeto privatizante e de retirada de direitos, está o combate a uma concepção de universidade e de educação. Atacar a universidade como balbúrdia, qualificar os estudantes como idiotas úteis, questionar a legitimidade e utilidade das pesquisas tem razões profundamente políticas e ideológicas. Para um governo de lunáticos defensores do terraplanismo a universidade está na contramão de seu projeto obscurantista. Afinal, é a diversidade de saberes o oxigênio para uma universidade de excelência. O confronto de ideias, a liberdade e a autonomia são dinâmicas que produzem tensões e mudanças de pensamento entre gerações. E é para frear e alterar isso que o governo atua.

"O conhecimento destrói mitos". Essa frase bastante simbólica estava escrita em um cartaz nas últimas manifestações. Para completá-la podemos retomar a frase de Paulo Freire quando dizia que "a educação não transforma o mundo. A educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo." Para um governo de milicianos que se elegeu ufanista do passado de censura e tortura da ditadura militar, é necessário quebrar a universidade, porque nela sobrevive através da luta de gerações, espaços de reflexão crítica e luta por transformação da sociedade.

Universidade do povo, povo na universidade

A universidade não está imune às contradições da sociedade, ao contrário, é parte delas e as reflete em uma disputa permanente entre avanços e retrocessos. Construída inicialmente para servir e formar os filhos da elite econômica e política do país, a universidade brasileira passou por mudanças

de composição e perfil que são decisivas para conquistar sua democratização e a produção de conhecimento emancipador e socialmente referenciado.

Porém, ainda que tenhamos conquistado vitórias com as cotas raciais e sociais e com a expansão de vagas, com novas universidades e campus construídos pelo país, apenas 20%[2] da população entre 18 e 24 anos está matriculada em um curso de ensino superior. E desses cerca de 75%[3] estão cursando graduação em instituições de ensino privado. Esse setor, inclusive, está nos planos do governo, ou seja, de um lado liga sua máquina de perseguição política e ideológica contra a universidade pública e a liberdade de cátedra, de outro atua para agravar o processo de submissão aos setores financeiros internacionais ligados à educação privada. Lembremos que a irmã de Paulo Guedes, Elizabeth Guedes é vice-presidente da Associação Nacional das Universidades Privadas.

A última atualização da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais, divulgada recentemente combate as fake news que o governo usa para deslegitimar a universidade: hoje 70,2% dos estudantes das federais brasileiras são de baixa renda, com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo por mês. Ou seja, os que possuem renda maior que dez salários mínimos são a minoria que não alcança 1% do total. Muitos dos milhares de jovens que foram às ruas defender a educação são os primeiros de suas famílias a cursar o ensino superior público. Uma conquista gigantesca em um país tão desigual como o Brasil.

Essa pesquisa realizada com a contribuição do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), tam-

---

2 Dado disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/12/engrenagem-complexa/

3 Dado disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/12/modelos-recriados/

bém revelou que o número de estudantes autodeclarados negros e pardos triplicou desde 2003, atingindo 51,2% do total de estudantes. Tal enorme conquista se deve principalmente a Lei de Cotas que reserva 50% das vagas para estudantes de escolas públicas e também garante reservas étnico-raciais.

Para se ter uma universidade do povo, é necessário ter povo na universidade. A primeira e melhor forma de aproximar a produção científica realizada na universidade do povo brasileiro é trazendo os jovens das periferias e favelas do país para estudarem nos cursos de graduação e pós-graduação. Cada um desses jovens que entram trazem consigo as demandas e necessidades de seu território e levam até ele o conhecimento que adquirem. A gravidade dos cortes recentes é também que eles colocam em cheque esse processo inicial, ainda que fundamental, de democratização do acesso à universidade pública.

É verdade que essas não são as primeiras dificuldades por que passam as instituições de ensino público do país. Fato é que a expansão das vagas não foi acompanhada de um aumento do investimento. Ou seja, a proporção de número de alunos foi muito maior do que o crescimento do orçamento. Em 2017 as universidades já tiveram o menor repasse de verbas dos últimos sete anos. Das 63 universidades, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013. A ausência de verba provoca imediatamente demissão de terceirizados e congelamento no valor das bolsas de assistência estudantil. Em nota a reitoria da UFRJ afirma, por exemplo, que há cinco anos, a Universidade vem sofrendo cortes e contingenciamentos sem reposição. Em valores corrigidos, a diferença entre o orçamento de 2014 e o de 2019 é superior a R$200 milhões[4].

O corte atual dentro do orçamento que já estava previsto para o ano, impede que as despesas de custeio como água,

4 Dado disponível em: https://ufrj.br/noticia/2019/05/06/nota-sobre-bloqueio-de-orcamento-da-ufrj

energia elétrica, serviços de limpeza e segurança sejam pagas, sem falar na paralisação das obras de reforma e construção, ou mesmo a compra de equipamentos para laboratórios, museus e hospitais universitários. É um dos maiores ataques que já sofreu a universidade pública no Brasil.

Nossa coragem é o medo deles

A entrada do movimento estudantil no ato convocado pelos trabalhadores da educação para o dia 15 de maio deu força e amplitude, abrindo um calendário quinzenal de manifestações que se finalizou no encontro potente e decisivo da juventude com a classe trabalhadora na primeira greve geral construída no governo Bolsonaro.

Sozinhos não venceremos, mas porque será que os jovens lutam tanto? E qual mensagem trazem consigo? Desde 2013 quando o Brasil entrou em ebulição e a juventude é o setor mais presente e ativo nas mobilizações sociais, também por isso o governo luta tanto contra nós. Em movimento trazemos a inquietação da urgência de construir a partir do hoje um futuro diferente. Lutamos para defender e exigir nossos direitos.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no trimestre encerrado em dezembro de 2018 a taxa de desemprego entre pessoas de até 24 anos foi de 27,2%, contra 11,6% da média geral. Ou seja, mais que o dobro da média geral. Segundo reportagens[5], de dezembro de 2014 a março de 2018, a taxa de inadimplência do FIES dobrou. Os jovens são hoje os mais atingidos pelo aumento da crise. Com tantos ataques e dificuldades não há tempo a perder, precisamos nos mover.

---

5 Dado disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/inadimplencia-do-fies-dobra-desde-2014-e-41-nao-pagam-as-parcelas-ha-mais-de-tres-meses.ghtml

Os recentes atos em defesa da educação protagonizados pelo movimento estudantil, são parte desse processo em curso de rebelião mundial da juventude: por emprego, contra o aumento da tarifa do transporte, contra o machismo, o racismo, a LGBTfobia, o genocídio, em defesa do meio ambiente, em defesa da democracia, entre outras tantas pautas urgentes em mundo em chamas. Nessas mobilizações a juventude vem derrubando fronteiras e botando abaixo as fórmulas prontas, confrontando assim o velho e produzindo o novo. Desacomodando e se diferenciando inclusive da velha esquerda que se acomodou e se rendeu aos esquemas corruptos dos podres poderes.

Busca-se encontrar novas formas de fazer política e ousar novas respostas que recolocam no horizonte a necessidade da transformação estrutural da sociedade. Como afirmou Eliane Brum[6], estamos diante de uma "geração que não é apenas nova porque nasceu neste século, mas que é nova porque reivindica o novo, porque mais do que reivindicar o novo "é" o novo."

No Brasil após anos da velha esquerda no poder, os erros levaram a uma frustração grande e abriram espaço para uma direita reacionária e fascista disputar sua narrativa. Nossos inimigos chegaram ao poder e isso deve provocar entre nós profundas reflexões e balanços. Afinal, não podemos nos dar ao luxo de repetir os erros do passado. Nesse cenário qual força e importância tem a luta da educação?

Não compactuo com a ideia de que todos os que votaram em Bolsonaro são fascistas. Dito isso temos o dever de dialogar e extrapolar a fronteira dos convencidos de nossas ideias. Não importa em quem você votou na eleição, a luta em defesa da educação é uma luta que pode unir o país contra as ideias reacionárias que desqualificam a ciência e repudiam o acesso livre ao conhecimento, podendo assim ser uma luta que se polariza com este projeto ideológico e profundamente reacio-

6 Texto disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/05/politica/1559743351_956676.html

nário em curso no governo. Ao defender a educação o movimento tem o desafio de arrastar consigo toda a sociedade, provocando reflexões e debates. O governo respondeu a nossa luta convocando atos que foram menores, mas que buscaram coesionar sua base de apoio em torno de um programa autoritário de ideias fascistas. Com isso aumentando a polarização que vivemos e a responsabilidade de nossas tarefas.

A luta em defesa da educação expressa hoje este embate das ideias democráticas versus as ideias fascistas. E sua força é que ela pode nos levar além de nós mesmos pois é capaz de abrir um canal de diálogo com toda a população, com todas as mães e pais que sonham em ver seus filhos nas cadeiras das escolas e universidades. E tal como entre as mulheres no debate sobre o feminismo, a bandeira da educação pode ser o que materializa o encontro de uma geração que está em luta com sua tarefa de não falar apenas para si, mas de disputar o projeto de sociedade que queremos construir. 40 anos depois da reconstrução da UNE, a memória dos que lutaram pela democracia segue viva em nós. E a história não acaba enquanto tivermos memória e disposição de lutar. Por Honestino, por Marielle e por cada um de nós que somos os primeiros a entrar na universidade e vamos lutar para não sermos os últimos. Nossa coragem é o medo deles!

Genocídio da população negra no Brasil: um debate acerca das tarefas de organização

Carla Zanella[1]

A recente divulgação do Atlas da Violência no Brasil, demonstra que 131 anos após a abolição da escravidão, o Brasil segue naturalizando o assassinato estatal do corpo negro, utilizando-se de dispositivos legais como política de distribuição racional da morte, que permanece vitimando a população periférica e negra. O relatório, elaborado com registros oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), aponta que 75% das vítimas de homicídio no País são negras, maior proporção da última década. Um dado escandaloso para um país que constitucionalmente considera racismo um crime imprescritível e inafiançável.

Entender o racismo enquanto estrutura social essencial na manutenção do sistema é fundamental para a compreensão do porquê um país formado por 55% de pessoas negras não está em ebulição ao tomar conhecimento do genocídio da sua população. Em seu livro O Que é Racismo Estrutural? Silvio Almeida, aponta que é preciso observar o racismo enquanto processo histórico e político para o entendimento da sua marca estrutural. Histórico pois se manifesta tanto de forma circunstancial e específica, como está em constante conexão com as transformações sociais; *e político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político, caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros.* (pág. 40,41).

---

1 Carla Zanella é cientista social, graduanda em Direito (ambas pela UFRGS), coordenadora da Emancipa Mulher - Escola Feminista e Antirracista, militante do Juntos e do mandato da deputada Luciana Genro.

Para o autor o Racismo é uma tecnologia de poder, onde, entre outras coisas, através da ideia da construção de uma unidade Estado, práticas de reprodução de dominação são estabelecidas através de padrões, normas e regras de comportamento, boa parte deles determinados conforme raça e gênero, e, dessa forma, é naturalizada a exclusão dos indivíduos que não se encaixam. Assim o Estado Brasileiro institucionaliza o racismo, essa tecnologia de poder complexa que faz com que não se questione as circunstâncias econômicas e políticas que mantém as periferias majoritariamente negras e que trata como normal a morte violenta da parcela que é ampla maioria da população, e, portanto, com condições reais de cumprir um papel revolucionário. Amparado nos conceitos Achille Mbembe de Necropoder, Silvio Almeida, expõe que o poder já não mais se faz pela capacidade de fazer morrer e deixar viver, mas de uma forma mais sofisticada, hoje o poder é expresso através da possibilidade de fazer viver e deixar morrer.

Mais do que não criar políticas de combate ao racismo, o estado brasileiro estabelece a relação positiva com a morte do outro. A narrativa das guerras às drogas, do inimigo interno a ser combatido, é a desculpa ideal para o genocídio do povo preto e pobre, para a marginalização das periferias e para a maior precariedade da vida do povo. É um instrumento de controle, mantido sobre a justificativa de manter uma sociedade saudável.

Como a Atlas apresenta dados oriundos do sistema de saúde, não é possível apontar quem está do outro lado do gatilho, mas não é difícil prever, seja nas disputas territoriais do tráfico de drogas, seja pela seletividade policial, e seja pelo fato de uma parcela significativa dos policiais que estão na linha de combate também ser negra, a chance de quem puxa o gatilho ser outro homem negro é alta. O racismo enquanto tecnologia de poder é tão eficaz que a guerra que fora imposta a negritude é travada entre a própria população negra.

Ao analisar a crescente violência a qual está submetida a população brasileira é fácil concluir que a suposta Guerra às Drogas não tem obtido sucesso em diminuir a violência no nosso país, pelo contrário, tem sido um importante instrumento de repressão e extermínio de classe, atingindo com prioridade a população negra, selecionando hierarquicamente quem serão os indivíduos excluídos da sociedade e incluídos no sistema prisional, e ainda, relegando as periferias uma política de morte.

É preciso repensar o papel que a política de combate às drogas vem desempenhando no número de assassinatos no nosso país para livrar nosso povo da guerra urbana, onde Cláudias e Amarildos morrem nas mãos da polícia, os níveis de violência seguem aumentando, e as balas perdidas seguem atingido os mesmos copos, muitos deles inocentes, e onde encarceramento em massa é realidade.

Em 2006, ainda no governo Lula fora promulgada a Nova Lei de Drogas, instituindo o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). A legislação é um marco no que tange a política de combate às drogas no Brasil. Com a perspectiva de supostamente despenalizar o consumo a nova legislação passou a prever penas restritivas de direitos para os usuários, substituindo a lei anterior, que previa punição de seis meses a dois anos para indivíduos que portassem drogas ilícitas para consumo próprio. Já para aqueles considerados traficantes elevou a pena mínima de três para cinco anos de reclusão. Colocando o tráfico de drogas praticamente no mesmo patamar de um assassinato, uma vez que a pena prevista para o considerado traficante de drogas tornou-se somente um ano a menos da pena mínima de reclusão prevista para o homicídio simples. Contudo, deixou nas mãos da discricionariedade policial e judiciária a diferenciação entre usuário e traficante ao não delimitar quais seriam as quantidades que diferenciariam o primeiro do segundo. O usuário para a le-

gislação brasileira torna-se uma questão de saúde, enquanto o traficante um caso de polícia.

As consequências da legislação estão em parte refletida nos números que o atlas da violência aponta, em parte da superlotação de presídios. Não foram os grandes traficantes que carregam drogas em jatinhos familiares a serem encarcerados, ou a lidarem com a verdadeira guerra que a disputa por territórios gera. Jovens negros com pequenas quantidades apreendidos nas periferias são classificados como traficantes, enquanto as mesmas apreensões em bairros nobres entram para os registros de usuários. O resultado disso é uma população carcerária praticamente dobrada nos últimos dez anos, pulando de 401,2 mil em 2006 para 726,7 mi em 2016 (dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, INFOPEN), dos quais 95% são homens e 5% são mulheres. Cerca de 40% são presos provisórios e 27% respondem por roubo e 24% por tráfico de drogas, são as duas maiores incidências, 40% são presos provisórios, 24% são condenados com execução provisória. Mais da metade dessa população são jovens de 18 a 29 anos e 64% das pessoas encarceradas são negras. O crime de tráfico de drogas, é a razão de encarceramento de 62% das mulheres.

Nos dados de homicídios também é possível relacionar os reflexos, os dados apresentados pelo relatório do IPEA apontam que o aumento dos assassinatos da população negra tem sido contínuo nos últimos dez anos, atingindo patamares recordes e demonstrando que o Brasil não é o mesmo para negros e não negros. Enquanto no período de 2007 a 2017 a taxa de negros assassinados cresceu 33,1%, a de não negros apresentou crescimento de 3,3%, fazendo que a morte violenta de pessoas negras saltasse de 63,3% dos assassinatos no Brasil em 2007, e chegasse a 75,5% em 2017. São dados profundamente desiguais.

É preciso organizar a negritude para viver e derrotar o capital!

Clóvis Moura, escritor e intelectual-militante comunista, destacado por seus importantes estudos sobre a questão racial, a luta e a resistência do negro no Brasil, no livro *A Dialética Radical do Negro no Brasil*, apresenta como uma de suas ideias centrais que estando o racismo na origem da formação do capitalismo brasileiro não será possível superá-lo com o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ainda, se compreendemos que o racismo é estrutura fundamental da sociedade capitalista, é tarefa tratarmos com prioridade a organização da negritude para derrotar as estruturas que nos oprimem e inverter a pirâmide que mantém negros e negras como base.

Repensar a organização da juventude negra, de mulheres negras, e colocar a questão racial no centro da política é tarefa prioritária e estratégica. É preciso avançar no debate da necessidade de uma política de segurança pública que enfrente realmente o problema das drogas. É verdade que nos últimos anos o povo negro teve importantes conquistas a partir da sua luta, como as políticas de ações afirmativas, que representaram um avanço real no que tange o acesso à educação, por outro lado é preciso afirmar com veemência que a política de drogas assumida nos últimos 10 anos representa o genocídio da negritude e tende a ficar ainda pior com as políticas do governo Bolsonaro.

Na ordem do dia das tarefas para o próximo período está derrotar o pacote anticrime do ministro Sergio Moro, que entre outras coisas, ao ampliar o excludente de ilicitude, garante que policiais militares e civis que praticarem homicídios não serão punidos. Será a legalização da morte da periferia pelas mãos estatais. Não há dúvidas sobre quem recairá as mortes policiais. A história brasileira, é a história da resistência do povo negro, como muito bem destacou no Carnaval 2019 a escola de samba Mangueira. Organizar negros e negras na luta por uma nova política de drogas, contra a redução da

maioridade penal, contra o pacote anticrime de Sérgio Moro e para estarem à frente da luta anticapitalista será central para resistência no Brasil e no mundo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita, 1994, p. 28-29.

Fontes

Infopen, junho/2016
Atlas da Violência 2019
Coordenadores: Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Cristina Neme, Helder Ferreira, Paloma Palmieri Alves, David Marques, Milena Reis, Otavio Cypriano, Isabela Sobral, Dennis Pacheco e Gabriel Lins. Estagiária: Karolina Armstrong

Efemérides

Bauhaus, cem anos

Israel Dutra [1]

Publicamos a seguir, na íntegra, o manifesto fundacional da Bauhaus, escrito por Walter Gropius. O surgimento da Bauhaus significou um marco que revolucionaria para sempre a arte, o design moderno e a arquitetura.

Recentemente celebramos duas efemérides fundamentais para a História da Arte, entrelaçadas com a própria ciência. São os 500 anos da morte de Leonardo da Vinci, que, muito além de pintor, foi um dos grandes artistas capazes de condensar o espírito do tempo. Numa escala tão importante quanto os feitos de Leonardo, porém mais próxima e contemporânea, enquadramos a celebração dos cem anos de fundação da Escola Bauhaus. Acreditamos que ambas as recordações contêm um impulso criativo, parte do avanço universal da condição humana na arte. Aqui, queremos tratar um pouco do histórico e das questões mais importantes relativas à Escola Bauhaus, fundada em Weimar, em 1º de abril de 1919.

Inaugurada como escola de desenho, arte e ofícios e idealizada por Walter Gropius, foi fundada na cidade alemã de Weimar a "Staatliches Bauhaus", a "Casa de construção estatal", com o objetivo de superar a destruição causada pela I Grande Guerra e abrir um novo paradigma unitário entre a arte o fazer prático.

Devemos à Bauhaus e sua trajetória desde temas simples, como a cadeira moderna onde sentamos para estudar ou trabalhar, até os princípios básicos da geometrização, presentes nos dias de hoje em fontes de letras como a "Arial" e a "Times New Roman", graças ao trabalho do tipógrafo Herbert Bayer. Utensílios práticos como os talheres que utilizamos todos os

---

1 Sociólogo e dirigente nacional do PSOL e do MES.

dias também tiveram lugar de destaque na forja da Bauhaus.

A Bauhaus precisa ser entendida no contexto dos anos decisivos de 1918 e 1919, quando termina a Primeira Guerra e se abre uma situação revolucionária na Alemanha, sob o impacto da Revolução Russa. No mundo pop contemporâneo, é possível observar sua influência no expressionismo no cinema e na banda musical inglesa que seria batizada com o nome da Escola. Há também a estética dos escoceses de Franz Ferdinand, referidos diretamente pelo legado da Bauhaus.

1918-1919: uma viragem de proporções maiores na história

A data fundacional da Escola Bauhaus envolve um contexto amplo: uma Alemanha despedaçada pela guerra, uma Europa envolvida em convulsões sociais e o florescimento de novas vanguardas artísticas. A viragem dos anos 1918 e 1919 transformaria por completo a paisagem europeia.

Após anos de desenvolvimento contínuo das forças produtivas entre os séculos XIX e XX, a Alemanha alcançou significativo progresso, por meio do qual combinou conquistas e garantias para os trabalhadores com a conservação das forças autocráticas do império do Kaiser. O alarme da guerra, em 1914, soou, alterando substancialmente a realidade. Com o advento do imperialismo, a repartição do mundo entre as potências, o desenvolvimento das forças produtivas encontrou seu primeiro grande entrave. A eclosão da guerra levaria milhões à morte nas trincheiras e seria um voo mortal para os impérios seculares da Europa. Para os Romanov na Rússia e os Hohenzollern alemães, era chegada a última hora.

O momento histórico anterior à deflagração da Grande Guerra parecia indicar o contrário. O cenário da primeira década do século XX na Alemanha era alentador. Direitos e conquistas no mundo do trabalho regulavam a vida de milhões, que começavam a ter maior acesso à escolarização e à cultura, levando a uma liberação rápida e concentrada de energias populares. A social-

-democracia, os sindicatos e os clubes operários eram os portadores da esperança de um novo tipo de sociedade. O choque da guerra imperialista solapou a esperança de milhões e interrompeu a "marcha aparente" ao progresso. Da manhã à noite, centenas de milhares eram enviados aos *fronts*.

A Grande Guerra foi um palco da destruição em massa, como nunca antes visto. A social-democracia alemã, como polo avançado do pensamento, capitulou ao sentimento de "unidade nacional" e votou a favor dos créditos de guerra. Isolado, porém altivo e corajoso, Karl Liebknecht proferiu seu famoso voto contrário à adesão do SPD para a linha de guerra. Aquele voto foi o ponto de inflexão na luta revolucionária. Em seguida, o movimento operário se dividiria entre os social-imperalistas, como seriam chamados os defensores da linha majoritária no SPD, e os internacionalistas que realizariam sua conferência internacional em Zimmerwald, na Suíça.

Em 1917, as revoluções de fevereiro e outubro destruíram o antigo regime czarista na Rússia, colocando os trabalhadores, por meio de seus organismos (os sovietes) e o seu partido (comunista/bolchevique) no poder. A revolução russa foi um abalo sísmico nas estruturas de poder, enfrentando o imperialismo e a guerra. Um novo tempo histórico acabava de nascer.

O final da Grande Guerra abriu a brecha para a revolução social na Europa. Após a tomada do poder na Rússia, 1918 era o ano da Alemanha. O levante iniciado na Baviera se estendeu por toda a Alemanha, chegando aos combates sangrentos de Berlim e levando à proclamação da República em novembro. A ala esquerda do movimento, representada pela corrente espartaquista, enfrentou a aliança informal entre a social-democracia e as milícias da extrema-direita, os *Freikorps*. O assassinato covarde de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo em 15 de janeiro de 1919 encerrou o capítulo dessa agitação de forma trágica. A social-democracia foi cúm-

plice da ação da extrema-direita para manter a suposta "legalidade" da democracia burguesa. Meses mais tarde, se levantaria, como projeto inovador, a Escola Bauhaus em Weimar. A mesma cidade que abrigaria a famosa constituição que representou inúmeras medidas democráticas de avanço diante do regime do Kaiser e foi, entretanto, a expressão do desvio da revolução operária defendida por Rosa e Karl.

A Bauhaus iniciaria seus esforços para dar um sentido de construção após os anos de destruição da guerra. O espírito coletivo era a antítese da própria guerra. Assim começou a Escola em seus primeiros anos. Sua metodologia consistia em unificar o aprendizado ao trabalho; a prática associada à teoria; a visão intelectual ligada à operação manual. Assim, com estudantes e professores empregando matérias simples como metal, madeira, vidro e tecidos, se construía a "catedral do futuro", como logo foi apelidada a experiência.

O impasse da sociedade alemã estava longe, contudo, de ser resolvido. A estabilidade prometida pelo governo social-democrata era efêmera. O não esmagamento das milícias armadas da extrema-direita, as *Freikorps*, cobraria um preço caríssimo para toda a sociedade. Anos depois, na sua forma recalcada, esses elementos irromperiam num cenário de luta entre revolução e contrarrevolução.

As vanguardas europeias

Em correspondência à ebulição social, o "salto criativo" do período na esfera das artes foi colossal. Com o final da Primeira Guerra, temos um novo amálgama das tendências e vanguardas subterrâneas que já vinham aportando a novas formas de criação e de arte. Em toda a Europa apareceriam diferentes correntes artísticas como o dadaísmo, o expressionismo, o surrealismo e o modernismo.

A experiência russa trouxe avanços nesse terreno, entre os quais se destacou o chamado "construtivismo". Com o

apoio direto de Lênin, que assinou seu decreto fundacional em 1920, a *Vkhutemas* (Escola Superior de Arte e Técnica) foi uma escola estatal pioneira na unidade entre o "artístico" e o "tecnológico" e teve centenas de alunos destacados, atraindo a vanguarda artística de todo o planeta, relacionando-se com influências mútuas com o grupo da Bauhaus. Nomes de vanguarda como Rodchenko, Lissistzky, Vladimir Essenin e Maiakovsky influenciaram o novo fazer da arte de então. O genial Wassily Kandinsky seria a ponte concreta entre a vanguarda russa e a Bauhaus, sendo convidado por Gropius para somar-se ao time que tinha Albers, Bayer, a brilhante escultora Marianne Brandt, Moholy-Nagy e o ícone da pintura, Paul Klee.

Gropius cultivou relações antes da fundação da Bauhaus, tendo feito parte do escritório do lendário arquiteto Peter Beherns e atuado na organização da "Associação Alemã de Artesãos", fundada em 1907 por um grupo de arquitetos, designers e empresários alemães que tinham estado, de alguma maneira, ligados ao Jugendstil, ou a "Arte Nova Alemã".

A instalação da casa-escola em Weimar foi o ápice desse processo. A exposição de 1923, inovadora, a partir da "Casa an horm" foi um marco internacional. A partir dali, a universalidade da arte seria a marca mundial da Bauhaus, com móveis e decoração de interiores unindo artesanato e indústria, design e desenho industrial, além de forte corrente pedagógica. Isso sem mencionar o papel que teve no teatro e no ballet, com Oskar Schmller produzindo obras como o "Ballet Triádico".

O impacto no Brasil

A dinâmica mundial chegaria ao Brasil alguns anos mais tarde, combinando elementos particulares interessantes. A influência do modernismo nas artes deu a tônica no período de urbanização e industrialização do país. O salto nas

forças produtivas impactou as grandes cidades que ganharam volume, novas ferramentas de comunicação e ampliação de seus meios de transporte. Esse novo Brasil foi o terreno propício para o surgimento da vanguarda modernista que acabaria por corresponder, a seu modo, às influências europeias.

Podemos afirmar que nosso "1919" foi o ano de 1922. Naquele ano, em conjunto com os preparativos da celebração do primeiro centenário de nossa independência, eclodiram poderosos movimentos sociais como o tenentismo e a continuidade das greves operárias. Também houve marcos importantes como a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a realização da Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro daquele ano em São Paulo.

Mais do que um evento em si, a Semana de Arte Moderna, realizada entre 12 e 18 de fevereiro no Teatro Municipal com direito a concerto de Villa-Lobos, inaugurou uma nova fase na relação entre as artes e a sociedade no Brasil. O encontro das vanguardas para celebrar o modernismo foi um marco no tipo de produção artística nacional. Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Mario de Andrade, Anita Malfatti, entre outros, seriam os personagens dessa geração precursora nas artes. Vale a longa citação, num artigo de Ramos, da conferência proferida por Mário Pedrosa em 1952 sobre a Semana:

> Sucessivamente ele vai-e-vem entre a análise de suas especificidades e a sua inserção em horizontes mais amplos. Logo após situar o tema, dedica-se a mostrar que o modernismo brasileiro conservou desde o princípio uma ligação com o que se processava na Europa - mas sem que ocorresse uma importação mecânica, e sim uma inspiração (uma "contaminação"). Depois se aprofunda em um evento específico, que é o impacto da exposição de Anita Malfatti entre os primeiros modernistas. Depois de uma análise esmiuçada dos desdobramentos do modernismo brasileiro em torno dessas experiências, ocupa-se em discutir uma questão de alcance amplo: a associação do modernismo brasileiro à busca de um fundo de universalidade

antenado com o que se produzia na comunidade artística europeia.

A relação com a arquitetura viria a se desenvolver por nomes como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Lina Bo Bardi. Lúcio seria o principal arquiteto da escola modernista e, em parceria com Niemeyer colocaria em ação a construção de Brasília. Lina Bo Bardi, italiana que chegou ao Brasil em 1946, deu continuidade às experiências modernistas, sendo responsável pelo projeto do MASP, pela "Casa de Vidro" e por dezenas de obras pelo país.

A extrema-direita é inimiga mortal da arte

A história da Bauhaus está marcada pela perseguição da extrema-direita. Seguindo sua vocação de corresponder no plano artístico às intensas contradições e lutas sociais, os anos 20 foram marcados pela luta entre a afirmação da Bauhaus e um combate sem tréguas do nazi-fascismo. A polarização levou a Bauhaus se radicalizar. Um forte contingente de alunos influenciados por ideias igualitárias aderiria ao Partido Comunista. Um grupo sólido de feministas, como Lucia Molohy e Anni Albers, radicalizava o discurso do novo lugar da mulher na sociedade. A luta das mulheres na Escola foi uma constante, apesar das posições, por vezes atrasadas, dos próprios diretores. Isso para não mencionarmos sua diversidade cultural exemplar, já que contava com uma quantidade de judeus, húngaros e ciganos.

A segunda fase da Bauhaus representou essa transição. Gropius partiu para o exterior e escolheu em seu lugar o arquiteto engajado e comunista suíço Hannes Meyer. A sede se translada para a cidade operária de Dessau. Meyer constrói um ambicioso projeto de habitação popular, a partir dos anos 20, combinando o rigor dos adornos e a beleza dos móveis com sua utilidade prática destacada. Móveis e utensílios vol-

tados para as famílias trabalhadoras eram o centro de sua preocupação. O crescimento da polarização e o combate da extrema-direita contra a Escola marcam a virada da situação alemã.

As autoridades pressionaram a direção da Escola a demitir Meyer e acirram a perseguição ao ativismo dentro da Bauhaus. Iniciava-se uma nova e derradeira fase. O novo diretor, Von Der Rothe, apesar de exímio artista, tinha como estratégia diminuir o nível de conflitos políticos. A nova sede seria uma antiga fábrica em Berlim.

O recuo por parte da nova direção levou a uma defensiva, no auge da crise, no momento em que a chegada ao poder do nazismo, em 1933, representou o final trágico da experiência. Combatendo Bauhaus como um antro de "marxismo cultural", parte de seus integrantes foram presos e/ou deportados. Gropius e alguns se exilam nos Estados Unidos. Centenas dos que passaram pela Bauhaus foram torturados, mortos e enviados a campos de concentração.

A extrema-direita é inimiga da arte. O desenvolvimento de características repressivas é parte da condição fascista, simbolizada pelo homem médio frustrado. Um século depois, as ações de grupos conservadores em nosso país, vistas no fechamento de exposições como do Queer Museu, lembram bastante a repressão que o fascismo alemão utilizou contra as escolas de arte e universidades em toda Alemanha.

O Anjo da História

O nazismo não conseguiu destruir a Bauhaus e seu legado. Nagy, discípulo de Gropius, fundou em Chicago a Nova Bauhaus. A experiência da escola alemã mudaria para sempre o sentido artístico da arquitetura e do design. A inovação da arte e seu sentido criador deixaram os alicerces da arquitetura moderna, presente em todo o século XX. A luta pela emancipação humana, num ensaio geral de uma vida sem

alienação, foi interrompida pela ação política dos elementos mais atrasados da sociedade, o polo contrarrevolucionário – no caso alemão, dirigido por Hitler e pelo partido nazista.

A imagem dessa disputa, para além do tempo, pode ser entendida na referência de Benjamim ao "Anjo da História" na obra de Paul Klee, um dos maiores nomes que habitou a Bauhaus. O tempo presente nos coloca problemas novos. Mas recupera contradições não resolvidas: a ampla independência da arte e do impulso criador só poderá ser conquistada com a derrota por completo da contrarrevolução e dos seus representantes ao longo da História. Cem anos depois, a Bauhaus é viva como ato e ideia.

O manifesto da Bauhaus (1919)

Walter Gropius (1883-1969)[1]

Weimar, abril de 1919

O objetivo final de toda atividade plástica é a construção! Ornamentá-la era, outrora, a tarefa mais nobre das artes plásticas, componentes inseparáveis da grande arquitetura. Hoje elas se encontram em singularidade autossuficiente, da qual só poderão ser libertadas um dia através da consciente atuação conjunta e coordenada de todos os profissionais. Arquitetos, pintores e escultores devem conhecer e compreender de novo a estrutura multiforme da construção em seu todo e em suas partes; então suas obras se preencherão outra vez do espírito arquitetônico que se perdeu na arte de salão.

As antigas escolas de arte não eram capazes de criar essa unidade, e como poderiam, já que a arte não pode ser ensinada? É preciso que elas voltem a ser oficinas. Esse mundo de desenhistas e artistas deve, por fim, tornar a orientar-se para a construção. Se o jovem que sente amor pela atividade plástica começar, como outrora, pela aprendizagem de um ofício, o "artista" improdutivo não ficará condenado futuramente ao exercício incompleto da arte, pois sua habilidade será preservada para a atividade artesanal, onde poderá prestar excelentes serviços.

Arquitetos, escultores, pintores, todos devemos retornar ao artesanato, pois não existe "arte por profissão"! Não existe nenhuma diferença essencial entre o artista e o artesão. O artista é uma elevação do artesão. A graça divina, em raros momentos de luz que estão além de sua vontade, inconscientemente faz florescer arte da obra de sua mão, entretanto,

1 Arquiteto alemão, fundou em 1919 em Weimar a escola de artes Bauhaus Estatal. Após ataques dos nazistas à escola, Gropius emigrou para o exterior.

a base do "saber fazer" é indispensável para todo artista. Aí se encontra a fonte primordial da criação artística.

Formemos, portanto, uma nova corporação de artesãos, sem a presunção elitista que pretendia criar um muro de orgulho entre artesãos e artistas! Desejemos, imaginemos, criemos juntos a nova construção do futuro, que juntará tudo numa única forma: arquitetura, escultura e pintura que, feita por milhões de mãos de artesãos, se elevará um dia aos céus como símbolo cristalino de uma nova fé vindoura.

As lições de Stonewall

Bruno Zaidan[1]

A Revolta de Stonewall, que completa 50 anos no dia 28 de Junho de 2019, é talvez o acontecimento mais importante da história moderna para as LGBTs, que inspirou e inspira pessoas do mundo inteiro a manter viva a luta pelo livre direito à orientação sexual e à identidade de gênero. Relembrar essa luta não tem apenas um papel histórico, mas deve servir para preparar o movimento LGBT para as duras lutas que temos enfrentado e ainda vamos enfrentar.

Stonewall fez parte da efervescência política que tomou o mundo em 1968 com um caráter antissistêmico, colocando em marcha milhões ao redor do globo. O crescimento dos movimentos por direitos civis, como a luta antirracista, criou um ambiente propício para o desenvolvimento da luta LGBT, inspirando o surgimento de uma parcela mais militante, em especial na costa leste dos EUA (Poindexter, 1997).

Desde o começo do século XX, existiam grupos nos Estados Unidos que se juntavam para explorar questões relativas à sexualidade. A década de 1950 viu nascer algumas organizações homófilas[1] e expressões culturais da libertação sexual como a geração *Beatnik*. Em 1967, estudantes das universidades de Colombus e Nova Iorque criaram os primeiros grupos homófilos nessas instituições; a primeira livraria gay foi fundada; e *The Advocate*, o primeiro jornal gay daquela nova geração, foi publicado em Los Angeles (Appenroth, 2015). Eram organizações ainda incipientes mas que abriram espaço para o que viria.

A perseguição às LGBTs na época era brutal. Até 1973, a homossexualidade e a transgeneridade eram tidas como do-

1 Estudante de Psicologia na UnB e militante do MES.

enças mentais pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), e os atos sexuais entre pessoas do mesmo gênero eram criminalizados em todos os estados americanos, com exceção de Illinois, na década de 1960 (Notaro, 2017).

O senador Joseph McCarthy realizava audiências para tentar encontrar e retirar homossexuais de dentro do governo e de instituições americanas, por serem considerados tão perigosos quantos os comunistas. Sob acusação de serem homossexuais, milhares de pessoas tinham empregos negados, eram expulsas do exército e sofriam demissão de cargos públicos.

As licenças para vender bebida eram negadas em bares frequentados por homossexuais, e esses bares eram frequentemente invadidos pela polícia, levando presa uma parcela da clientela (em geral as travestis e pessoas negras), e liberando o restante para que dispersassem.

A noite em que tudo mudou

Em uma dessas batidas, algo fora do comum aconteceu e uma conjunção de fatores produziu algo inédito até então. Pela primeira vez as LGBTs se levantaram em resposta aos abusos e violências que sofriam e deram uma resposta coletiva e radicalizada.

Na madrugada do dia 28 de Junho de 1969, quando a polícia entrou no *Stonewall Inn* e começou a fazer as prisões, havia algo diferente. Conforme algumas pessoas iam sendo liberadas, elas não se dispersaram como era o usual, mas foram se juntando em frente ao bar. E ao invés de aceitarem pacificamente a violência e as prisões, os clientes reagiram. Quando a polícia bateu com o cassetete em uma travesti, a situação esquentou e a multidão, que até então estava só assistindo, começou a jogar pedras, moedas entre outras coisas em cima da polícia. Mas foi só quando uma lésbica resistiu à prisão e foi arremessada dentro da viatura que a revolta realmente começou.

A multidão – que vinha crescendo quando outras pessoas

souberam o que aconteceu – ficou mais violenta e os policiais se fecharam dentro do bar. Algum manifestante pegou um parquímetro do lado de fora e quebrou a janela, e a partir de então começaram a jogar coquetéis Molotov e lixeiras pegando fogo para incendiar o bar. Foi quando a TPF chegou (*Tactical Patrol Force*[2]) pra tentar acabar com a revolta. Ainda assim, a multidão resistiu com táticas para se reagrupar e com drag queens[3] na linha de frente, fazendo coreografias e cantando:

> "We are the Stonewall girls,
> We wear our hairs in curls.
> We wear no underwear
> We show our pubic hairs" [4]
> (Nelson, 2015)

Somente por volta das 4h da manhã a polícia conseguiu retomar o controle da rua, com 13 manifestantes presos. Mais tarde, na noite do dia 28, cerca de 2 mil pessoas se reuniram em frente ao *Stonewall Inn* e fecharam a rua. Novamente a TPF veio para tentar controlar a manifestação. Mesmo com toda a brutalidade policial, não conseguiam parar a multidão e os enfrentamentos entraram madrugada a dentro. Os cassetetes não mais eram suficientes, as LGBTs haviam se levantado.

Se passaram dois dias de relativa tranquilidade, com ações pontuais, até que na quarta-feira, dia 2 de Julho, um novo protesto reuniu mais de mil pessoas, com apoio de organizações da esquerda e em resposta à cobertura LGBTfóbica feita pelos jornais da época. Foi o mais violento até então, "colocaram fogo em lixeiras na rua, lojas foram quebradas, ao mesmo tempo em que havia confronto físico com a polícia"5 (Nelson, 2015). Esse foi o último dos 5 dias de revolta, impondo uma derrota à polícia e à prefeitura de Nova Iorque, e abrindo uma nova etapa para a luta LGBT.

Os atores políticos

Ao contrário do que alguns filmes e narrativas buscam construir, Stonewall não foi protagonizada por gays brancos de classe média. Pelo próprio caráter de classe das LGBTs na época, marcado pela marginalização, o *Stonewall Inn* era majoritariamente frequentado por pessoas negras e latinas, que eram jovens que haviam sido expulsos de casa e não tinham onde morar, prostitutas e garotos de programa, travestis e drag queens, uma parcela – embora minoritária – de lésbicas.

Por terem pouco ou nada a perder, enfrentaram a polícia com altivez e deram resposta à violência com sua radicalização. Não à toa, as primeiras pessoas a serem presas foram as travestis. Duas travestis, Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, são o exemplo do protagonismo desse setor antes, durante e após a revolta. Rivera (2001) conta que arremessou o segundo coquetel Molotov na madrugada do 28. Mais tarde, as duas fundaram um coletivo chamado STAR[6], que deu origem à primeira casa de acolhimento para jovens trans e travestis.

A radicalização era oposta ao que defendiam alguns grupos homófilos. Quando os protestos começaram a se fortalecer, um desses grupos, o *Mattachine Society,* tentou atuar para que eles não tivessem continuidade. Isso porque defendiam que os homossexuais tivessem uma inclusão gradual no sistema, marcada pela adaptação ao modo de vida cisheteronormativo. Sustentavam que o papel do movimento era convencer os heterossexuais de que nós somos iguais a eles, e para isso deveríamos nos portar o mais parecido com eles possível.

No entanto, isso não era uma opção para todos. Aqueles que são vistos como corpos abjetos na nossa sociedade não conseguem se misturar aos demais, e portanto têm como única solução a luta social para explodir os armários e garantir o seu espaço. Buscam domesticar esses corpos porque eles produzem modos de vida que ameaçam um sistema que se utiliza da opressão para manter a exploração e a desigualdade social.

O legado de Stonewall

Os acontecimentos da Revolta de Stonewall pulsam até hoje e trazem luz a questões importantes para o movimento LGBT. Pra além de seus efeitos imediatos ou de curto prazo, como a explosão no número de organizações com essa pauta nos Estados Unidos e a criação da primeira Parada LGBT do mundo no dia 28 de Junho de 1970, Stonewall inaugurou uma nova perspectiva para o movimento ao colocar a mobilização e a luta coletiva no centro e espalhar o exemplo pelo mundo.

Foi isso que possibilitou avanços fundamentais que tivemos nas últimas décadas pelo mundo, como a despatologização da homossexualidade e da transgeneridade, a derrota de muitas leis que proíbem relações do mesmo sexo, o avanço do casamento civil igualitário, o fortalecimento do combate ao HIV/AIDS, algumas leis que garantem o direito à identidade de gênero, entre diversas outras conquistas.

Entretanto, em parte pela característica pluriclassista do movimento LGBT, uma parcela significativa do movimento foi cooptada pela ideologia do neoliberalismo progressista, da promessa de um reconhecimento sem que a estrutura econômica e política da sociedade seja mexida, se afastando de uma estratégia de transformação radical.

Essa revolta, que segue produzindo efeitos 50 anos depois, trouxe consigo o embrião de um movimento LGBT com potencial para esgarçar os limites do sistema e apresentar uma saída para o conjunto da sociedade. Para destacar três elementos que ilustram isso:

i) Perfil

O movimento LGBT não pode ser apenas uma sigla, mas deve se realizar como tal. Stonewall construiu uma identidade real entre travestis, pessoas trans, lésbicas, bissexuais e gays, que se materializa em muitos outros momentos, e não à toa constitui um movimento. Essa identidade, no entanto,

se conforma como uma identidade de resistência (Castells, 1999) a partir de grupos oprimidos e se manifesta apenas na defesa de direitos e no enfrentamento a retrocessos.

Existe um desafio colocado para o movimento desde então, que é a construção de uma identidade não só de resistência, mas de projeto, que possa construir sujeitos sociais capazes de apresentar uma resposta coletiva e global à sociedade para a liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, e também para o fim da opressão e exploração de conjunto.

ii) Radicalidade

A violência a que eram submetidas as LGBTs era brutal. Vimos aqui alguns exemplos, mas que não chegam a captar a profundidade do que o Estado e a sociedade impunham às LGBTs como forma de buscar a sua domesticação. Portanto, a ação direta e radical, aliada à comoção popular (as revoltas chegaram a contar até com héteros aliados), cumpriu um papel de colocar um freio no avanço dessa brutalidade e abrir espaço para o nosso avanço. Ao mesmo tempo, o confronto direto com a polícia possibilitou um desenvolvimento da consciência acerca do caráter de classe do Estado, dando um caráter antissistêmico à revolta.

iii) Independência política

Com o advento da AIDS no começo da década de 1980, o movimento LGBT deu um giro para o combate à infecção e passou com isso a estabelecer relações mais profundas com o Estado, se organizando a partir de ONGs, conselhos e instituições. Retomar Stonewall é produzir também uma reflexão sobre a necessidade de um movimento LGBT que seja independente, não apenas do Estado, mas também das empresas.

Um exemplo são as Paradas LGBT, que são espaços fundamentais para dar visibilidade às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e colocar na ordem do dia a pauta

LGBT. No entanto, ao longo dos últimos anos, essas Paradas vêm sendo cada vez mais sequestradas pelo neoliberalismo progressista, com uma maioria de trios de empresas que disputam o sentido das Paradas e da pauta para uma inclusão pelo consumo ao invés de permitir o avanço da reivindicação por direitos e modificações estruturais.

Ecos da revolta no Brasil

Inspirados pela bravura das LGBTs norte-americanas, também no Brasil diversas organizações e coletivos foram criados a partir da década de 1970. O Grupo Somos foi um dos principais nesse período, e deu origem a vários outros mais tarde como o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). O jornal Lampião da Esquina cumpriu um papel importante na ampliação do alcance e visibilidade do debate feito pelo movimento à época. Em 1980, se realizou a primeira manifestação do movimento homossexual e lésbico no Brasil, em resposta a uma operação policial contra prostitutas, travestis e homossexuais que chegou a prender mais de 1500 pessoas em uma noite.

Como reflexo político dessa luta social travada no começo da década de 80, em 1982 surge a primeira candidatura abertamente LGBT. Zezinho, que fazia parte da Democracia Socialista (DS), corrente interna ao PT, fez sua campanha a vereador de Porto Alegre com o mote "Desobedeça", e tinha como uma de suas principais bandeiras "João ama Pedro! Por que não?", trazendo pro debate político a questão homossexual.

O desenvolvimento do movimento LGBT no Brasil está colocado como uma necessidade para reverter a situação reacionária em que nos encontramos. Temos hoje um presidente abertamente LGBTfóbico, que estimula o discurso de ódio e busca construir uma maioria social para retroceder sobre todos os avanços que tivemos na última década. Nos 50 anos de Stonewall, é preciso nos inspirar naqueles que vieram antes

de nós e construir um Stonewall à brasileira capaz de levantar a cabeça das LGBTs e derrotar esse projeto para o país.

Notas

[1] Homófilo (ou *homophile* em inglês) era um sinônimo de homossexual utilizado na época

[2] Força de Patrulha Tática, em português. Era um batalhão de choque, criado para instigar medo nas comunidades, e conhecidos por usar técnicas violentas pra dispersar multidões.

[3] Na época, os termos drag queen, travesti e transgêneros eram muitas vezes usados de forma intercambiável.

4 "Nós somos as garotas de Stonewall / Nós usamos nossos cabelos cacheados / Nós não usamos roupas íntimas / Nós mostramos nossos pelos pubianos", em tradução livre.

5 Tradução livre

6 Street Transvestites Action Revolutionaries

Referências bibliográficas

APPENROTH, Max Nicolai (2015). "The cis-washing of the Stonewall Riots–Why trans* activists can't be heroes."

CASTELLS, M. (1999). O poder da identidade (vol. II). São Paulo, Paz e Terra.

NELSON, T. R. (2015). A Movement on the Verge: The Spark of Stonewall.

NOTARO, S. R. (2017). The Stonewall Riots: Moving from the Margins to the Mainstream. In The Power of Resistance: Culture, Ideology and Social Reproduction in Global Contexts (pp. 143-164). Emerald Publishing Limited.

POINDEXTER, C. C. (1997). Sociopolitical antecedents to Stonewall: Analysis of the origins of the gay rights movement in the United States. Social Work, 42(6), 607-615.

Documento

Por um feminismo anticapitalista Mulheres na linha de frente da resistência e da construção de uma alternativa de poder

Tese das Mulheres do MES e independentes para o Encontro Nacional de Mulheres do PSOL

1. Apresentação

Esta tese é um esforço concentrado das mulheres do Movimento Esquerda Socialista (MES) e independentes para reunir todo o acúmulo, ainda em processo de sistematização, de nossa concepção de feminismo. Trata-se de uma visão construída por meio de diversas iniciativas e debates, discussões que naturalmente se intensificaram desde que nos deparamos com uma nova onda feminista.

Em 2019, o MES completará 20 anos. A história da organização se confunde com a trajetória de inúmeras mulheres, militantes e revolucionárias, cujas ideias feministas — trazidas neste texto — foram semeadas ao longo dessas duas décadas e tomaram forma na construção do PSOL. Um marco importante desses anos de construção foi em 2014, durante a campanha de Luciana Genro, que, candidata à presidência, defendeu em rede nacional a legalização do aborto e as pautas históricas do movimento feminista, além do combate à transfobia.

Nossa visão sobre o movimento feminista multiplicou sua força nos inúmeros espaços do Setorial de Mulheres do partido — ferramenta que construímos desde a sua fundação. Tais ideias também se fortaleceram na atuação de nossas militantes em diversos movimentos, na luta da classe trabalhadora, nas grandes mobilizações, na resistência cotidiana, na condução de nossos mandatos, além de terem se enriquecido no debate teórico e na troca com intelectuais que buscam fa-

zer do feminismo e do socialismo forças vivas na transformação da vida das mulheres e da sociedade.

Em um dado momento deste percurso, perdemos Marielle Franco, militante ativa das fileiras do PSOL, construtora empenhada de seu setorial de mulheres. É imprescindível e urgente a identificação de quem mandou matá-la e da motivação do crime, assim como a consequente responsabilização criminal do(s) mandante(s) da brutal execução da nossa companheira. É também imprescindível que nosso feminismo faça jus a seu legado.

Diante do que representa Marielle para a luta das mulheres hoje — e ante a nova fase da luta das mulheres em escala mundial, com forte expressão na América Latina e no Brasil —, identificamos a necessidade de dar um novo passo na definição e afirmação de nossas ideias.

Foi com esse objetivo que elaboramos este trabalho. Por meio de um retrospecto do que vimos pensando e debatendo nos últimos anos, ele significa um impulso para enfrentarmos os desafios presentes e futuros. Esperamos, assim, engendrar bases mais sólidas para o que consideramos ser nosso maior desafio: organizar a resistência a partir da luta das mulheres e construir para o país uma alternativa de poder à esquerda, socialista, conectada com a força do feminismo mundial. É sob essa perspectiva que apresentamos a presente contribuição.

2. Vivemos uma nova onda do feminismono Brasil e no mundo

Nos últimos anos, observou-se em diversos países um crescimento significativo da luta das mulheres, que tomou as ruas, os lares, locais de trabalho e estudo, a mídia e os espaços de poder, endossando a hipótese de que vivemos uma nova onda do movimento feminista, que voltou a ser uma força política vital e relevante no mundo.

Desde 2011, uma série de episódios vem reforçando essa tese e evidenciando tanto uma maior adesão às ideias feministas quanto uma feminização dos protestos e mobilizações sociais: a Primavera Árabe (2010 a 2012), os Indignados da Espanha (2011), o *Occupy Wall Street* (2011), as Jornadas de Junho no Brasil (2013), entre outros. Desde então, grandes movimentos com recorte especificamente de gênero tiveram projeção internacional, a começar pela Marcha das Vadias no Canadá em 2011 e as massivas mobilizações na Índia em 2012 contra o estupro coletivo de uma jovem dentro de um ônibus. Atos massivos contra a cultura do estupro e violência contra a mulher, e pelo direito ao corpo e à sexualidade, passaram a se repetir em diversos países — geralmente utilizando as redes sociais como ferramenta de disseminação.

Na América Latina tivemos, em 2015, o movimento *Ni Una Menos,* fortalecendo a luta contra o feminicídio, bem como a luta pela legalização do aborto, que teve seu auge na Argentina em 2018. Precedida pelo exemplo das mulheres polonesas, que decretaram greve para protestar contra projeto de lei de banimento do aborto do país, a luta das argentinas sem dúvida foi um divisor de águas nas discussões e ações em torno dessa pauta em todo o mundo. Em um país de forte tradição católica (de onde inclusive o atual papa se origina), as mulheres conseguiram, usando seus *pañuelos* (lenços) verdes, a improvável aprovação, na Câmara dos Deputados, de um projeto de legalização do aborto. Ainda que este não tenha sido aprovado pelo Senado, a mobilização das argentinas impactou profundamente a opinião pública em relação ao tema, influenciando o movimento feminista mundial.

Nos Estados Unidos, em 2016, a eleição de Donald Trump, conhecido por suas inúmeras declarações misóginas e racistas, foi estopim para a convocação da Marcha das Mulheres, movimento que reuniu mais de um milhão de mulheres em Washington na posse presidencial, em 20 de janeiro de 2017,

bem como em inúmeras outras cidades dos EUA e até de outros países. As eleições estadunidenses ocorridas dois anos depois refletiram este novo ascenso, por meio da conquista de cadeiras no Legislativo por muitas mulheres socialistas democráticas, sobretudos jovens, latinas e negras, a exemplo de Alexandra Ocasio-Cortez.

Esta indignação acumulada irrompeu nos atos do dia 8 de março, para quando foi convocada uma Greve Internacional das Mulheres com o slogan "Se nossas vidas não importam, produzam sem nós". Neste ano, mais uma vez milhões de mulheres fizeram com que os atos de 8 de março transbordassem: Espanha, Chile e até Filipinas contaram com uma multidão de mulheres nas ruas no Dia Internacional da Mulher. Além disso, elas também têm sido destacada vanguarda política em uma nova etapa das revoluções árabes africanas[1], que atingem atualmente Argélia e Sudão. Apesar das diferenças em relação ao Egito e à Tunísia, e mesmo entre si, esses dois países enfrentaram décadas de regimes autocráticos, que levaram a uma grande insatisfação popular, o que resultou na eclosão de uma forte mobilização contra o "sistema" — palavra de ordem das ruas.

Para essas mulheres, contudo, não basta conquistar uma participação parcial: diante da oportunidade de conseguir mais participação política, elas passaram a reivindicar a consolidação de seus direitos.

Na Argélia, além de não reconhecerem as eleições de fachada do velho regime, as mulheres incluíram em suas rei-

1 Trabalhamos com a ideia de processos de revolução democrática, em virtude da queda de regimes autocráticos, que abriram caminho para uma dualidade de poder que é, em potencial, uma possibilidade de revoluções sociais profundas. Entretanto, esta hipótese também pode ser revertida em favor de forças reacionárias, a exemplo do ocorrido na Tunísia e Egito. Concordamos com Gilbert Achcar sobre serem estes processos ainda em aberto, conforme discutido nos textos: Tunisia e Egito: uma revolução democrática e permanente percorre os países árabes e Dossiê "Rebeliões na Argélia e Sudão".

vindicações a luta contra as leis que as subjugam aos homens. No Sudão, exigem a queda do governo militar, mas também o reconhecimento de seu papel de liderança — fundada em uma longa tradição das mulheres das classes populares — na revolta iniciada a partir da triplicação do preço do pão, em abril deste ano, em meio a uma grave crise econômica.

No Brasil, a Primavera Feminista de 2015 foi um marco para a afirmação da nova etapa do feminismo no país, tendo como estopim a proposta do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de restringir o acesso a contraceptivos de emergência. Foi a luta das brasileiras por direitos sexuais e reprodutivos, por fora das organizações feministas mais tradicionais ligadas ao governo petista, a voz mais contundente contra o odiado e poderoso político articulador do impeachment de 2015, que hoje está preso com apoio de boa parte da população.

Ainda em 2015, Brasília foi palco da maior Marcha das Mulheres Negras da história do país, reforçando também o início dessa nova onda de mobilizações feministas por aqui. Desde então, meninas adolescentes (de 12, 13 anos ou mais) passaram a ter o feminismo como uma bandeira própria, presente em sua vida cotidiana. Segundo pesquisa realizada pelo DataFolha[2], entre as conhecidas como *millenials*, 65% se identificam como feministas. Os últimos processos de luta das mulheres no Brasil, no entanto, demonstram que não são apenas as jovens que têm tomado para si a construção do feminismo, mas que há uma diversidade de perfis que acreditam na força das mulheres como via de conquistarmos melhores condições de vida. A busca pela igualdade entre os gêneros, o rechaço à condição de subjugação das mulheres e temas diversos da política nacional e local são assuntos que

2 Pinto, Ana Estela. Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres, diz Datafolha. Folha de S. Paulo, 14 de abril de 2019.

passaram a preocupar um número muito maior de mulheres.

Essa onda feminista, portanto, tem atingido todas as esferas da vida cotidiana e, felizmente, semeou frutos também nas casas de poder, pois o descontentamento de mulheres com a casta política que rege nosso país é flagrante. Durante as eleições em 2018, centenas de milhares de mulheres lideraram uma gigantesca manifestação contra Bolsonaro, na mobilização *#EleNão*. Naquele momento, elas já demonstravam que a política reacionária evidenciada nas aparições públicas e no programa de governo do então presidenciável seria ainda mais nociva para as mulheres.

Felizmente, apesar da eleição de Bolsonaro e seus asseclas, o número de mulheres eleitas para as Casas Legislativas mais do que dobrou em relação à legislatura anterior. Em um cenário tão preocupante, é extraordinário que a luta das mulheres tenha se fortalecido: o PSOL, por exemplo, elegeu uma bancada federal paritária, que conta hoje com Sâmia Bomfim (SP), Luiza Erundina (SP), Fernanda Melchionna (RS), Talíria Petrone (RJ) e Áurea Carolina (MG). Nos estados, inúmeras mulheres também ocuparam as Casas Legislativas, com destaque para Luciana Genro (RS) e Mônica Seixas, da Bancada Ativista (SP), além de tantas outras, como as três mulheres negras eleitas para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro — Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, todas colaboradoras do mandato de Marielle Franco — ou, ainda, Erika Malunguinho, primeira deputada trans em São Paulo.

Diante disso, acreditamos que a possibilidade de derrotar a extrema direita passa necessariamente pelo fortalecimento da luta das mulheres, algo que tem sido expresso não só no Brasil, mas em todo o mundo. Nesse sentido, concordamos com a afirmação da socióloga Rosana Pinheiro-Machado, de que "a extrema direita venceu, mas as feministas tam-

bém"[3], pois o reacionarismo ascendeu ao poder, mas o feminismo também se fortaleceu. Isto, no entanto, não significa que podemos subestimar a força de nosso adversário, mas que a construção de uma ampla resistência democrática à altura dos nossos desafios somente será possível se conseguirmos identificar e catalisar a enorme energia transformadora já reunida pela luta das mulheres até aqui.

3. Vivemos uma crise total da sociedade e da reprodução da vida, cuja causa fundamental é o capitalismo

A crise capitalista aberta há dez anos é um marco importante para compreendermos a emergência desse novo ciclo de mobilizações feministas pelo mundo[4]. Com a crise, houve não só a quebra de um modelo econômico e de um padrão de dominação política, mas também, em contrapartida, a inauguração de um novo ciclo de lutas sociais, devido aos efeitos nefastos da contradição entre *reprodução do capital*[5] e a *reprodução social da vida* [6]produzida nesse período, que intensificou a acumulação capitalista pela via da espoliação dos bens e direitos da classe trabalhadora e dos recursos naturais.

---

3 Pinheiro-Machado, Rosana. A extrema direita venceu. As feministas, antirracistas e LGBTs também. The Intercept, 9 de janeiro de 2019.

4 Robaina, R. Um giro histórico na situação mundial. Revista Movimento, 15 de setembro de 2018.

5 Para maior profundidade do conceito, consultar Para uma crítica das crises do capitalismo, de Nancy Fraser.

6 "Em poucas palavras, refere-se às atividades e o trabalho que implica a reprodução biológica, quotidiana e geracional, da força de trabalho. Mas sejamos claros: reproduzir a força de trabalho significa reproduzir as pessoas e a vida. Isto não se limita à mera subsistência ou às necessidades de sobrevivência, mas também à satisfação de necessidades mais complexas e à reprodução de capacidades que contribuem para converter a força de trabalho nessa mercadoria especial que se pode vender no mercado capitalista. Estamos, portanto, falando da socialização das crianças, da educação, mas também da saúde e dos serviços sociais". Arruzza, Cinzia. O feminismo dos 99% é uma alternativa anticapitalista ao feminismo liberal. Carta Maior, 20 de agosto de 2018.

A lógica do capital, de forma cada vez mais acelerada, passou a se apropriar de tudo aquilo que é público, comum ou coletivo (de direitos adquiridos a bens comuns assegurados), de modo a garantir sua reprodução. Assim, a manutenção e reprodução da vida foram colocadas em xeque, especialmente nas periferias, favelas e morros, áreas onde as maiores dificuldades da vida cotidiana se revelam, da falta de emprego à total ausência do Estado — que, muitas vezes, só se faz presente nas ações genocidas e racistas de suas forças policiais.

Nesse processo, a degradação ambiental também se aprofundou, provocando mudanças climáticas que causaram catástrofes, como o ciclone que devastou Moçambique e os inúmeros crimes ambientais decorrentes da exploração irracional dos recursos naturais, como nos casos de Brumadinho (MG), ocorrido neste ano, Barcarena (PA), em 2018, e Mariana (MG), em 2015.

O avanço ultraneoliberal vem atacando uma série de direitos historicamente conquistados, deteriorando rapidamente as condições de vida, agravado por um endurecimento do regime de dominação para intensificar a exploração da classe trabalhadora. Esse cenário crítico é bastante nítido no Brasil. Após a eleição de Jair Bolsonaro — que, sem dúvida, representou uma mudança na correlação de forças políticas em nosso país —, há maiores restrições às liberdades democráticas e melhores condições para aplicação de um ajuste econômico ainda mais severo contra o povo. Como se percebe, a principal função deste governo é viabilizar o arrocho sobre o povo — motivo pelo qual Planalto e Congresso Nacional seguem decididos a aprovar a Reforma da Previdência, por exemplo.

No entanto, os planos do governo são prejudicados pela balbúrdia instaurada entre os partidos da ordem, inclusive dentro do próprio PSL, e protagonizada por figuras importantes do primeiro escalão, como o próprio presidente. O ano começou com o afastamento do Secretário-Geral da Presi-

dência, Gustavo Bebianno; na sequência, o noticiário foi tomado pelo escândalo envolvendo Fabrício Queiroz — homem forte nas relações do clã Bolsonaro, braço direito de Flávio (senador e filho mais velho). Paira ainda no ar a questão do "laranjal do PSL", esquema que atinge em cheio o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, sob suspeita de desvio de dinheiro das candidaturas femininas do partido. Além de seu aspecto ilegal e imoral, essa prática é um escárnio contra um direito conquistado por muita luta das mulheres.

Os números da economia corroboram com o sinal de alerta sobre essa profunda crise. O Brasil está novamente à beira da recessão. Projeções divulgadas pelo Boletim Focus, do Banco Central, apontam que o crescimento da economia deve ser de 1,49% neste ano, novamente rebaixando as previsões iniciais do governo.

Em março, o desemprego subiu para 12,7%, atingindo 13,4 milhões de brasileiros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de subutilizados atingiu o recorde de 28,3 milhões de pessoas. Junto ao desemprego, aprofunda-se o congelamento de verbas para áreas sociais — fato revelado, por exemplo, numa crise sem paradigmas da educação pública. A fome e a violência também cresceram exponencialmente e as grandes cidades estão com um número cada vez maior de pessoas em situação de rua.

Sem dúvida, a população negra é a mais vulnerável nesse cenário[7]. Pouco mais de 130 anos após a abolição, as ferra-

7 A Lei Áurea não garantiu escolarização, território e trabalho para os negros até então escravizados. Sem direitos, os ex-escravizados foram forçados a se submeter às relações mais precárias de trabalho, sem qualquer possibilidade de ascensão. Após a abolição formal da escravidão, institucionalizou-se uma política de extermínio dos povos negros, baseada na criminalização (em que práticas, cultos e rituais foram proscritos à clandestinidade), em prisões sob qualquer pretexto (mendicância, vadiagem, capoeiragem, malandragem, curandeirismo), bem como no incentivo à imigração de brancos, justificado pela hegemonia de um pensamento racista, pretensamente "científico", que identificava os descendentes de africanos como "raça inferior". Com a imigração branca, os povos

mentas de dominação usadas contra a maioria do povo brasileiro seguem arraigadas em nossa sociedade também por meio do racismo estrutural, que determina que a mão de obra negra, por exemplo, tenha o valor mais baixo nas relações de trabalho. Essa herança, somada às condições atuais do capitalismo, tornam a crise social mais aguda.

Para os povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas, a situação também é alarmante. Quando ainda era parlamentar, Bolsonaro demonstrou seu desprezo por esses grupos étnicos em diversas ocasiões, como ao afirmar que as terras para eles demarcadas guardavam riquezas que deveriam ser exploradas. Esse discurso viola a garantia de autonomia, gestão e posse de territórios dos povos originários. Não é coincidência, portanto, que, desde a vitória eleitoral de Bolsonaro, tenham aumentado os ataques violentos de madeireiros e pecuaristas contra esses povos, diversas lideranças tenham sido assassinadas e outras estejam sob crescente ameaça, muitas delas mulheres.

Há, entretanto, brechas para que se resista, tendo em vista as diversas contradições e frentes de batalha que Bolsonaro abriu em seu próprio quintal, mesmo quando o apelo da burguesia é o de que ele se concentre no objetivo econômico: especialmente nas últimas semanas, a disputa entre "olavistas" e militares no interior do governo tem se agravado, algo que não só revela a instabilidade política do andar de cima, mas que faz com que o presidente, pressionado por sua base social de direita, leve adiante medidas ainda mais reacionárias, como os ataques sistemáticos à educação e ao pensamento livre. A isso se soma a incapacidade do governo de dar

---

descendentes de africanos foram expulsos de seus territórios na zona rural e se estabeleceram nas periferias dos núcleos urbanos das maiores cidades do país, reconstruindo mais uma vez novas territorialidades negras. Assim, a condição do negro era diferente da dos trabalhadores imigrantes, a quem, mesmo com duras jornadas de trabalho e condições precárias, era garantido o direito à posse de terra e melhores postos de trabalho.

uma saída efetiva para a crise econômica em curso no nosso país, criando uma panela de pressão. Além do desemprego, a carestia dos itens de primeira necessidade provocam maior insatisfação entre a base bolsonarista, situação detonada, por exemplo, com a nova ameaça de greve entre caminhoneiros.

Autoritário e incapaz, Bolsonaro evidencia a cada dia seu despreparo à frente da presidência, que felizmente já começa a ser percebido por parcelas importantes do povo brasileiro. Três meses depois de assumir o governo, ele já tinha os piores índices de aprovação de um presidente em primeiro mandato, o que certamente está vinculado à publicização dos esquemas tenebrosos que envolvem sua família, bem como aos impactos de sua agenda econômica — desemprego, diminuição do salário mínimo, Reforma da Previdência, cortes na educação e áreas sociais etc. —, que ataca grande parte de seu próprio eleitorado. Mas, para que o novo brote diante deste caos, é necessário adubar a história com muita resistência.

4. As mulheres são um sujeito político estratégico na atual crise capitalista

A demanda por respostas e saídas para a crise é permanente. Trata-se de uma tarefa de grande magnitude, já que a situação é regressiva e exige uma mudança profunda que não se realizará sem uma mobilização de massas que adquira força revolucionária. E, por ora, alternativas claras não se consolidaram e a classe trabalhadora em seu conjunto encontra dificuldades de promover uma resposta unitária, haja vista o nível de fragmentação e debilidade do movimento operário. O grande impasse da nova situação aberta pela crise de 2008 se encontra no fato de que *sujeitos políticos e alternativas anticapitalistas de massa* não emergem e depreendem automaticamente das contradições do capitalismo, apesar de estas terem se tornado mais evidentes e gritantes. Ainda que, especialmente desde 2011, parcelas importantes da população tenha

se levantado de diferentes formas em resistência às injustiças sociais promovidas pelos governos e partidos da ordem, em geral, ainda não foi consolidada uma alternativa clara. Além disso, as diversas lutas sociais, econômicas e democráticas travadas pela classe nos últimos anos não necessariamente se conectam e se afirmam com clareza em um projeto de negação do sistema, algo reforçado pela experiência subjetiva e ideológica com o capitalismo contemporâneo após o declínio dos regimes do "socialismo-real" e da social-democracia, pautada pela fragmentação, pela perda da totalidade e de projetos ou narrativas coletivas de transformação social. E o problema é que, para que a luta do povo avance, é necessário que a contradição entre o objetivo (crise do capitalismo, do regime e dos partidos) e o subjetivo (consciência, sujeito político, organização) se resolva.

Felizmente, este não é um processo homogêneo ou imutável. Nos últimos anos, tivemos exemplos de resistências democráticas e populares, como as protagonizadas pela juventude e pelas mulheres. Nestes setores mais ativos e dinâmicos, o anticapitalismo tem encontrado considerável adesão. A maré feminista, em particular, abriu um processo intenso de politização, engajamento e radicalização das mulheres, além de, sem dúvida, representar uma das principais trincheiras de resistência aos governos de extrema direita e aos planos neoliberais, sendo um dos únicos movimentos sociais hoje com capacidade de articulação e coordenação internacional, envolvendo simultaneamente mulheres em diferentes países.

Como atestam as feministas marxistas, isso acontece porque, devido à divisão sexual do trabalho, as mulheres estão à frente de um papel central para a reprodução da vida e do capital: o de cumprir as atividades ligadas ao chamado trabalho reprodutivo. Ao desempenharem o trabalho (na maioria das vezes não remunerado) de preparar comida, lavar roupas, procriar e criar filhos, as mulheres são responsáveis pela re-

produção da força de trabalho, central para o funcionamento do capitalismo. Pois, se os trabalhadores não se alimentam, não socializam e não gozam de saúde plena, não há trabalho.

Em *O Capital,* Marx mostrou de que maneira a força de trabalho sustenta o sistema de produção de mais-valia, tendo em vista que a acumulação de capital só é possível quando os trabalhadores, em busca de meios de vida, vendem sua capacidade de trabalho por um salário. O que está ausente em sua análise, no entanto, é a forma como essa "mercadoria especial" é produzida e reproduzida, ou ainda, como ela é trazida à luz e criada: na "família da classe trabalhadora"[8]. Mais especificamente, Marx não apontou que o trabalho de produzir trabalhadores — que envolve as atividades de procriação e criação — tem uma característica de gênero, justificada inicialmente pela capacidade biológica da mulher e reforçada por um processo educacional baseado por ideologias como o mito do "amor materno", que relega mulheres a atividades ligadas à esfera doméstica. Assim, as mulheres no lar cumprem um papel decisivo na reprodução diária e geracional da força de trabalho que a sociedade capitalista precisa.

O problema atualmente colocado é justamente que esse tipo de atividade ligada à *reprodução social* é um dos mais afetados em momentos de crise. Como explicam as autoras do manifesto por um "feminismo para os 99%":

> Na fase anterior do desenvolvimento capitalista, social-democrata (ou administrada pelo Estado), as classes trabalhadoras dos países ricos obtiveram algumas concessões do capital na forma de apoio estatal à reprodução social: pensões, seguro-desemprego, salário-família, educação pública gratuita e seguro-saúde (...). O capitalismo neoliberal, financeirizado, é algo completamente diferente. Longe de empoderar os Estados para estabilizar a reprodução social por meio de provisões públicas,

8 Vogel, L. *Marxism and Women Opression: Toward a Unitary Theory*. Boston: Brill, 2013.

> ele autoriza o capital financeiro a disciplinar Estados e povos nos interesses imediatos dos investidores privados.[9]

Nesse cenário, as mulheres se deparam com maiores dificuldades para empenhar o papel reprodutivo e de preservação da vida que lhe é socialmente designado, ao terem sua jornada de trabalho intensificada, seus salários achatados e direitos historicamente conquistados retraídos. Afinal, além do trabalho reprodutivo, as mulheres também cumprem papel fundamental no trabalho produtivo, já que são parcela importante do mercado de trabalho no Brasil. E esta combinação entre trabalho reprodutivo e produtivo que compõe a dupla e tripla jornadas de trabalho das mulheres faz com que elas trabalhem mais do que os homens — tarefa que, com a crise, se torna ainda mais árdua. E, à medida que isso acontece, torna-se mais latente a consciência das mulheres sobre sua condição de opressão, exploração e discriminação, bem como sua disposição para luta.

Vale destacar que a crise não atinge igualmente todas as mulheres, sendo as de classes subalternas, trabalhadoras, negras, imigrantes as que mais encontram dificuldades para garantir mínimas condições de vida. Isso é evidente no caso do trabalho doméstico, que possui forte caráter de classe e racial. No caso brasileiro, devido à herança colonial, são sobretudo as mulheres negras as responsáveis por desempenhar tal trabalho reprodutivo. Assim, a atividade do cuidado e responsabilidade sobre a vida é comum a todas as mulheres, mas incide com uma intensidade muito maior sobre as da classe trabalhadora e, especialmente, sobre as mulheres negras. Ao longo da história, tem sido esta uma das principais formas para sua inserção no mercado de trabalho no Brasil.

---

9 Arruzza, C.; Bhattacharya, T; Fraser, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 114-115.

Foi reservado à mulher negra o trabalho doméstico, além do trabalho manual sempre pouquíssimo prestigiado, no campo e na cidade. Coube a elas servir às famílias realizando tarefas que não cabiam às sinhás, como lidar com a sujeira[10].

Assim, as mulheres negras sempre trabalharam fora de suas casas (inclusive fora de seus territórios), tendo uma jornada que incluía as casas dos patrões e as suas próprias. Diferente, portanto, das mulheres brancas. Para ambas, o trabalho reprodutivo nunca foi devidamente reconhecido e protegido pelo Estado, ainda que sobre as mulheres negras isso incida de forma ainda mais violenta. Um exemplo disso são as trabalhadoras domésticas, que só conquistaram a regulamentação do trabalho no ano de 2013. Exploradas desde a infância com a promessa de melhoria na condição de vida, subalternizadas pelo trabalho infantil doméstico, as mulheres negras servem às famílias desde tempos remotos e, infelizmente, foram elas que possibilitaram que outras mulheres estudassem e conquistassem trabalho fora de casa.

No entanto, o processo atual revela que o crescimento da "consciência feminina" e da disposição de luta das mulheres — em curso no Brasil e no mundo — pode assumir, por sua vez, cada vez mais, um sentido transformador, ativando uma *subjetividade anticapitalista* que consolide as mulheres como sujeito político fundamental na luta contra o sistema, tendo em vista que a crise da reprodução social tornou-se um aspecto fundamental da luta de classes[11]. Pois, à medida que as mulheres buscam pôr fim ao papel social designado a elas (o de assegurar a manutenção da vida de seus entes e, quando possível, de sua comunidade), muitas delas acabam se chocando frontalmente com um sistema que lhes nega essas condições,

---

10 E, quando não eram submetidas ao trabalho escravo nas fazendas, eram obrigadas a conviver com recorrentes estupros dentro das casas grandes.

11 Cámara, J. Sujeito político e estratégia no movimento de mulheres. *Revista Movimento*, 2019.

algo que tem levado a uma progressiva tomada de consciência sobre a relação entre a opressão das mulheres e a lógica deste sistema capitalista.

Esta é a aposta de um feminismo que se reivindica *anticapitalista*, isto é, um feminismo que entende que a situação de opressão que vive hoje a maioria das mulheres — "pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres *queer*, das trans e das mulheres com deficiência" — está profundamente vinculada ao sistema social que produz esta opressão[12]. O que a atual conjuntura reforça, portanto, é a necessidade de reconsolidar, no interior da pluralidade de visões e vertentes que hoje compõe o movimento feminista, a importância da perspectiva anticapitalista para a luta pela emancipação da mulher — tal como apresentado pelo recente manifesto escrito por feministas nos Estados Unidos por meio da consigna do "feminismo para os 99%". Nunca foi tão atual e necessário um feminismo que consiga aliar a luta das mulheres com a luta contra o sistema; que não separe a luta por igualdade de gênero e pela emancipação da mulher da necessidade de superar o racismo, a homofobia, a devastação da natureza e a exploração do trabalho; que tenha as mulheres como sujeitos estratégicos para mudar os rumos da sociedade. Ou seja, que parta da noção de que a luta das mulheres pode e deve mudar o mundo.

5. Da "consciência feminina" à "consciência socialista" — as mulheres como protagonistas na construção uma alternativa política

Conforme exposto, as mulheres (trabalhadoras, negras, migrantes) são hoje sujeitos estratégicos em potencial na luta contra o capitalismo. Não são uma classe em si mesma

12 Arruzza; Bhattacharya; Fraser, *Feminismo para os 99%*, p. 41.

(como, em grande medida, consideram algumas correntes feministas), mas parcela considerável e fundamental da classe trabalhadora — correspondendo a metade da população, que é responsável por parir e cuidar da outra metade —, que tem sido atingida pela crise. Por conta de seu papel na manutenção da família, fruto da divisão sexual do trabalho, são elas, ao mesmo tempo, que se sentem mais responsáveis por lutar pela vida. Por isso, em diversas partes do mundo, são as mulheres que estão na linha de frente da resistência — seja nas mobilizações feministas ou nas greves, nos protestos, nas lutas das comunidades, nos bairros, nas lutas por territórios.

Por isso se faz tão necessário pensar estratégias para organizá-las — algo que é objeto de debate hoje no interior do movimento feminista internacional. Afinal, *como devem se organizar as mulheres?*

Grosso modo, o eclipse do imaginário socialista e o desencantamento com projetos de transformação social no final do século XX fizeram com que as ações e debates do movimento feminista, e de outros movimentos sociais, passassem a se referenciar menos nas concepções clássicas de emancipação social (luta de classes, exploração, revolução, partido) e mais em conceitos como de diferença e identidade cultural. Como coloca a filósofa e socióloga feminista Nancy Fraser, as lutas de natureza simbólica e cultural (ligadas às questões de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade) tornaram-se uma "forma paradigmática de conflito político":

> a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal de mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política. [13]

---

13 Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". Cadernos de campo, v. 15, n. 14-15, 2006. Nas palavras de Arruzza, "A separação do movimento

Ou seja, depois do fim do "socialismo real", houve uma intensa politização das diferenças étnicas e culturais, ao passo que ocorreu uma acelerada despolitização da economia, cada vez menos contestada pelos movimentos sociais, de forma que "a busca pela igualdade social, que teria pautado as lutas políticas por quase 150 anos, estaria, assim, sendo substituída pela luta pelo reconhecimento das diferenças, central para os chamados 'novos' movimentos sociais"[14]. Na prática, isso fez com que o desejo de pertencimento e de identidade a um movimento ou grupo se sobrepusesse a perspectivas totalizantes e à adesão a organizações políticas tradicionais, como os partidos, entendidos como obsoletos e inadequados para a organização da multiplicidade de sujeitos que configuram as lutas sociais contemporâneas, e que não se encaixam na definição clássica moderna de "proletariado". Além disso, ao privilegiarem, em sua maioria, as questões de dominação em detrimento da questão de classe, substituíram estrategicamente o econômico pelo cultural e político, recolocando as raízes do problema das opressões não no nível do capitalismo, mas no âmbito individual, das instituições e do Estado, enfatizando formas locais, individualizadas e fragmentadas de resistência, em detrimento de perspectivas totalizantes de transformação social.

A atual onda feminista mostra caminhos para superar essa oposição entre "política de classe" e "política identitária" que tomou os conflitos de tipo "pós-socialistas" no final do

operário e dos movimentos sociais foi acompanhada pela obliteração de qualquer crítica das relações de produção, que foram substituídas pelas relações de poder e dominação na esteira das tendências pós-modernas, particularmente inspiradas nas ideias de Foucault. Consequentemente, elas tendiam a concentrar exclusivamente nas instituições que garantem e mantém o sistema de papeis sexuais – matrimônio, a família, prostituição e heteronormatividade" (Arruzza, Cinzia. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Wales: Merlin Press, 2013, p. 107).

14 Bressiani, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento - Nancy Fraser entre Jurgen Habermas e Axel Honneth. *Cad. CRH*, vol. 24, n. 62, 2011.

século XX, pois, como bem apontam as autoras do manifesto por um "feminismo para os 99%", a luta de classes hoje é, ao mesmo tempo, "feminista, internacionalista, ambientalista e antirracista", de forma que o movimento feminista "deve unir forças com outros movimentos anticapitalistas mundo afora — movimentos ambientalista, antirracista, anti-imperialista e LGBTQ+, e sindicatos"[15]. Está cada vez mais evidente que, por si só, as múltiplas formas de resistência baseadas em grupos e identidades não conseguirão dar, sozinhas, respostas efetivas para os problemas, sendo necessária uma reunificação, que só uma visão antissistêmica pode oferecer.

Isso significa reconhecer não a oposição e incompatibilidade, mas a complementaridade dialética entre "políticas de classe" e "políticas de identidade"[16]. Em termos teóricos, trata-se (na ótica do feminismo marxista) de integrar, em uma teoria unitária, as ferramentas da interseccionalidade e as análises sobre a reprodução social, dando um salto na compreensão sobre as relações de gênero, raça e classe e sua relação dialética com o todo capitalista. Ou seja, entender como as formas de opressão têm, na verdade, um caráter *"diversificado-mas-unificado"*, pois estão intrinsecamente integradas num determinado contexto social, que é a vida sob o sistema capitalista, entendido como uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação[17].

Disso, deriva a defesa de um feminismo que não separa a luta por reconhecimento da luta por justiça econômica, e, consequentemente, uma estratégia política que não recai nem numa mera somatória de opressões, nem na defesa de hierarquização de uma única opressão, entendida como prioritária.

---

15 Arruzza; Bhattacharya; Fraser, *Feminismo para os 99%*, p. 34 e 93.

16 Marcelino, G. H. Marxismo e lutas setoriais: reconectando a relação entre as partes e o todo. *Revista Movimento*, 2016.

17 Ferguson, S. Feminismo interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017, p. 15.

O foco passa a ser enxergar, de maneira dialética e histórica, que gênero, raça e classe integram a reprodução de um todo social — o capitalismo — que, em sua forma concreta, é racializado, patriarcal e valora a vida e o trabalho das pessoas de acordo com suas diferenças[18]. A partir desta compreensão fundamental, torna-se evidente a necessidade de lutar contra o sistema e de construir amplas alianças entre as lutas antirracista, feminista, sindical, ambientalista, numa visão "combinada e desigual", que respeite as diferenças, conectando-as ao mesmo tempo à lógica social que as oprime de diferentes maneiras.

6. Unidade da diversidade para a construção de uma alternativa

Para nós, tal visão anticapitalista da luta feminista requer que as mulheres, além de organizadas em movimentos, também estejam engajadas na construção de ferramentas como o partido. Isto porque a forma partido, na perspectiva revolucionária, tanto permite a organização dos/as trabalhadores/as para a disputa de projeto e poder, quanto é uma "unidade da diversidade", um guarda-chuva e mediador de diferentes experiências parciais e segmentos sociais que visam a superação do capitalismo, sendo capaz de acumular lições históricas e, portanto, propiciar uma visão totalizante e estratégica que muitas vezes falta aos imediatismos e espontaneísmos das ações de ativistas de movimentos[19]. Como define o filósofo e dirigente da Quarta Internacional Daniel Bensaid, retomando

---

18 Ou, para usar os termos de Nancy Fraser, isso corresponderia a reestabelecer uma relação entre demandas baseadas na "redistribuição" e aquelas baseadas em "reconhecimento", ou seja, o duplo viés — econômico e cultural — das opressões. A opressão das mulheres, por exemplo, envolve tanto o trabalho produtivo e reprodutivo por elas desempenhado, quanto as discriminações e formas de violência às quais elas estão submetidas. Assim, a emancipação das mulheres exigiria dois tipos de resposta: justiça redistributiva e por reconhecimento.

19 Robaina, R. Faz sentido um partido político socialista? *Revista Movimento*, 2017.

Lenin, é precisamente "a forma partido que permite intervir sobre o campo político, agir sobre o possível, não sofrer passivamente os fluxos e refluxos da luta de classes":

> O partido é, portanto, o elemento de continuidade nas flutuações da consciência coletiva. A história não é a de uma marcha triunfal de qualquer força tranqüila rumo ao desenlace garantido da história, mas um tecido de lutas, de crises e de fraturas. O partido não se limita a esclarecer um processo orgânico e natural de emancipação social. Ele é constituinte das correlações de forças, gerador de iniciativas, organizador da política, não no futuro simples, mas no condicional. Ele é, dizendo de outra maneira, um organizador dos diversos tempos, a condição de um pensamento estratégico que ultrapassa o horizonte imediato da tática política do dia a dia, do passo a passo, rigorosamente sem princípios.[20]

Aqui, novamente, não se trata de opor a organização em partidos ou movimentos mas, antes, a necessidade de ambos. Em realidade, na atual conjuntura — em que o sistema político e as superestruturas partidárias estão desacreditadas, ao reproduzirem a lógica da corrupção, do carreirismo e dos privilégios — a concepção que reivindicamos é justamente a de um "partido-movimento". Um partido que se permita penetrar pelas características dos movimentos (por seu dinamismo e práticas coletivas de tomada de decisão, por exemplo), um partido em movimento (designado para a ação e em transformação contínua) e um partido que seja parte ativa dos movimentos (buscando influenciar as lutas sociais, sem controlá-las).

A construção de um partido-movimento, orientado por uma política de emancipação, é uma ferramenta poderosa para a luta feminista hoje. É a forma que permite a aliança e unificação de diferentes movimentos em torno de um projeto anticapitalista comum, com programa e visão estratégica.

---

20 Bensaid, D. Lenin, ou a política do tempo partido. *Revista Movimento*, 2017.

Cria a possibilidade de uma reconexão entre o movimento feminista e o dos trabalhadores, que foi perdida no final da segunda onda e é reanimada no atual contexto de crise, sobretudo a partir da construção das greves de mulheres, resgatando um feminismo que reivindica os métodos da classe (greves, marchas, bloqueios etc.), atuando na democratização e renovação do sindicalismo clássico. Ou, ainda, é o que pode fazer a consciência feminina avançar para uma consciência socialista, ao dar horizonte para a luta pela emancipação das mulheres, entendendo-se que elas só serão livres a partir de uma mudança tanto das relações sociais e de poder, quanto da forma como está organizado o mundo do trabalho, ou seja, que a resposta política para os problemas das mulheres passa pela construção e defesa de um novo tipo de sociedade.

7. Postular o PSOL como alternativa para as mulheres e para os 99% e seguir na linha de frente da resistência

Por tudo isso que vimos expondo até aqui, acreditamos que devemos continuar fortalecendo o PSOL. As mulheres já demonstraram ter força e disposição para resistir no Brasil, mas é preciso também apresentar e construir uma alternativa — que não apenas dê voz às mulheres, mas que também seja parte de um novo projeto de país — anticapitalista e anti-regime. A atmosfera social em que vivemos, especialmente desde 2008, fez reacender a atuação dos movimentos sociais e a busca por perspectivas antissistêmicas, em especial entre uma nova geração de ativistas. Precisamos apostar no potencial de tais mobilizações, para que elas avancem na construção de uma alternativa política de massas.

Por isso, como mulheres do partido, devemos buscar nos aliar aos demais movimentos de resistência, participando ativamente das batalhas contra a exploração do trabalho, da luta antirracista, anti-lgbtófica, anti-imperialista, ambientalista, contra a corrupção, entre outras. Nosso objetivo, além

de construir essa ampla aliança para resistir aos mais graves ataques, deve ser também "dividir o bloco populista reacionário: separar as comunidades operárias das forças que promovem o militarismo, a xenofobia e o etnonacionalismo, que, se apresentando como defensores do 'homem comum', são criptoneoliberais", como apontam as autoras do manifesto "Feminismo para os 99%".

Nesse sentido, é fundamental que o PSOL assuma uma política para desdobrar essa tarefa. Muitos dos que votaram em Bolsonaro o fizeram sem concordar integralmente com seu programa. Não à toa, pesquisas têm mostrado que a maioria da população é contra a flexibilização do porte de armas, contra a reforma da previdência e contra o pacote de Sérgio Moro, por exemplo. Essa confusão está expressa pelo povo e entre as mulheres. Por isso, temos que separar os setores populares daqueles que são beneficiados pelo programa ultraliberal e conservador defendido pelo bloco de sustentação do governo. Mais do que ficarmos no #EuAvisei, é imperativo seguir com a criatividade do #ViraVoto, mostrando a verdadeira face de Bolsonaro e ganhando gente para nosso lado. Somente assim podemos derrotar esse projeto. O PSOL, por sua trajetória de coerência e combatividade, tem mais condições de dialogar com esse público.

Além disso, devemos seguir apostando no fortalecimento de figuras femininas, feministas e combativas, que propagandeiam nosso programa. Nós, do MES, fortalecemos essa política desde a campanha presidencial de 2014 e temos orgulho dos mandatos de Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim, Mônica Seixas, Luciana Genro e Fernanda Miranda, além de Vivi Reis, primeira suplente de deputado federal no Pará. Também reivindicamos a presença de mulheres dirigentes na linha de frente, seja no Juntas, na Rede Emancipa ou no Mover. Por isso, as mulheres do PSOL têm um papel decisivo na afirmação do partido como alternativa para os 99% no país.

Com efeito, diante da atual conjuntura, temos uma série de desafios. Por isso, gostaríamos, por fim, de destacar a centralidade de alguns deles para o movimento feminista e o PSOL:

a) Fortalecer o feminismo como vanguarda da resistência ao bolsonarismo e construir uma alternativa política que apresente uma perspectiva de transformação estratégica para o país.

A eleição da primeira mulher presidenta da República mostrou que gênero, por si, não é dado suficiente para se constituir como saída política. Por isso, ainda que, simbolicamente, a eleição de uma mulher para o cargo tenha sido um avanço para o Brasil, o governo de Dilma foi mais um capítulo no recuo nas pautas das mulheres, ao se priorizar o pacto da governabilidade com os conservadores. Para a população, e também para as mulheres, o projeto petista se esvaziou. Não à toa, setores das periferias de grandes cidades que, antes, haviam votado no PT, nas últimas eleições votaram em Bolsonaro. Vivemos um momento em que os partidos que foram protagonistas da política no Brasil desde a redemocratização estão desacreditados. Nesse sentido, o PT, que governou por 13 anos durante a Nova República, cumprindo boa parte do script político dos demais partidos da ordem, também se enfraqueceu com a crise política deste regime.

Nesta crise, que também é política — além de social —, o bolsonarismo se constituiu como alternativa. Além de negá-lo, é imperativo apresentar outra saída. O movimento feminista só será capaz de desdobrar seu papel como sujeito político se puder responder também às necessidades coletivas de reprodução social da vida, para além da defesa dos direitos individuais das mulheres. Ou seja, o movimento feminista — sem jamais abandonar a luta por igualdade de gênero — tem o desafio de impulsionar um amplo movimento de resistência

democrático, que aglutine todos os setores contrários (personalidades, partidos e movimentos) ao governo Bolsonaro. E, ao mesmo tempo, forjar um feminismo antissistêmico, anti-regime e, portanto, anticapitalista. O "Feminismo para os 99%" convoca as mulheres, em todo mundo, para tomarem para si a tarefa da construção de uma alternativa política nesta conjuntura de crise. No Brasil, isso passa, necessariamente, em nossa opinião, por derrotar o bolsonarismo e, ao mesmo tempo, fortalecer o PSOL como projeto de poder alternativo.

b) Justiça para Marielle

Para derrotar aqueles que governam o Brasil, antes de tudo, é necessário fazer justiça a Marielle Franco — que era o absoluto oposto desse projeto político que ascendeu ao poder no país. Mulher negra, LGBT e oriunda de uma das maiores favelas do Rio (a Maré), diferente da maioria das mulheres com o mesmo perfil, conseguiu chegar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo a mulher mais votada daquela eleição. Marielle era símbolo da Primavera Feminista, da necessidade de democratização da política, eco das vozes de 2013, força da revolta das mulheres e da juventude negra. Ela levou para os palácios o grito contra as chacinas e as injustiças sociais que impõem sofrimento a inúmeras mães e famílias brasileiras sobretudo nas periferias.

Tudo indica que ela foi assassinada por milícias do Rio de Janeiro, organizações criminosas cujos membros foram abrigados e ostensivamente agraciados pelo mandato de Flávio Bolsonaro. Somam-se a isso as relações de Flávio, e do próprio pai Jair, com Fabrício Queiroz, alvo de investigações por, dentre inúmeros rolos, relação com membros de organizações criminosas.

Para lhe fazer justiça, será necessário, em primeiro lugar, revelar a mando de quem e por qual motivo ela foi executada. É preciso trazer à tona os mandantes do crime, inclusive para

que possamos saber com quem eles mantinham relação. Ao mesmo tempo, fazermos jus ao legado de Marielle significa sermos coerentes com tudo o que ela representava. Parte importante de seu legado cabe ao movimento feminista defender e concretizar.

c) Barrar o projeto da Reforma da Previdência

Como vimos, as políticas alavancadas pelo governo Bolsonaro atacam diretamente a vida das mulheres brasileiras, em especial as mulheres negras, pobres e indígenas, como é o caso da atual proposta de Reforma da Previdência.

Desde que passou a ser garantida pela Constituição, a Previdência Social tem sofrido tentativas de desmontes sequenciais — especialmente por representar uma das principais formas de distribuição de renda no país, contrariando os interesses dos grandes empresários. Estes querem acabar com o princípio da solidariedade, por meio do qual os mais ativos financiam a aposentadoria e outros benefícios dos que não conseguem trabalhar e ter uma renda própria. Isso é o que atualmente permite que idosos e pessoas em situação adoecida tenham renda e condições de vida. Ao proporem, em contrapartida, a capitalização da previdência — que substitui o sistema de coletividade pela construção individual de uma "poupança" — os poderosos interessados em lucrar com a reforma evidenciam que a vida e os interesses coletivos valem menos que os seus próprios interesses financeiros.

As mulheres encontram-se em situação especialmente desfavorável diante dessa proposta. Responsáveis por serviços não remunerados, como o cuidado da casa, dos filhos e da família, a dupla jornada de trabalho confere às mulheres desgastes físicos e psicológicos de forma acelerada. As mulheres negras, que ocupam em sua maioria empregos precarizados e em muitos casos cuidam não somente das suas, mas de outras famílias, sentem o envelhecimento de forma substancial.

De acordo com essa perspectiva, são as mulheres negras e periféricas as principais atingidas com a aniquilação do sistema solidário da previdência: segundo o IBGE, homens e pessoas brancas estão à frente de mulheres e pessoas negras em relação ao rendimento mensal. Segundo pesquisa publicada pelo IBGE em 2018, brancos ganham em média 44% a mais que negros e homens 23,9% a mais do que mulheres. Além disso, a proposta de reforma do governo dinamitará totalmente as condições de vida das mulheres trans e travestis, que, em sua maioria, não conseguem concluir o ensino básico e são "invisibilizadas" em empregos precarizados como telemarketing ou na prostituição. Ou seja, ao capitalizar a previdência, o que se estabelece, na prática, é a sentença de morte a milhares de mulheres abandonadas, então, pelo Estado.

Em um país como o nosso — no qual nunca houve equiparação de direitos trabalhistas, levando-se em consideração gênero, classe e raça —, a Reforma da Previdência significa um cruel aprofundamento das desigualdades existentes. As mulheres terão que trabalhar mais do que já fazem hoje para se aposentar, ainda mais se levarmos em conta a dupla (ou tripla) jornada de trabalho, desconsiderada por essa reforma que propõe a equiparação da idade mínima entre homens e mulheres para aposentadoria. As motivações para tanto revelam o caráter misógino dessa proposta, na medida em que reforça a ideia de que o trabalho doméstico — ao qual as mulheres dedicam o dobro de tempo que os homens, segundo dados do IBGE — deve ser uma obrigação e responsabilidade delas. Vale destacar que os avanços em relação à valorização e concessão de direitos trabalhistas às empregadas domésticas — a cuja regulamentação Bolsonaro se opôs — representam, nesse sentido, um marco vitorioso, ao reconhecê-las enquanto profissionais e trabalhadoras.

Além disso, a Reforma da Previdência diminui o valor da aposentadoria de mulheres aposentadas por invalidez e tor-

na quase impossível a aposentadoria de mulheres do campo — mulheres, inclusive, que sofrem com a classificação "automática" dos residentes em áreas rurais (latifundiários, em maioria) no grupo para o qual o acesso a armas de fogo deve ser ampliado. Relegam, assim, essas mulheres a uma condição de invisibilidade, mortes e feminicídio, o que somente evidencia que suas vidas não passam de moedas baratas para esse governo.

A guerra também foi decretada contra as professoras. Seu protagonismo, tanto nas greves que aconteceram em 2018 (como o Sampaprev em São Paulo), quanto na disputa contra a censura nas escolas, mostram um caminho importante de luta — caminhos que amedrontam os poderosos. Para essas mulheres, foi estabelecida uma idade mínima de 30 anos de contribuição — mais um ataque brutal à educação e às educadoras, em uma realidade na qual a profissão docente é extremamente desvalorizada e envolve uma série de dificuldades, com 66% das professoras e professores já tendo precisado se afastar do trabalho por questões de saúde, de acordo com pesquisa realizada pela Associação Nova Escola em 2018. [21]

Com a promessa de R$ 40 milhões em emendas para cada deputado que votar a favor da reforma, mesmo tendo em vista que 51% da população se opõem à proposta, segundo pesquisa do Datafolha, o governo demonstra forte empenho em aprová-la a qualquer custo. Seu caráter misógino a localiza enquanto peça chave no enfraquecimento das mulheres trabalhadoras, e, por isso, é imperativo que a luta contra a Reforma da Previdência seja um centro da disputa do movimento de mulheres no Brasil e que se construa uma ampla e democrática trincheira de resistência, capaz de agregar os diversos setores dispostos a barrar esse enorme retrocesso para a vida do povo.

---

21 Teixeira, Larissa. 66% dos professores já precisaram se afastar por problemas de saúde. *Nova Escola,* 16 de Agosto de 2018.

d) Lutar pela vida

O governo Bolsonaro tem como uma política deliberada o ataque às mulheres, seja de forma direta — com medidas que acentuam a vulnerabilidade das mulheres em relação à violência — ou pela omissão em relação às demandas latentes que ceifam vidas diariamente, como o combate ao feminicídio.

Somente nos dois primeiros meses de 2019, 344 casos de feminicídio foram oficialmente registrados no Brasil, com uma média de aproximadamente 6 casos por dia, no quinto país onde mais se mata mulheres no mundo. Diariamente dezenas de casos de agressões e assassinatos de mulheres estampam os noticiários. Alguns, como o caso de Tatiane Spitzner[22] e da travesti Quelly da Silva[23] (reforçando o alto índice de mortes de mulheres trans no nosso país[24], o que mais mata LGBTIs no mundo) ganham repercussão nacional e demonstram a urgência em estabelecer políticas públicas que freiem essas estatísticas.

Caso houvesse a mínima preocupação em relação a essa condição gritante, tanto o Ministério da Justiça quanto o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos apresentariam medidas de caráter prioritário para reverter esse quadro vergonhoso. Em contrapartida — acometida de uma aparente cegueira intencional —, as referências à condição da mulher por parte da Ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damares Alves, perpassam por afirmar que o papel da mulher na família é o de submissão ao homem, ideia que ser-

---

22 Agredida e assassinada em seu prédio, enquanto as câmeras de segurança registraram todos os acontecimentos.

23 Assassinada em janeiro deste ano ao ter seu coração arrancado pelo assassino, que justificou a barbárie por ela "ser o demônio".

24 De janeiro a março de 2019, foram 23 mulheres trans e travestis assassinadas no Brasil, mantendo o país em primeiro lugar no ranking de assassinatos: 1) Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais; 2) Monitoramento de assassinatos trans - Março de 2019.

ve como justificativa para a maioria dos casos de feminicídio, costumeiramente motivados por ciúmes e pela ideia de propriedade do corpo feminino. Já Bolsonaro, ao convidar o mundo a conhecer as mulheres brasileiras e estimular o turismo sexual, legitima as práticas de violência, estupro e assassinato — que vêm sendo combatidas arduamente pelo movimento feminista há décadas. Seu discurso de ódio, no limite, incentiva a perseguição ou ainda a liquidação de um suposto inimigo.

Além de naturalizar esse cenário de violência, o governo Bolsonaro, de forma grotesca, toma como peça principal de seu projeto político a apologia ao armamento. A proposta apresentada por seu Ministro da Justiça, Sérgio Moro, que flexibiliza a legislação para posse de armas, secundariza e ignora os dados do Ministério da Saúde de 2017 — que indicam que, dos 4.787 óbitos de mulheres por agressão, 2.577 ocorreram por meio de armas de fogo, o que corresponde a mais de 50% dos casos. Além disso, seu pacote "anticrime", ao conceder permissão às forças policiais para matar em caso de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção", aumenta e legitima a letalidade de agentes do Estado. A indefinição do em torno do que seria uma "violenta emoção", por exemplo, abre brecha para a subjetividade absoluta, o que também significa autorizar diversos casos de feminicídio. Vale lembrar que, sob essa ótica, diversas condenações por feminicídio poderiam ser revistas, o que representaria um retrocesso absurdo no que diz respeito às vitórias do movimento de mulheres.

E esta licença para matar nas mãos do Estado tem alvo principal: a juventude negra e periférica. A cada 23 minutos, um jovem negro é morto no Brasil. Essa realidade impacta as mulheres, negras e periféricas em maioria, de forma substancial em seus núcleos e lares, ao serem condicionadas ao pior dos sofrimentos, com a execução sumária de seus familiares. Bruna da Silva, mãe de Marcos Vinícius (morto a caminho

da escola, na Maré, durante operação policial), e Luciana Nogueira, esposa de Evaldo dos Santos (contra o qual militares do Exército dispararam 80 tiros em Guadalupe), bem como as Mães de Manguinhos, são alguns dos exemplos de mulheres que se levantaram frente a isso, entre tantas outras que são o verdadeiro "motor da resistência"[25] contra a violência de Estado que vitima tantos jovens negros cotidianamente, sobretudo nas favelas.

Ni una a menos. Esta breve expressão norteou a luta das mulheres contra o feminicídio, em defesa da vida, e traduziu o sentimento contido no levante feminista que tomou as ruas da América Latina desde 2015. Transbordando barreiras continentais, se espalhou pelo mundo como um grito de esperança e de fortalecimento do movimento de mulheres. É primordial, portanto, que o movimento de mulheres tome como prioridade a defesa da vida e que uma forte e muitíssimo ampla rede de ação e proteção seja estabelecida. Por nem uma a menos, para que nem uma mulher seja deixada para trás.

e) Nossos corpos, nossas regras

A luta pelo controle dos corpos femininos é central na atual onda do feminismo, além de um fenômeno que acompanha o surgimento do capitalismo.

Como relata a professora Silvia Federici, "as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres"[26] confinou-as ao trabalho reprodutivo, que passou a ser uma atividade depreciada, não produtora de valor, secundária em relação ao trabalho produtivo. E para garantir tal confinamento, foi preciso quebrar o controle das mulheres

---

25 Sansão, Luiza. "As mulheres são o motor da resistência", diz diretora da Anistia Internacional Brasil. *Ponte Jornalismo*, 22 de fevereiro de 2017.

26 Federici, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2018,

sobre seus corpos e sobre a reprodução. Isso foi feito principalmente por meio da política de "caça às bruxas", que demonizou o controle da natalidade e a sexualidade não reprodutiva vigente na Idade Média, e implementou penas mais severas ao aborto, à contracepção e ao infanticídio. Nesse processo, as parteiras foram marginalizadas, pois era necessária uma vigilância estrita às mulheres durante a gravidez. Assim, os médicos homens passaram a tomar conta dos partos, expulsando o grupo de mulheres que se reunia em torna da futura mãe e tirando das mulheres o controle sobre este momento.

Bell Hooks (pseudônimo da teórica feminista Gloria Jean Watkins) ainda destaca que as mulheres negras foram o principal alvo entre aquelas assassinadas como bruxas na sociedade colonial americana.[27] Tais mulheres eram taxadas como aberrações primitivas descontroladas, a perfeita encarnação de um erotismo desenfreado. A caça às bruxas exerceu, desse modo, um papel decisivo na construção da nova função social das mulheres e da degradação de sua identidade social. Foi negado às mulheres o controle sobre seus corpos, a maternidade foi transformada em uma obrigação e a reprodução tornou-se o lugar de confinamento das mulheres. Isto coloca a sexualidade e a procriação como pontos fundamentais na história da opressão feminina.

Disso decorre a importância de continuarmos na luta pela descriminalização do aborto, pelo amplo acesso aos métodos contraceptivos, na denúncia e combate à violência obstétrica, pela desmistificação da maternidade enquanto o mais importante lugar de realização das mulheres, pela divisão igualitária do trabalho doméstico, além da luta por creches, restaurantes e lavanderias populares.

---

p. 118.

27 hooks, bell. Intelectuais negras.

f) Pela demarcação das terras indígenas e pelo reconhecimento dos territórios quilombolas

As mulheres indígenas e quilombolas também estão na linha de frente da luta em defesa da vida e dos direitos das mulheres. Foram protagonistas de um dos primeiros enfrentamentos a esse governo, logo no dia 31 de janeiro, contra a retirada de direitos dos povos indígenas. Marcharam pela demarcação de seus territórios, mobilizaram-se pela volta da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Justiça e ao redor da campanha #nenhumagotaamais — pelo fim do genocídio dos povos indígenas. Na luta contra a municipalização da saúde indígena e no Acampamento Terra Livre de 2019 demonstraram igualmente sua força.

São as guardiãs da floresta. Lutam para que os "não indígenas" compreendam que natureza e rios preservados são um benefício para todo o planeta, não somente para os povos que neles habitam. Além disso, hoje se mobilizam para que seus direitos, garantidos na Constituição Federal, sejam respeitados por esse (des)governo.

É preciso reparar as incontáveis agressões que os povos indígenas vêm sofrendo em 519 anos de genocídio e usurpação de sua cultura e direitos. Por isso, nosso feminismo também deve fortalecer as mulheres indígenas, que são protagonistas e seguem lutando por suas vidas, por sua cultura, em defesa da sua territorialidade e por um modo de vida em harmonia com meio ambiente. As vidas das mulheres indígenas importam e sua luta é pela demarcação de suas terras e por nenhuma gota a mais de sangue indígena derramado.

As comunidades quilombolas também resistem. Na maior parte de seus territórios, as autoridades tradicionais são hegemonicamente mulheres, sob a liderança das matriarcas (anciãs, pretas velhas). São parteiras, benzedeiras, curandeiras, caixeiras, mães de santo, guardiãs dos saberes dos ciclos da natureza e dos poderes de cura de plantas medicinais.

E as mulheres quilombolas também enfrentam a tentativa de destruição de seus territórios por parte de mineradoras e do agronegócio. No Maranhão, por exemplo, há forte resistência, inclusive com prisão de mulheres acusadas de cortar as cercas dos latifundiários. As mulheres são a maioria dos casos de lideranças quilombolas perseguidas e ameaçadas de morte. Por isso, também defendemos o território quilombola e a vida daquelas e daqueles que nele habitam!

g) Nossa arma é a educação

Hoje, os bancos das escolas e universidades são ocupados predominantemente por mulheres. Além disso, a docência é uma profissão majoritariamente feminina, o que evidencia como a luta por educação constitui um aspecto central do movimento de mulheres e da luta por igualdade de gênero.

Nos últimos anos, grandes lutas foram travadas por trabalhadoras da educação. Um exemplo é o das professoras que foram às ruas em São Paulo contra o governo Dória, protagonizando uma mobilização que resultou no adiamento da votação do SampaPrev. Elas também lideraram as greves da educação de 2017 contra a Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, culminando no grande ato de 30 de junho em Brasília.

Com o mesmo espírito de combatividade, as estudantes secundaristas foram as principais lideranças das ocupações de escolas de 2016 contra a Reforma do Ensino Médio, somando à luta em defesa da educação a discussão sobre o protagonismo político das garotas com o mote “lute como uma menina” e a violência de gênero. Vestidas de vermelho, ousaram ao enfrentar seus professores para denunciar o assédio. Nas universidades, onde o espaço das mulheres tem sido conquistado e reconhecido, também houve ocupações e lutas protagonizadas pelas meninas no último período. Um fenômeno importante decorrente desse processo foi o crescimento

no número de coletivos de mulheres em universidades, sendo o feminismo hoje uma das principais forças agregadoras para aquelas que acreditam na necessidade de uma transformação social no mundo.

A situação da educação pública no Brasil já era bastante alarmante, diante dos seguidos ataques e de um projeto de precarização. A aprovação do Teto de Gastos, conhecida como PEC do Fim do Mundo, impôs um enorme contingenciamento aos parcos recursos já existentes para a área. Outras reivindicações históricas também nunca saíram do papel, como a implementação efetiva da Educação Escolar Quilombola. No entanto, os absurdos cortes recentemente anunciados para o ensino e a pesquisa, bem como os ataques aos professores do ensino básico com projetos como o "Escola Sem Partido" [28]são ações estruturadas nesse pacote de disputa ideológica dos rumos da educação no país. Além disso, o Brasil é o terceiro maior mercado da educação mundial e, dessa forma, território fértil para o desmonte da educação pública, ao permitir a mercantilização do conhecimento em larga escala.

O problema é que Bolsonaro, em sua cruzada ideológica, aprofunda o desmonte da educação pública e coloca trabalhadores/as da educação e estudantes como principais inimigos do governo. A escolha da educação como alvo está relacionada com a necessidade do governo de atacar os espaços de maior polarização da sociedade, tendo em vista que as escolas e as universidades sempre foram espaços de resistência e de concentração de contradições — e, portanto, alvo propício de um desgoverno que tem interesse em interditar o pensamento crítico.

---

28 Que cria um fantasma da doutrinação comunista nas escolas e incentiva jovens inclusive a filmarem professores em seu ofício, como foi o caso recente de jovem filiada ao PSL, que divulgou um vídeo gravando a aula de uma professora.

Por todas essas experiências compartilhadas, devemos fortalecer a luta das estudantes e educadoras. As mulheres da educação novamente estão nas ruas com o "Levante dos Livros", movimento em curso contra os cortes de mais de 30% dos recursos destinados à educação. Os atos ocorridos recentemente foram fortes e potentes — ações que evidenciam uma disposição de combate a todos esses ataques.

h) Unir a luta das mulheres mundialmente

A solidariedade entre as mulheres e sua rejeição ao padrão de vida dominante têm sido um denominador comum das lutas sociais, que adquiriram escala mundial. Nesse cenário, uma articulação internacional das mulheres surge como uma possibilidade.

Em março deste ano, nossas deputadas do PSOL assinaram, junto a diversas mulheres pelo mundo, um manifesto que conclamava a necessidade de uma Internacional Feminista, sinalizando neste documento a importância de se articular em âmbito mundial um "feminismo para os 99%". Uma forma de materializar e amadurecer um programa anticapitalista, encabeçado pelas mulheres, a partir da construção dessa articulação internacional.

Respeitando os tempos de cada movimento e preservando um método profundamente democrático, é muito importante que essa ideia seja debatida pelas feministas e que demos passos no sentido de sua realização. Há a necessidade de construirmos em nível mundial uma coalizão de movimentos, redes, coletivos, pessoas e organizações para impulsionar campanhas e fortalecer ações comuns em defesa das mulheres e dos interesses das e dos 99%. Atualmente, o movimento de mulheres é vanguarda na luta contra a extrema direita, mas faltam espaços em que possamos pensar de forma mais aprofundada nossas estratégias. Além disso, com a popularização do feminismo, há mais disputa sobre qual é a concepção

de feminismo que devemos seguir. O neoliberalismo ainda busca dialogar com esse avanço, por meio do empoderamento individual. O "feminismo para os 99%" busca fazer essa disputa, mostrando que o feminismo deve ser anticapitalista.

A partir da necessidade da solidariedade mundial entre as mulheres, uma frente internacional feminista poderia dar este combate em melhores condições. Se a lógica que subjuga e explora as mulheres é internacional, a luta contra ela também deve ser. Feministas do mundo, unimo-nos!

8. Por um Setorial de Mulheres do PSOL democrático, antiburocrático, protagonista das lutas e da política partidária

O movimento de mulheres promoveu um terremoto político na esquerda no último período e isso também se refletiu no PSOL. Elegemos uma combativa bancada feminista nas últimas eleições. Algumas estiveram entre as mais votadas em seus estados e cidades. Essa bancada mostrou sua combatividade, nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e, agora, no Congresso Nacional. A força das mulheres do PSOL chegou inclusive ao STF, por meio da articulação com o ANIS em defesa da ADPF pela descriminalização do aborto. Este foi um movimento jurídico histórico para a luta feminista.

Mas, durante esse período de fortalecimento da luta das mulheres, o impulsionamento de pautas feministas por parte da direção do nosso partido foi muito aquém de seu potencial e do que a conjuntura nos exigia. Desde a fundação do PSOL, seu setorial de mulheres foi sempre atuante e um dos setores mais dinâmicos da vida partidária. Porém, nos últimos cinco anos, ele praticamente não existiu. Desde a sua divisão, fruto de manobras burocráticas que buscaram constituir uma falsa maioria para ele, o setorial de mulheres não cumpriu papel relevante diante dos desafios impostos pela conjuntura nacio-

nal e mundial. É urgente mudar o curso dessa história.

Por isso, o Encontro de Mulheres do PSOL de 2019 será um marco para conectar as mulheres do partido com as lutas em curso. Também deverá armar o setorial para protagonizar as principais discussões políticas do partido e canalizar para as fileiras psolistas o espírito de combatividade que contagia as mulheres. Necessitamos de um Setorial Nacional de Mulheres do PSOL que seja dinâmico, democrático e antiburocrático.

Para isso, é preciso fortalecer e ampliar seus fóruns de mulheres, assegurando a realização de organismos de base e também regularidade para suas instâncias de direção — tanto em âmbito local quanto nacional. É importante, inclusive, apostarmos em um calendário de formação política para nossas militantes. É urgente fortalecer mecanismos de resolução sobre casos de violência às mulheres dentro do partido. E também nos prepararmos com antecedência para o calendário eleitoral. Os avanços da primavera das mulheres são irreversíveis. É necessário que a política de mulheres seja prioridade no nosso partido. A Primavera Feminista deve ocupar cada vez mais o PSOL!